

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

**A Voz do nome e o nome da voz:
as denominações das coligações nas eleições para prefeito em 2012 e 2016**

Hilbert David de Oliveira Sousa

Pelotas, 2019

Hilbert David de Oliveira Sousa

A Voz do nome e o nome da voz:

as denominações das coligações nas eleições para prefeito em 2012 e 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas

Catálogo na Publicação

S725v Sousa, Hilbert David de Oliveira

A Voz do nome e o nome da voz: as denominações das coligações nas eleições para prefeito em 2012 e 2016 / Hilbert David de Oliveira Sousa; Alvaro Augusto de Borba Barreto, orientador. — Pelotas, 2019.

155 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2016

1. Coligações eleitoral. 2. Eleições para prefeito. 3. Denominação da coligação. 4. Comunicação eleitoral I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba, orient. II. Título.

CDD : 324.6

Hilbert David de Oliveira Sousa

A Voz do nome e o nome da voz:
as denominações das coligações nas eleições para prefeito em 2012 e 2016

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de
Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 31/10/2019

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (Orientador)
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Bianca de Freitas Linhares
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Carlos Augusto Mello Machado
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais

Dedico essa dissertação aos meus pais, Antônio David de Sousa Sobrinho (*in memoriam*) e Aila Oliveira David de Sousa, um maranhense e uma cearense de nascimento, dois mineiros de coração.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha companheira de tantos anos, Ângela, e à nossa filha, Helena, por estarem ao meu lado em todos os momentos, sempre me incentivando e cobrando quando necessário. Principalmente, pelo apoio incondicional que me deram quando vivi os momentos mais difíceis, entremeados por duas cirurgias de elevado risco. Foi esse apoio que me deu as forças necessárias para superar todos os obstáculos e persistir até o final.

Agradeço ao professor Alvaro Barreto, tanto por ter me desafiado com a proposta do tema desta dissertação e de seu objeto de investigação, quanto pela orientação serena, determinada e sempre presente ao longo de todo o processo de pesquisa. Em especial, pela sensibilidade que demonstrou e pelo apoio prestado, que me deram a segurança e tranquilidade para me recuperar e continuar a caminhada.

À Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, instituição à qual sou vinculado profissionalmente como trabalhador técnico-administrativo, que autorizou meu afastamento para a realização do Curso de Mestrado em Ciência Política da UFPel. Em particular, às colegas Célia, Leonor e Cida, bem como ao Sílvio.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política do IFISP/UFPel, seus professores, professoras, trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos (as), particularmente à Andréa Loureiro, Secretária do Programa.

À professora Bianca Linhares, do PPGCPol/UFPel, e ao professor Carlos Machado, do Programa de Pós-graduação em Ciência Política do IPOL/UNB, por participarem da banca que avaliou esta dissertação.

Ao professor Pedro Robertt, por ter me iniciado no uso da ferramenta que foi essencial na realização deste trabalho e pelo auxílio prestado durante a pesquisa.

Aos colegas do Observatório Social do Trabalho, com os quais compartilhei momentos importantes de aprendizado, professor Francisco Vargas, Rafaella Egues e Daniel Ilha.

À amiga Anelise Heidrich, companheira de longas jornadas, que sempre me apoiou, pela gentileza de fazer a revisão final desta dissertação.

Aos vários amigos e amigas que fiz em Pelotas, pelos muitos bons momentos que a vida nos trouxe ao longo de quase duas décadas em que aqui vivi.

RESUMO

SOUSA, Hilbert David de Oliveira. **A voz do nome e o nome da voz: as denominações das coligações nas eleições para prefeito em 2012 e 2016.** Orientador: Alvaro Augusto de Borba Barreto. 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Esta dissertação se insere no campo de estudos sobre coligações eleitorais, porém volta seu olhar para um outro aspecto, sobre o qual não se identificou estudos anteriores: as denominações das coligações. Atribuir uma denominação específica às coligações formadas é uma opção que a legislação eleitoral faculta aos partidos. Todavia, a propensão dos mesmos para atribuírem uma denominação às suas coligações é ainda mais intensa do que sua propensão para se coligar. A pesquisa tomou como objeto todas as coligações para prefeito, nas eleições de 2012 e 2016, às quais foram atribuídas uma denominação específica (26.025 casos) e procurou sistematizar as mensagens contidas nessas denominações em categorias sintéticas, bem como investigou se essas categorias são influenciadas por características das próprias coligações ou dos municípios nos quais os pleitos foram realizados. Foram sistematizadas 11 categorias que buscam captar e representar o conteúdo dessas mensagens. Após, analisou como as categorias foram utilizadas, considerando variáveis relacionadas às características (internas) das coligações: Partido líder, Posição ideológica, Posição no eixo governismo e Tipo de partido, bem como as características (externas) dos municípios: Região geográfica, Unidade da federação, Porte populacional e Tipo de disputa. Os resultados indicam que existem preferências no uso de algumas categorias, quando se comparam as proporções como são utilizadas pelas coligações, segundo as variáveis selecionadas. Esses se apresentam mais consistentes no caso das características dos municípios por região, estado e porte populacional e quanto às coligações com o partido líder.

Palavras-chave: Coligações eleitorais, eleições para prefeito, denominação da coligação, comunicação eleitoral.

ABSTRACT

SOUSA, Hilbert David de Oliveira. **The voice of the name and the name of the voice: the names of electoral alliance in the mayoral elections in 2012 and 2016.** Advisor: Alvaro Augusto de Borba Barreto. 2019. 155 f. Dissertation (Master's Degree in Political Science) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

This dissertation fits into the field of studies on electoral coalitions, but turns its gaze to another aspect, on which no previous studies were identified: the denominations of the electoral alliance. Assigning a specific denomination to the formed electoral alliance is an option that electoral legislation provides parties. However, the propensity of parties to assign a denomination to their electoral alliance is even more intense than their propensity to electoral alliance. The research took as its object all mayoral electoral alliance in the 2012 and 2016 elections, which were given a specific denomination (26,025 cases). It sought to systematize the messages contained in these denominations into synthetic categories, and investigated whether these categories are influenced by characteristics of the electoral alliance themselves, or of the municipalities in which the claims were made. Eleven categories were systematized that seek to capture and represent the content of these messages. Afterwards, it analyzed how the categories were used, considering variables related to the (internal) characteristics of the electoral alliance. The results indicate that there are preferences in the use of some categories when comparing the proportions as used by the electoral alliance, according to the selected variables. These are more consistent in the case of the characteristics of the municipalities for region, state and population size and for the electoral alliance, with the leading party.

Key words: Electoral alliance, mayoral elections, electoral alliance denomination, electoral communication.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Partidos Políticos

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
DEM - Democratas
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
NOVO - Partido Novo
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCO - Partido da Causa Operária
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEN - Partido Ecológico Nacional
PHS - Partido Humanista da Solidariedade
PMB - Partido da Mulher Brasileira
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PP - Partido Progressista
PPL - Partido Pátria Livre
PPS - Partido Popular Socialista
PR - Partido da República
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PRP - Partido Republicano Progressista
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC - Partido Social Democrático Cristão
PSL - Partido Social Liberal
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PV - Partido Verde

REDE - Rede Sustentabilidade

SD – Solidariedade

Outras

DOU – Diário Oficial da União

HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IG – Índice de governismo

IGpart – Índice de viés ideológico partidário

IVI – Índice de viés ideológico

IVIpact – Índice de viés ideológico partidário

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UE – Unidade eleitoral

UF – Unidade da federação

Unidades da Federação

AC - Acre

AL - Alagoas

AM - Amazonas

AP - Amapá

BA - Bahia

CE – Ceará

DF – Distrito Federal

ES – Espírito Santo

GO - Goiás

MA - Maranhão

MG – Minas Gerais

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

PA - Pará

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

PI - Piauí

PR - Paraná

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RO - Rondônia

RR - Roraima

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SE - Sergipe

SP – São Paulo

TO - Tocantins

SUMÁRIO

1	Introdução	11
2	Marco teórico-conceitual	20
2.1	Coligações	21
2.2	Comunicação eleitoral	36
2.3	Síntese	51
3	Metodologia	53
3.1	Delimitação do objeto	54
3.2	Delimitação das variáveis independentes	56
3.2.1	Variáveis relativas à coligação	57
3.2.2	Variáveis relativas ao município	59
3.3	Montagem do Banco de Dados	60
3.4	Sistematização dos termos utilizados nas denominações das coligações e classificação nas categorias sintéticas	65
3.5	Configuração final do Banco de Dados	75
4	Apresentação e análise dos resultados	76
4.1	Delimitação do objeto de pesquisa	77
4.1.1	Quadro geral	77
4.1.2	Opções dos partidos	78
4.1.3	Coligações denominadas	85
4.2	Classificação das denominações	87
4.2.1	União	90
4.2.2	Povo	92
4.2.3	Ético-Morais-Religiosos	93
4.2.4	Mudança	95
4.2.5	Força	97
4.2.6	Progresso-Futuro	99
4.2.7	Continuidade-Rumo Certo	100
4.2.8	Trabalho	101
4.2.9	Demais categorias	102
4.2.9.1	Democracia-Temáticos	103
4.2.9.2	Experiência-Governo	104
4.2.9.3	Frente-Aliança	105
4.2.10	Síntese	107
4.3	Cruzamento entre variáveis	115
4.3.1	Características dos municípios	115
4.3.2	Características das coligações	123
4.3.3	Síntese	130
5	Considerações finais	136
6	Referências	143
	Apêndice	147

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema as coligações eleitorais formadas para concorrerem ao cargo de prefeito nas eleições realizadas em 2012 e em 2016, nos 5.568 municípios brasileiros. Mais especificamente, ela tem como objeto de investigação aquelas, dentre essas, que receberam uma denominação específica, registrada como tal junto à Justiça Eleitoral, ou seja, o trabalho está focado no estudo das denominações adotadas pelas coligações que disputaram os pleitos e o cargo acima identificados.

As coligações fazem parte da estrutura formal do sistema eleitoral brasileiro pelo menos desde 1950, quando foram disciplinadas no Código Eleitoral (Lei nº 1.164, de 24 jul. 1950), embora haja registro de que sejam praticadas desde a República Velha. Durante a vigência da ditadura civil-militar elas estiveram proibidas, também por lei (Código Eleitoral de 1965, a Lei nº 4.737, de 15 jul. 1965), mas foram reestabelecidas em 1985 (Emenda Constitucional nº 25, de 15 maio 1985). Desde então, têm sido autorizadas pela legislação e amplamente adotadas pelos partidos.

No atual ordenamento jurídico nacional elas estão disciplinadas na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a chamada Lei das eleições, cuja versão vigente determina:

Art. 6º - É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar **coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas**, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

§ 1º - A coligação terá **denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram**, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.

§ 1º-A - **A denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato**, nem conter pedido de voto para partido político (acrescido pelo art. 3º da Lei nº 12.034/2009).

§ 2º - Na propaganda **para eleição majoritária, a coligação usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram**; na propaganda para eleição proporcional, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação [...]. (grifos do autor) (BRASIL. Lei nº 9.504/1997).

Desse modo, as coligações podem ser definidas como o acordo formal – devidamente registrado e chancelado pela Justiça Eleitoral – entre dois ou mais partidos políticos com a finalidade de disputar uma eleição, seja ela majoritária, seja

proporcional¹. Neste estudo, elas se referem ao cargo de prefeito e serão tratadas como autônomas e distintas àquelas formadas para a disputa do pleito proporcional (vereador, no caso), as quais não serão abordadas.

A formação de coligações é uma prática muito comum entre os partidos políticos brasileiros, quase a regra. Como afirma Kinzo (2004, p. 33), “as coligações são prática disseminada em todos os níveis – do nacional ao municipal. Tanto nas eleições para governo de Estado como para prefeitura municipal, todos os partidos, independentemente de sua dimensão ou linha ideológica, recorrem às coligações”.

Segundo dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2012, 14.854 candidaturas a prefeito foram consideradas aptas a participar do pleito, o que corresponde a 2,67 candidaturas por município, em média. Desse total, 12.823 ou 86,3% eram coligações e apenas 2.031 candidaturas foram apresentadas por partido isolado (13,7%), quer dizer, sem celebração de coligações, o que equivale à média de 0,36 candidato por município². Conforme Dantas (2013), nessa disputa, cada candidato a prefeito foi apoiado, em média, por 4,94 partidos. Em uma amostra composta pelos 10 partidos que elegeram as maiores bancadas na Câmara dos Deputados no pleito de 2010 (PP, DEM, PR, PTB, PMDB, PSDB, PPS, PDT, PSB e PT), verifica-se que todos apresentaram índices superiores a 94% de participação em coligação (DANTAS, 2013).

Nas eleições em 2016, segundo dados do TSE, 15.787 candidaturas a prefeito estavam aptas a participar do pleito, ou seja, 2,84 candidatos por município, em média. Assim como nas eleições de 2012, em sua ampla maioria as candidaturas foram por coligações: 13.361 ou 84,6%, de forma que 2.426 candidaturas (15,4%) concorreram com o apoio apenas de seu partido, ou seja, em média 0,43 candidaturas por município.

Dos 29 partidos que participaram das eleições em 2012 com candidatura a prefeito, o Partido da Causa Operária (PCO) foi o único cuja totalidade das candidaturas por ele apresentadas foram isoladas. No entanto, o PCO participou de coligações de candidaturas a prefeito de outros partidos, ou seja, também ele concorreu associado a outras legendas.

¹ A proibição da celebração de coligações em eleições proporcionais foi reintroduzida no ordenamento jurídico por meio da Emenda Constitucional nº 97, de 04 out. 2017, regra essa que passará a valer a partir das eleições de 2020.

² Os dados referentes às eleições de 2012 e de 2016 foram obtidos no repositório de dados eleitorais do TSE e sistematizados pela pesquisa.

Em 2016, dos 35 partidos que concorreram com candidato próprio, somente PCO e Partido Novo (NOVO) apresentaram candidaturas a prefeito de modo isolado, sendo que o NOVO não participou das eleições em 2012. Todavia, tanto em 2012, quanto em 2016, o número de candidaturas desses partidos é muito pequeno. Todos os demais celebraram coligações com pelo menos um outro partido, em algum município.

Os estudos sobre as coligações se constituíram como um campo fértil de investigação na Ciência Política, com um crescimento expressivo de publicações sobre o tema e uma diversidade de abordagens, contribuindo para aprofundar as abordagens tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico.

A dissertação se insere nesse campo e o considera capaz de produzir resultados promissores com vistas a uma compreensão mais ampla desse fenômeno político, especialmente no que tange ao comportamento e às decisões dos partidos políticos. No entanto, a proposta de investigação recai sobre um aspecto das coligações para prefeito para o qual não foi encontrado qualquer registro na literatura da área – pesquisada em revistas acadêmicas e em banco de teses e dissertações, bem como por meio de mecanismo de busca, como Google Acadêmico. Trata-se do olhar sobre “as denominações das coligações” e a perspectiva de, por meio da análise desse aspecto, investigar novos elementos da questão.

De algum modo, os nomes com os quais as coligações são denominadas têm sido tomados como um dado sem importância ou sem valor pela Ciência Política, de tal forma que não mereceu estudo específico até então. Apesar de não ter sido possível localizar alguma contribuição da Ciência Política em relação a este enfoque, a busca realizada encontrou uma referência que, ressalvadas suas limitações e seu caráter jornalístico, corroboram a proposta aqui apresentada.

Trata-se de matéria publicada em veículo de comunicação (Portal G1), quando da realização das eleições de 2010, que apresentava a seguinte manchete: “Coligações adotam ‘povo’ e ‘frente’ em nomes para seduzir eleitor” (BONIN, 2010). Como informa o texto, foi solicitado à professora Enilde Faulstich, Chefe do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB), que analisasse a denominação de 77 coligações formadas no País para a escolha de governador naquele ano.

Dentre outras considerações, os resultados obtidos levaram a professora a afirmar que “agrupadas em campos lexicais, as palavras que são empregadas nas

categorias ‘futuro’ e ‘mudança’ guardam conceitos de positividade, que levam o leitor a acreditar que viverá no melhor dos mundos” (BONIN, 2010).

Todavia, em buscas exploratórias no currículo Lattes da pesquisadora Enilde Faulstich, não foi localizada qualquer forma de publicação de caráter científico de sua autoria que tratasse das questões levantadas, da metodologia utilizada e de suas conclusões (FAULSTICH, 2019). Provavelmente, essa análise tenha sido realizada para atender ao pedido da própria reportagem, sem que a docente tenha se dedicado anteriormente à questão. Da mesma forma, a partir dessa experiência, tampouco decidiu produzir ou orientar alguma investigação acadêmica sobre o tema.

Ainda que se possa imaginar que a escolha da denominação da coligação tenha pouca importância para os partidos e seja decidida sem a devida reflexão, sendo apenas uma “marca” ou um “slogan” com a qual eles vão apresentar uma chapa (titular e vice) ou uma lista em comum ao eleitor, existem indícios que levam a dissertação a considerar o contrário, ou seja, que a escolha dos nomes não é aleatória e pode ter como objetivos políticos produzir efeitos no pleito, na medida em que essas denominações podem se constituir como parte de suas estratégias discursivas eleitorais, por meio das quais almejam convencer os eleitores de suas propostas e, com isso, ampliar suas possibilidades de obter os votos necessários ao êxito eleitoral, conforme as expectativas formadas por cada coligação nos respectivos pleitos nos quais concorrem.

Um deles reside no fato de, em 2009, por meio da Lei nº 12.034, a classe política – sempre atenta às suas práticas e às intencionalidades que as move e aos resultados presumidos que provocam – acrescentou o art. § 1-A ao art. 6º da Lei nº 9.504/1997, que impede a denominação da coligação de coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou a número de candidato, bem como de conter pedido de voto para partido político.

Embora essa mesma legislação faculte que a denominação pode ser a mera junção das siglas que a compõem (Lei nº 9.504, art. 6º, §1º), ou seja, faculte às coligações atribuírem uma denominação, os partidos corriqueiramente optam por atribuir uma denominação específica às coligações, ao invés de se apresentar apenas como simples relação das siglas que as compõem. Os dados coletados para a realização desta investigação, a serem discriminados no desenvolvimento do trabalho, demonstram que atribuir nome à coligação é a regra (acima de 99% das formadas em cada um dos pleitos analisados).

Desse modo, a dissertação toma como um pressuposto, como um dado de realidade, que as denominações das coligações não são atribuídas aleatoriamente. No entanto, pelos limites estabelecidos no trabalho de pesquisa, ela não se volta a investigar as razões pelas quais os partidos, quando coligados, optam por atribuir uma denominação específica às suas coligações, tampouco a identificar os métodos que se utilizam para essa decisão.

Assim, uma primeira questão se refere à existência de algum tipo de critério ou de padrão que seja seguido pelos partidos ao denominarem as coligações que formam. E uma segunda, relativa à identificação de regularidades que podem ser observadas nas denominações escolhidas, que refletem de alguma maneira as motivações e expectativas dos partidos membros das coligações ao estabelecerem suas denominações.

Esse pressuposto e as primeiras (e mais decisivas) questões que ele suscita são os alicerces a partir dos quais a pesquisa foi desenhada. Desta forma, ajudaram a compor o problema, os objetivos, as hipóteses, assim como deram os parâmetros para a montagem da metodologia e dos procedimentos necessários à busca por fornecer respostas confiáveis e baseadas em evidências aos desafios apresentados pela proposta de investigação.

O primeiro caminho empreendido foi o de construir um procedimento suficientemente habilitado para identificar regularidades nas denominações adotadas pelas coligações. Na prática, o exercício foi o de converter a imensa variedade de nomes e de palavras utilizadas nessas denominações em algumas categorias capazes de sintetizá-las e de aproximá-las.

O segundo procurou elementos que explicassem as denominações escolhidas para as coligações – agora contidas nas categorias sintéticas – ou ajudassem a identificar fatores que possam influenciar essa decisão. Considerando que essas “denominações” não são “autônomas” em relação às próprias alianças eleitorais formadas pelos partidos, e sim as identificam e as distinguem dos demais competidores, buscaram-se duas matrizes que forneceria esses elementos explicativos: a) interna, isto é, correspondente às características da própria coligação; b) externa, relativa ao contexto das disputas no qual se inserem, ou seja, no caso desta pesquisa, características dos municípios.

Assim, a pesquisa realizada investigou se as denominações atribuídas pelos partidos às coligações que participaram das eleições para prefeito no Brasil em 2012

e 2016 são influenciadas por algumas das características dessas coligações e/ou dos municípios em que os pleitos foram realizados. Ela é impulsionada pelo seguinte problema, que traduz em forma de pergunta o que está expresso acima: as denominações atribuídas às coligações que participaram das eleições para prefeito em 2012 e 2016 são influenciadas por quais características dessas coligações e/ou dos municípios em que os pleitos aconteceram?

A hipótese geral é de que as denominações das coligações formadas para disputar o cargo de prefeito, nas eleições de 2012 e de 2016, compartilham um conjunto de termos ou combinação de termos, cuja adoção é influenciada por características que as coligações possuem ou que os municípios nos quais concorrem apresentam. Podem ser consideradas, portanto, internas às coligações (como no primeiro caso) ou externas (como no segundo).

Logo, apresentam-se como hipóteses derivadas: (1) coligações cujos partidos líderes têm a mesma posição em relação ao governo estadual utilizam termos comuns (ou combinações de termos) em suas denominações como parte de uma estratégia eleitoral de âmbito estadual; (2) a posição ideológica do partido líder influencia a forma como as coligações utilizam alguns termos (ou combinações de termos) na composição de suas denominações; (3) os termos comuns (ou combinações de termos) utilizados nas denominações das coligações são distribuídos de forma desigual pelas diferentes regiões de localização dos municípios em que se realizam os pleitos.

O material empírico trabalhado pela dissertação e que formou o Banco de Dados a partir do qual as análises foram realizadas é composto por todas as candidaturas a prefeito (e vice) registradas na Justiça Eleitoral e que receberam votos, nas duas eleições analisadas. Os dados tiveram como fonte o TSE.

Desse conjunto, foram discriminadas e dispensadas as candidaturas isoladas (apresentadas por um único partido), as coligações cuja denominação era a simples agregação das siglas que a compunham e que, para efeito da pesquisa, foram consideradas não denominadas. Ao término dessa triagem, o universo efetivamente pesquisado foi formado por 26.025 coligações denominadas.

Como será mais bem discriminado no capítulo metodológico, essas coligações foram identificadas por uma série de características ou categorias, como partidos membros, partidos que indicavam o candidato a prefeito, município a que se referiam, entre outros. Os partidos líderes – aqueles a que estavam filiados os candidatos a

prefeito – também foram categorizados conforme a orientação ideológica no campo esquerda-direita e o eixo de governo-oposição ao governador e ao presidente, tendo por base classificações realizadas por outros pesquisadores e/ou dados de resultados eleitorais do TSE.

Já a denominação da coligação, ela foi categorizada “completa”, assim como decomposta pelas palavras que a compunham, incluindo artigos, preposições, verbos, substantivos, entre outros. Posteriormente, como também será detalhadamente explicitado no decorrer da exposição, houve um tratamento dessas palavras ou partes constituintes, com vistas a atingir os objetivos pretendidos pela pesquisa e construir as categorias sintéticas alusiva a essas denominações.

Por fim, foram agregados os dados relativos aos municípios em que as coligações (e suas denominações) concorreram, cuja fonte residiu no IBGE. Essas informações foram classificadas no Banco de Dados, conforme as categorias de análise, como: unidade da federação, região, tamanho populacional. O detalhamento e a explicação necessários a essa categorização estão presentes no capítulo metodológico.

Para a formação do Banco de Dados e, principalmente, o cruzamento das informações que ele continha com vistas a propiciar as análises pretendidas, foram utilizadas como ferramentas de apoio os programas: Excel e Access (Versão Office 365) da Microsoft, o NVivo 12 – Plus, da QSR.

Vistos esses pontos, pode-se dizer que a pesquisa realizada tem um duplo caráter. De um lado, ela é exploratória, uma vez que se trata de um estudo empírico sobre um aspecto das coligações eleitorais, no caso suas denominações, para o qual não foi encontrado na bibliografia disponível nenhum estudo que as investigue sob esta perspectiva e com a mesma amplitude.

De outro lado, possui uma pretensão explicativa, na medida em que analisa como são constituídas as denominações atribuídas às coligações e como elas se relacionam com características que apresentam as próprias coligações investigadas e/ou os municípios nos quais concorrem. Assim, teve como objetivo encontrar regularidades na forma como os partidos denominam as coligações que celebram entre si e relacioná-las a características que essas coligações ostentam, bem como dos municípios em que as disputas ocorrem.

Assim sendo, a relevância e a justificativa desta pesquisa decorrem de sua contribuição para aprofundar os estudos sobre as coligações, em particular aquelas

formadas nas disputas majoritárias no âmbito municipal, bem como do caráter original que ela possui ao investigar um aspecto das coligações que, até então, não foi objeto de reflexão sistemática no âmbito da Ciência Política.

Resta explicar as escolhas relativas às delimitações que configuram o modo como o objeto de investigação é concebido pela dissertação. A escolha do conjunto de eleições municipais de 2012 e 2016 teve como motivação um recorte que implicasse o uso de uma grande quantidade de denominações, de forma a dar consistência aos resultados alcançados e, na mesma medida, estabelecer comparações que permitissem identificar variações entre os dois pleitos.

Como já informado, a pesquisa englobou um total de 26.025 coligações denominadas, o que possibilitou trabalhar com uma ampla saturação e repetição dos termos e suas combinações, os quais são utilizados para formar essas denominações.

Cabe ressaltar, ainda, que a pesquisa realizada não teve como objetivos analisar os estímulos existentes (ou fatores) que influenciam a decisão dos partidos de celebrar coligações como parte de suas estratégias eleitorais, tampouco analisar os eventuais impactos ou efeitos das coligações sobre o sistema partidário, por exemplo, objetos da preocupação de uma parte das análises sobre o tema, como será mais bem comentado no capítulo de revisão da literatura.

Da mesma forma, não se detém em investigar as razões ou causas que levam os partidos a decidir por atribuir uma denominação específica às suas coligações ou debater a relevância dessas denominações para as estratégias eleitorais que adotam. Uma vez que é facultado às legendas atribuírem uma denominação específica às suas coligações e eles optam maciçamente por atribuir, essa decisão é tomada como um dado de realidade, como um pressuposto. Pode-se dizer que a investigação começa – e se volta especificamente – às coligações que possuem denominação própria nas eleições para prefeito e que são a ampla maioria dentre as alianças formadas pelos partidos.

A demanda inversa – porque alguns optam por não nominar a coligação da qual fazem parte – poderia motivar uma investigação específica, mas está além do arcabouço epistemológico da dissertação, que está voltado àquelas que possuem denominação. Por essa razão, ainda que seja uma questão relevante, ela também não será tratada pelo estudo.

Da mesma maneira, a pesquisa não procurou observar a forma como essas denominações são utilizadas por elas em suas estratégias de comunicação eleitoral

no decorrer das disputas realizadas. Da mesma forma, opção por englobar dois pleitos municipais e um grande número de coligações, não era viável para o escopo deste trabalho delimitar um contexto político-eleitoral para cada um dos municípios nos diferentes estados, tampouco delimitar os elementos discursivos de cada uma das candidaturas a prefeito abarcadas.

Além desta introdução, a dissertação possui três capítulos. O primeiro é o marco teórico. Nele, é feita a revisão de parte da bibliografia sobre o tema das coligações e apresenta diversos aspectos do modo como o mesmo tem sido abordado na disciplina. Devido às características do objeto de estudo, a revisão bibliográfica foi ampliada para englobar alguns estudos sobre o tema da comunicação política, em particular da comunicação eleitoral.

O segundo capítulo apresenta a metodologia de pesquisa e o modelo de análise adotado. Nele, são estabelecidas as categorias e variáveis necessárias para operacionalizar os termos, conceitos e categorias decorrentes do problema de pesquisa e seu objeto; estabelecem-se as dimensões analíticas adotadas, descreve-se o método utilizado para sistematização e classificação do objeto da pesquisa, bem como a estruturação de seu banco de dados.

O terceiro capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos. Inicialmente delimita o objeto de pesquisa e o caracteriza segundo as dimensões analíticas estabelecidas. Após, classifica as denominações das coligações em 11 categorias sintéticas e as apresenta segundo as dimensões analíticas e, em seguida, consolida a análise dos resultados.

Por derradeiro, são apresentadas as considerações finais da dissertação e discorrem-se sobre alguns aspectos que não foram abordados, sobre as limitações da pesquisa e algumas questões que podem ser debatidas para o aprofundamento do tema que foi objeto de sua investigação.

2 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

O capítulo realiza uma revisão da literatura diretamente relacionada ao tema da investigação. Ele se divide em duas grandes seções: a primeira, resenha alguns dos mais relevantes estudos sobre as coligações; a segunda, aborda especificamente análises sobre comunicação eleitoral.

A motivação para abordar as coligações é evidente: a dissertação precisa conhecer o estado da arte relativo a este que é o foco da investigação. No entanto, como será demonstrado na sequência e já foi indicado na Introdução, o texto a seguir busca sistematizar os rumos tomados pelas abordagens da Ciência Política sobre as coligações, em um inventário não completo e exaustivo, mas suficientemente representativo. Os resultados apontam para a ausência de pesquisas centradas na denominação das coligações (e mesmo de comentários laterais em análises que tenham outro foco). Vários e muitos aspectos das coligações foram apreciados: motivação, razão estratégica, relação entre candidaturas majoritárias e proporcionais, consistência e coerência ideológica, etc., mas não as denominações.

Esse fato destaca o caráter exploratório da proposta da dissertação, pois, em grande medida, a relevante e extensa bibliografia sobre coligações no Brasil não conseguiu fornecer os elementos analíticos que a pesquisa poderia utilizar para compreender e explicar o seu problema específico.

Em razão dessa ausência é que a segunda seção do capítulo foi elaborada. Ou seja, investigações sobre comunicação eleitoral foram apreciadas em busca de perspectivas de análise, resultados e observações que poderiam ser mobilizadas para perceber as potencialidades das denominações das coligações, haja vista que, inegavelmente, essas denominações implicam uma modalidade de comunicação.

Entretanto, como a exposição vai evidenciar, também nesse caso não há abordagens especificamente voltadas a esse objeto, e sim a outros, notadamente o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), de modo que os resultados que essa literatura fornece precisam ser adaptados e filtrados para poderem ser aplicados à compreensão e à explicação relativa às denominações das coligações.

Como é evidente, o capítulo foi produzido exclusivamente por meio de material bibliográfico, notadamente capítulos de livros e artigos de revistas. O modelo de exposição foi descritivo, sem a preocupação primordial de fazer uma apreciação

crítica da qualidade, dos limites e dos resultados obtidos. Por consequência, houve a ênfase aos aspectos metodológicos dessas investigações.

2.1 Coligações

A possibilidade da composição de coligações existe legalmente no Brasil pelo menos desde a edição da Lei nº 1.164, de 24 jul. 1950, o Código Eleitoral. Este dedica um capítulo específico para tratar das “alianças” entre partidos políticos, que era o modo como então era identificado o que hoje é denominado – inclusive na legislação – como coligação.

Desde então, alianças ou coligações eleitorais fazem parte da estrutura formal do sistema eleitoral brasileiro, quer seja para permiti-las, quer para limitá-las. Como aponta Schmitt (2005), o Código Eleitoral de 1965 (Lei nº 4737, de 15 jul. 1965), instituído pelo governo militar, preserva o termo “alianças” para as eleições pelo sistema de representação proporcional, mas somente para proibi-las.

Com a ditadura civil-militar, o Brasil viveu um período de bipartidarismo compulsório, com a permissão do funcionamento de apenas dois partidos políticos, Aliança Renovadora Nacional (Arena), de situação, e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. A proibição das “alianças”, portanto, acabava inclusive com a possibilidade da existência de eventuais acordos entre Arena e MDB. Tal perspectiva foi reafirmada em 1982, quando, já na vigência do pluripartidarismo que sucedeu ao bipartidarismo compulsório, a Lei nº 6.978, de 19 jan. 1982, determinou que os partidos deveriam apresentar candidato próprio a todos os cargos em disputa e que, em caso contrário, não poderiam participar do pleito.

As coligações – inclusive com esta denominação – foram reestabelecidas para as eleições municipais isoladas de 1985, conforme disciplinado pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 maio 1985. A partir desse momento, nunca deixaram de constar no ordenamento jurídico nacional. O texto do Código Eleitoral, por exemplo, foi alterado pela Lei nº 7.454, de 30 dez. 1985, e passou a permiti-las facultativamente.

Identificando essas nuances do sistema brasileiro, ao tratar especificamente das associações partidárias nas eleições proporcionais, Schmitt (2005) destaca que a literatura sobre o tema adota tanto o termo “alianças” quanto “coligações”, bem como que os considera como denominações diferentes para o mesmo fenômeno. Assim, opta por reservar o termo “alianças” para se referir ao período anterior a 1964 e “coligações” para o período posterior ao regime militar. Ainda que esta distinção tenha

justificativas do ponto de vista histórico, o fato é que as duas denominações identificam o mesmo fenômeno político: o acordo formal, registrado no âmbito da Justiça Eleitoral, entre dois ou mais partidos para apresentarem candidato(s) comum(ns), seja sob a forma de chapa (titular e vice ou suplentes) para cargos majoritários, como presidente, governador, prefeito e senador; seja listas para cargos proporcionais, como deputado federal, estadual e vereador.

No que concerne aos cargos eleitos pelo sistema majoritário, o Código Eleitoral, em sua forma atual, utiliza a expressão “aliança” quando define que “o registro de candidatos a presidente e vice-presidente, governador e vice-governador, ou prefeito e vice-prefeito, far-se-á sempre em chapa única e indivisível, ainda que resulte a indicação de **aliança de partidos**” (grifo do autor) (BRASIL, art. 91 da Lei nº 4737/1965 - atualizada). Porém, o art. 6º da Lei nº 9.504, de 30 set. 1997 (Lei das Eleições), estabelece, de forma objetiva, o uso da terminologia “coligações”, aplicada tanto para as eleições pelo sistema majoritário quanto pelo sistema proporcional, bem como define regras sobre o modo como as coligações devem ser constituídas e atuar.

A denominação atualmente adotada pela legislação é mais precisa. Coligação envolve uma associação entre partidos que é regulada por lei e formalizada no âmbito da Justiça Eleitoral, tanto que funcionam para todos os efeitos como “um só partido” – o que tem sido chamado de “partido virtual”. Já o termo “aliança” é mais genérico, pois pode envolver tanto a união formal (“coligação”) quanto os apoios *ad hoc* e informais, como aquele que ocorre em 2º turno das disputas ou quando, por algum motivo, um partido não chega a legalizar o apoio, mas o afirma no âmbito político¹.

Outro aspecto importante, como aponta Schmitt (2005), é a necessidade de se diferenciar “coligações eleitorais” das “coalizões partidárias”, que também são “alianças” entre partidos. As coligações são associações entre partidos políticos com a finalidade de concorrer em uma eleição, já as coalizões são associações entre partidos, forjadas após as eleições, cuja finalidade é a sustentação ou a oposição congressual ao governo e que, em sua composição, não necessariamente precisam guardar semelhança com a união ocorrida para a disputa eleitoral.

¹ Dois exemplos da eleição para prefeito de Pelotas corroboram a distinção: (1) em 1992, o PTB não compôs a coligação PDS-PL, pois só tomou posição formal em relação ao pleito quando havia passado o prazo legal, o que o forçou a apenas “apoiar informalmente”; (2) em 1996, o PSB oficializou um candidato próprio e iniciou a campanha, mas, depois, abandonou a disputa e passou a apoiar o candidato da coligação liderada pelo PT, ou seja, passou a estar aliado, visto ser impossível, conforme as regras e os prazos legais, constituir uma coligação (BARRETO, 2014).

Desta forma, após a eleição, e com vistas à atuação governamental e/ou parlamentar, novos partidos podem (e corriqueiramente são) incluídos na coalizão e outros, que deram apoio na disputa eleitoral, podem não se manterem na aliança durante o exercício do mandato. Aliás, a legislação brasileira circunscreve a coligação ao evento das eleições, sem fixar qualquer obrigação dos partidos associados para depois do término do pleito. Por consequência, se o acordo é mantido, pode-se dizer que uma coligação se torna uma coalizão, incluindo os mesmos ou alguns dos membros originais, além de eventualmente incluir novos aliados.

Como dito anteriormente, a proposta de pesquisa apresentada volta-se a estudar um aspecto das coligações eleitorais para o qual não foi encontrado registro na bibliografia sobre o tema. Desta forma, a revisão da literatura apresentada objetiva fazer um breve panorama dos aspectos abordados em diferentes estudos sobre o tema e ressaltar a ausência da abordagem que a dissertação propõe.

Em sua síntese sobre os estudos de coligações, Krause (2010) destaca que existe uma divisão temporal, na qual, de um lado, estão trabalhos que enfocam o período 1945-1964, e de outro, aqueles que se referem ao período pós-democratização (1985 em diante). No entanto, é possível perceber a permanência de determinadas questões, como a da qualidade da representação política e a da dimensão ideológica das coligações, para as quais existem estudos tanto referentes ao período anterior à ditadura civil-militar, quanto ao posterior à redemocratização.

No que concerne à questão da qualidade da representação política, assinala que “o crescimento da fragmentação do sistema partidário brasileiro, as distorções da representação com partidos de insignificante expressão e que somente se elegem devido às alianças, faz o tema se tornar novamente uma preocupação dos cientistas políticos” (KRAUSE, 2010, p. 10).

Quanto aos estudos que consideram a análise da dimensão ideológica das coligações, Krause (2010, p. 11) assinala que os estudos referentes ao período 1945-1964 apresentam alguns resultados divergentes, “apesar de a grande maioria dos trabalhos indicarem a fragilidade da variável ideológica para explicar a estratégia associativa dos partidos”.

Igualmente, com relação aos estudos posteriores à redemocratização, tal como nos que se reportam ao período 1945-1964, Krause assinala que nem sempre as investigações apresentam conclusões semelhantes no que concerne ao perfil dos

partidos e ao perfil de suas alianças. Desta forma, ao indagar-se sobre o que esses resultantes divergentes indicam, assinala:

em primeiro lugar, a carência de trabalhos que contemplem uma série mais extensa de eleições, permitindo uma análise mais global – lembrando que os bancos de dados do TSE com informações sobre coligações são recentes. Em segundo lugar, a grande dificuldade de criar uma classificação das coligações que seja padronizada entre os diversos estudos (KRAUSE, 2010, p. 11-12).

A última linha de pesquisa apontada por Krause, em seu balanço de 2010, são os estudos que consideram o impacto e a influência do Poder Executivo no sistema partidário brasileiro, na qual “estudos empíricos sobre as coligações no novo regime têm demonstrado que tanto o Poder Executivo nacional como o estadual tem dado o tom da dinâmica das coligações, fenômeno chamado por muitos cientistas políticos de governismo” (KRAUSE, 2010, p. 14-15).

No âmbito desses estudos se incluem as abordagens que tratam da influência do Poder Executivo regional na dinâmica das coligações e a questão da existência de subsistemas partidários estaduais no Brasil. Neste caso, a autora faz a seguinte observação:

se a dinâmica das coligações majoritárias municipais constrói-se especialmente, ou mais fortemente, na ‘ordem’ estadual, por outro lado há a questão da nacionalização do sistema partidário. Nesta linha, a análise da lógica coligacionista também traz elementos que auxiliam o diagnóstico, pois mostram em que medida os partidos conseguem estabelecer estratégias coesas de ação, capazes de articular uma capilaridade na ação política (KRAUSE, 2010, p. 15).

As perspectivas analíticas apontadas por Krause, de fato, consolidaram-se e orientaram fortemente os estudos realizados sobre as coligações nos últimos anos. Machado (2017), além de registrar o grande crescimento da produção sobre o tema das coligações desde o balanço de Schmitt (2005), um dos pioneiros no gênero, assinala que duas questões chamam a atenção, quando se analisa a produção dos estudos referentes às coligações.

De um lado há um cânone muito consolidado, força do argumento de Soares no texto de 1964 com as teses simples e poderosas da ‘economia de esforços’ e da ‘resistência ideológica’. [...] Essas teses tornaram-se referência obrigatória [...] quase no sentido de uma eterna ‘reconfirmação’ dos achados de Soares. Disso implica um segundo ponto, o uso quase exaustivo de uma única abordagem analítica derivada da busca por corroborar ou refutar as

teses acima levantadas. Trata-se da classificação das coligações quanto ao seu grau de consistência, inicialmente elaborado por Oliveira (1973) (MACHADO, 2017, p. 40).

Em sua abordagem, Machado assinala, ainda, a inexistência de estudos voltados a comparar e a compreender os benefícios e as limitações apresentadas pelas diferentes ferramentas de análise utilizadas nos estudos sobre coligações. Desta forma, direciona sua análise para os aspectos nos quais, segundo ele, observam-se as maiores controvérsias na abordagem sobre os instrumentos analíticos: a) incentivos para realizar alianças decorrentes do tamanho dos partidos; b) a classificação sobre o posicionamento ideológico dos partidos; c) instrumentos analíticos utilizados na análise da configuração ou composição das coligações (MACHADO, 2017).

São três os eixos da discussão realizada por Machado (2017): relação entre o tamanho partidário e os incentivos para celebrar coligações; classificação ideológica ou posicionamento político; caracterização das coligações. Quanto ao tamanho partidário e aos incentivos, mais do que uma questão de simples verificação, ressalta a necessidade de compreender seus incentivos e que duas linhas foram seguidas pelos estudos sobre a questão, as quais remontam ao início dos anos 1970.

Inicialmente, a percepção de que existiriam incentivos distintos a depender do porte do partido político, o que induziria a que as coligações fossem formadas predominantemente por um partido de grande porte com o apoio de partidos menores. Em seguida, os estudos de Oliveira (1973), que classifica os partidos em grande ou pequeno com base nas bancadas na Câmara Federal, e de Souza (1976), que aponta a necessidade de se considerar a força eleitoral dos partidos nos estados, pois a capacidade de obter de forma isolada os votos necessários pode resultar em diminuição do interesse pelas coligações (MACHADO, 2017).

No entanto, no Brasil, o fato de um partido ser considerado forte nacionalmente não implica necessariamente que ele seja igualmente forte em uma unidade da federação específica. Desta maneira, o autor pondera que abordagens que partem da conformação geral em nível nacional podem ter dificuldades para captar a dinâmica da negociação política em alguns contextos. Esta é a interpretação de Lima Jr. (1983), a qual remete à impossibilidade de atribuir características da dinâmica federal para explicar fenômenos estaduais. Neste sentido, deve-se considerar também a realidade contextual, o que implica considerar quais são os demais partidos efetivamente na

disputa, dada a variação da capacidade de organização e de obtenção de apoio eleitoral de cada partido em cada ambiente eleitoral específico (MACHADO, 2017).

Assim, Machado (2017) ressalta que as interpretações mais recorrentes – de um lado, a que associa o porte partidário à força de mobilização política; e, de outro, a que vincula o tamanho do partido à capacidade de organização partidária – guardam semelhança com a tese da “economia de esforços”, quando não existem incentivos para formar uma aliança eleitoral, assim como com a tese da “resistência ideológica”, quando a abordagem é sob o prisma da submissão das seções subnacionais de um partido a interesses estratégicos nacionais.

Quanto ao eixo da classificação ideológica ou posicionamento político, o autor destaca inicialmente que a solução mais comum tem sido o uso das classificações consideradas com as adotadas tradicionalmente pela literatura. Porém, pondera que “a classificação ideológica deve considerar um contexto tanto de relações entre os grupos políticos como em relação ao momento histórico no qual essas relações de força ocorrem” (MACHADO, 2017 p. 43).

Após discorrer sobre diferentes aspectos envolvidos no debate acerca da classificação ideológica e do posicionamento político, Machado (2017) conclui sua discussão, refletindo acerca de como se pode adequar a percepção dos analistas à variação partidária ao longo dos anos. Neste sentido, uma das formas de solucionar a questão é considerar a ideologia como uma medida de posicionamento que pode conter elementos de longa ou de curta duração.

Por outro lado, o autor argumenta que o conceito de governismo pode ser considerado uma dimensão complementar à de ideologia. Assim, da mesma forma que o conceito de ideologia orienta os agentes e simplifica o debate político, a classificação dos agentes quanto ao governismo permite operação semelhante, servindo para demarcar adversários e aliados no interior do campo político. Assim, “ideologia e posicionamento no eixo do governo-oposição são, portanto, duas dimensões da ação político-partidária” (MACHADO, 2017, p. 54).

No que concerne ao terceiro e último eixo de sua abordagem, a caracterização das coligações, Machado (2017) assinala que a abordagem mais recorrente no Brasil é a que objetiva as classificar segundo tipos de consistência. Segundo o autor, o foco das análises é a interpretação acerca da qualidade ideológica das alianças eleitorais. Nesta metodologia, em primeiro lugar, é necessário classificar os partidos no *continuum* esquerda-direita, para depois classificar as coligações em torno de três

tipos ideais, a saber: a) consistentes (apenas partidos de mesma classificação ideológica); b) mais ou menos consistentes (apenas partidos de centro e esquerda, ou de centro e direita); c) inconsistentes (coligações que contenham, ao mesmo tempo, pelo menos um partido de direita e de esquerda).

O autor aponta algumas das críticas dirigidas a essa perspectiva de caracterização das coligações. De um lado, elas são criticadas porque a existência de graus distintos de consistência não seria capaz de apreender as nuances da composição das coligações. De outro, pela constatação de que os partidos de centro, por suas próprias características, têm uma chance mais reduzida de que suas coligações sejam classificadas como inconsistentes.

Um segundo aspecto que torna a questão da classificação mais complexa é que a delimitação do critério de consistência acaba por ser uma terminologia normativa. O questionamento implícito é se a coligação obedece a critérios de racionalidade ideológica, concluindo que seria mais adequado falar de coerência ideológica (MACHADO, 2017).

Na perspectiva do autor, os ganhos obtidos com a classificação de consistência/coerência ideológica é que, além da sua fácil descrição, permitem criar um padrão de comparação. Todavia, ressalta que “essa abordagem toma as coligações como unidade de análise, sendo avaliada a distribuição dos formatos das alianças eleitorais, não os incentivos específicos e diferenciados existentes a cada partido” (MACHADO, 2017, p. 56).

O autor faz a ressalva que o problema de “classificar as coligações a partir da racionalidade é definir *a priori* qual seria uma orientação correta para a ação política das organizações partidárias” (MACHADO, 2017, p. 56). Desta forma, existe um viés que dificulta perceber qual são, de fato, as orientações partidárias, pois o diagnóstico já faz parte do pressuposto da análise. Assim, seu entendimento é que a avaliação da consistência ideológica deve ser realizada após a aplicação do instrumental de análise, sendo necessária maior neutralidade ao mesmo.

O autor destaca, ainda, os estudos acerca das coalizões de governo e de oposição, que abordam a distância ideológica entre os partidos que as integram. Esse é o caso do estudo de Peixoto (2010), no qual as coligações são analisadas sem uma classificação prévia dos partidos, que por meio de consecutivas regressões logísticas por partido tenta identificar as chances de cada um se coligar com os demais. Igualmente, a metodologia proposta por Miguel (2004) é baseada na construção de

índices que objetivam captar variações na composição das coligações, mas que, ainda assim, é construída tendo por referência o posicionamento dos partidos, que é pré-estabelecido. Por fim, ressalva “a importância de combinar instrumentos analíticos para a averiguação de um quadro mais preciso sobre a dinâmica das coligações” (MACHADO, 2017, p. 59).

Com a ampliação e o aprofundamento dos estudos sobre o tema das coligações, novas abordagens analíticas surgem, a partir da reflexão crítica sobre os trabalhos realizados. É assim que Peres e Lenine (2017) apresentam uma nova perspectiva analítica que denominam uma abordagem ecológica das coligações eleitorais. Inicialmente, os autores destacam que desde os anos 1960 têm sido realizadas pesquisas sobre a composição de alianças entre partidos no âmbito internacional, tanto por meio de estudos de caso quanto de abordagens comparativas. No entanto, ressaltam que

embora as alianças partidárias se bifurquem em duas modalidades – coligações e coalizões –, o que predominou de maneira bastante mais acentuada na agenda de pesquisas foram as investigações acerca das coalizões de governo (PERES; LENINE, 2017, p. 61).

Os autores argumentam que as linhas investigativas desenvolvidas para explicar suas propriedades, dinâmicas e efeitos para a governança foram influenciadas pela teoria da escolha racional de Muller e Ström (1999), que redundaram em dois modelos explicativos do comportamento partidário, com foco na motivação das suas ações no processo de formação de governo.

De um lado, o modelo que considera a coalizão como central para a conquista de cargos, o que motiva os partidos no sentido *office-seeking*, tendo em vista que a motivação primordial dos partidos é o controle dos recursos do governo. De outro, o modelo que é um desdobramento do primeiro e considera que a competição pelos recursos tem um objetivo ulterior a maximização das políticas de preferência dos partidos, ou seja, motiva os partidos pelo *drive policy-seeking*. Assim, formam-se duas tradições de pesquisas e “cada qual se dedica a dois temas centrais: (1) como determinar e prever a quantidade ótima de parceiros nas coalizões [orientação *office-seeking*] e (2) que perfil qualitativo deve predominar em cada uma delas [orientação *policy-seeking*]” (PERES; LENINE, 2017, p. 62).

Os autores destacam dois aspectos relevantes ainda com relação aos estudos em nível internacional. De um lado, o viés normativo das análises focadas no *drive policy-seeking*, que implica um julgamento desfavorável das coligações entre partidos ideologicamente dessemelhantes; de outro, o fato de que os poucos estudos sobre coligações realizados se limitam a basicamente transpor as abordagens utilizadas para análise das coalizões de governo (PERES; LENINE, 2017).

No que concerne ao Brasil, os autores apontam que ocorreu a mesma transposição teórica realizada nos estudos internacionais. Porém, segundo Peres e Lenine (2017), esses estudos quase nunca explicitam essas vinculações teóricas, que, entretanto, podem ser identificadas, quando se observa não só o tipo de problematização como o conjunto das variáveis mobilizadas, o que induz a uma postura axiológica que limita a compreensão do fenômeno. Desta maneira, destacam que existe “um viés favorável às alianças entre partidos ideologicamente semelhantes e uniformes no tempo e no espaço e, ainda, a percepção de que as coligações têm efeito exclusivamente negativo sobre o sistema partidário e a governabilidade” (PERES; LENINE, 2017, p. 63).

A discussão realizada pelos autores objetiva inicialmente relativizar a perspectiva negativa sobre os supostos efeitos deletérios das coligações sobre a governança e a representação para, então, apresentarem seu esboço de modelo heurístico alternativo.

Esse modelo possibilita compreendê-las sem juízos de valor acerca da semelhança ou dessemelhança ideológica entre seus parceiros, pois propõe outra cosmologia para a abordagem do fenômeno, outra forma de concebê-lo e explicá-lo. Nossa proposta é a incorporação das premissas principais da teoria da escolha racional acerca das motivações partidárias à Ecologia, de acordo com o enquadramento da teoria da evolução (PERES; LENINE, 2017, p. 64).

Para fins da dissertação, as questões suscitadas em relação ao estudo de Peres e Lenine (2017) são suficientes, pois o objetivo principal, neste caso, é o de evidenciar o esforço teórico realizado a fim de constituir novas abordagens analíticas, o que concorre para aprofundar e tornar mais complexas as reflexões sobre o fenômeno das coligações eleitorais.

Uma grande parte dos estudos sobre coligações eleitorais se concentra na análise das coligações formadas para as disputas em eleições proporcionais, que não serão objeto de investigação da presente pesquisa. No entanto, parte das questões

tratadas nessas análises se refere às relações existentes entre essas eleições proporcionais e as majoritárias.

Este é o caso, por exemplo, do estudo de Sousa (2005), que analisa as coligações partidárias nas eleições proporcionais de 1954, 1958 e 1962, particularmente as disputas para os cargos de deputado federal e de deputado estadual. O autor analisa também a influência sobre as coligações da coincidência entre os pleitos majoritários (Senado e Governos estaduais) e os pleitos proporcionais (Câmara dos Deputados e Assembleias estaduais). Cabe lembrar que, no período estudado por Sousa, ao contrário da situação atual, não havia a coincidência obrigatória entre os pleitos analisados.

Dentre outras questões levantadas pelo autor, ele conclui que:

as eleições majoritárias têm uma forte influência na formação de alianças para disputa de cargos proporcionais num sistema multipartidário. Tal conclusão se encaixa dentro da perspectiva teórica da escolha racional, isto é, os cálculos feitos pelos partidos para participarem das coligações em ambas as situações buscam a maximização do ganho eleitoral. Nos estados onde não há coincidência de pleitos, a eleição de deputados fica dissociada do Executivo e, portanto, o número de alianças e coligações tende a ser menor (SOUSA, 2005, p. 40).

Sousa, no entanto, faz uma ressalva (em nota de fim de página) para afirmar que essa dissociação entre pleito proporcional e majoritário nos estados onde não há coincidência das eleições é teórica, pois, na prática, governador ou senador podem – e o fazem quase sempre –, apoiar um partido ou coligação, seja pelo anúncio de seu voto, seja economicamente.

A questão da coincidência entre pleitos majoritários e proporcionais fica relativizada no período pós-democratização, em particular a partir de 1994, na medida em que as eleições para Presidente, Senador, Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual passam a ser coincidentes e realizadas a cada quatro anos, assim como as eleições para Prefeito e Vereadores, igualmente coincidentes, são realizadas dois anos após o pleito geral, também com um intervalo de quatro anos. No entanto, a questão da relação entre pleitos majoritários e proporcionais, bem como das coligações eleitorais e a nacionalização dos partidos, ganha força.

Nesta direção segue o estudo de Krause (2005), que analisa comparativamente as coligações eleitorais para os executivos (presidente e governadores), nas eleições casadas de 1994, 1998 e 2002. Segundo a autora, com a coincidência das eleições

no calendário eleitoral, “os partidos são desafiados a elaborar ao mesmo tempo uma política nacional e regional de coligação para os executivos, o que possibilita construir um perfil e um indicativo de tendência de nacionalização dos partidos políticos e do sistema partidário brasileiro” (KRAUSE, 2005, p. 115).

Segundo aponta Krause (2005), a Ciência Política, para distinguir os partidos políticos de outras instituições, define alguns elementos básicos que caracterizam os partidos políticos modernos, de forma que:

entre os elementos destacados estão as dimensões da (a) formação, (b) presença e (c) atuação da organização política. No que diz respeito à formação de um partido político, este, para ser reconhecido como tal, deve sustentar uma organização que extrapole o limite de um pequeno grupo específico. A dimensão da presença se refere ao espaço geográfico em que atua um partido político, ou seja, um partido político tem presença física abrangente, que se estende do local ao nacional. Quanto à dimensão da atuação de um partido político, este se sustenta em atitudes que garantam uma homogeneidade de ação política, que coadune e uniformize as ações da organização política do local ao nacional (KRAUSE, 2005, p. 116).

Entretanto, a autora ressalta que o processo de nacionalização dos partidos não pode ser visto apenas pelo prisma do eleitorado e da representação institucional, ou seja, possuir um eleitorado bem distribuído em todo o território nacional, além de manter presença em diversos estados, pois isto não é suficiente para verificar se o nível de nacionalização formal se coaduna com o perfil de atuação de suas lideranças (entendidas em sentido amplo, incluindo, além de dirigentes com cargos na estrutura do partido, parlamentares e ocupantes de cargos executivos – governador e prefeitos). De maneira que,

a constatação de um processo de nacionalização partidária, medido pelo eleitorado e pela representação institucional, não é capaz de detectar se um outro processo, o de regionalização partidária, ocorre de forma paralela e conjunta. A observação do comportamento das lideranças enriquece o debate sobre o processo de nacionalização dos partidos brasileiros nos permitindo detectar *in loco* o nível de *coesão-desunião* dos partidos políticos brasileiros que atuam na arena nacional (KRAUSE, 2005, p. 117).

O estudo de Krause (2005) investiga as coligações majoritárias a nível estadual, procurando compreender suas relações com as coligações majoritárias formadas em nível nacional. Desta forma, incorpora questões relacionadas ao sistema eleitoral e ao sistema partidário brasileiros, em particular a da nacionalização dos

partidos e a da convivência simultânea de dois subsistemas partidários no Brasil, um nacional e subsistemas regionais.

Em outra direção, o estudo de Ribeiro (2010) se volta às coligações para prefeito, no período de 1996 a 2008, no restrito grupo das 26 capitais dos estados e dos 53 municípios com mais de 200 mil eleitores, os quais, pela legislação atual, têm a possibilidade de realização de um segundo turno nas eleições. No conjunto, eles somam cerca de 47 milhões de eleitores, o que representa, aproximadamente, 36% do eleitorado nacional (RIBEIRO, 2010).

O autor resgata brevemente os principais eixos analíticos que têm orientado os estudos sobre coligações eleitorais. De um lado, as perspectivas mais tradicionais, que incluem: os estudos que apontam para a prevalência do pragmatismo como mola propulsora das coligações, razão pela qual os partidos constroem alianças para minimizar os custos e maximizar suas chances eleitorais e desconsideram a coloração ideológica dos parceiros necessários à vitória; e os centrados na perspectiva que coloca a ideologia como um freio às coligações, em que o alcance das alianças, que também visam a maximizar suas chances, é restringido por sua matriz ideológica e de seus aliados, pois podem acarretar mais custos do que benefícios. De outro lado, os estudos mais recentes, aqueles que introduzem a questão do posicionamento frente aos governos dos diferentes níveis (governismo X oposicionismo) e os que consideram o comportamento coligacionista pregresso e/ou nas demais arenas eleitorais (RIBEIRO, 2010).

O autor ressalva, então, que dentre as maiores legendas, o caso do PT era o que melhor representava os vários constrangimentos que podem limitar a adoção de um pragmatismo “puro”. Ribeiro (2010) destaca que estudos realizados por Miguel e Machado (2007), tomando como universo todos os municípios do País, apontou que existia uma elevada correlação entre o porte do município e duas dimensões de classificação das coligações petistas.

Na dimensão ideológica, tanto em 2000 como em 2004 as coligações petistas penderam mais à esquerda quanto maior a cidade. Na dimensão governativa, quanto maior era o porte do município, mais as alianças petistas privilegiaram, em 2000, partidos de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso; em 2014, a correlação positiva se deu em relação aos partidos da base de apoio ao governo Lula no Congresso (RIBEIRO, 2010, p. 302).

Com base nessas indicações, Ribeiro (2010) aponta a necessidade de se considerar a variável “tamanho dos municípios” nos estudos do tema das coligações, bem como que isto justificaria a realização de estudos específicos em determinadas cidades, no caso, os municípios de maior porte, como os que o autor analisa. Segundo Ribeiro (2010, p. 303), nesse “universo restrito de cidades é esperada certa consistência das coligações entre os partidos, tanto no eixo ideológico (espectro esquerda-direita) quanto no eixo governativo (apoio ou oposição ao governo federal)”.

Desta forma, seu estudo objetiva avaliar essa proposição, identificando padrões nas coligações formadas entre as nove legendas mais relevantes do quadro partidário brasileiro, porém com o foco da análise “na identificação dos *parceiros preferenciais* de aliança de cada partido, e não na classificação de cada coligação (chapa entre várias legendas) nos eixos ideológico e governativo” (RIBEIRO, 2010, p. 303).

As legendas consideradas para o estudo e seus respectivos campos ideológicos são: Esquerda (PT, PDT e PSB); Centro (PMDB e PSDB); Direita (PL/PR, PTB, PFL/DEM, PPB/PP). As alianças com demais partidos foram ignoradas (RIBEIRO, 2010).

O estudo inicia pela análise do nível geral de aliancismo dos partidos no universo do G79 nas eleições para prefeito realizadas no período de 1996 a 2008, da qual Ribeiro extrai uma primeira conclusão, que é a de que “os principais partidos brasileiros aprenderam a jogar o jogo das coligações” (RIBEIRO, 2010, p. 306).

Os dados sistematizados por Ribeiro (2010) demonstram, dentre outros aspectos, um vigoroso crescimento do aliancismo entre as agremiações de esquerda, com destaque para PT e para PSB, cujas coligações cresceram, respectivamente, em 429% e 237%, sendo que o campo da esquerda passou a representar um terço do total das coligações em 2008, frente a 23% que ocupava em 1996. No agregado, o total de coligações celebradas por esses partidos mais do que dobrou no período.

Ribeiro destaca que não apenas o PT se abriu para alianças, mas, também, que no período ocorreu uma redução do número de candidaturas isoladas (de um só partido) e um crescimento das candidaturas coligadas, de forma que:

reduziu-se progressivamente a quantidade total de candidaturas a prefeito em que ao menos um dos nove partidos considerados estava presente; com isso, a média de chapas (ou candidaturas) por cidade caiu de 4,5 em 1996 para 3,3 em 2008. Em suma: as grandes legendas, que antes se dividiam por diversas candidaturas, passaram a compor chapas nas disputas pelas

prefeituras municipais com uma frequência cada vez maior (RIBEIRO, 2010, p. 307).

Um aspecto importante apresentado por Ribeiro com relação ao PT é que a mudança de estratégia do partido e a maior disponibilidade para formar coligações, ampliando o espectro ideológico, não implicou uma secundarização de seus candidatos, mas sim “significou principalmente a atração de novos aliados de centro e de direita as suas candidaturas, e não a adesão do PT às candidaturas dos aliados” (RIBEIRO, 2010, p. 308).

Este aspecto, junto com a consolidação de PMDB, PSDB e PT como as principais agremiações partidárias no Brasil, são fatores que ajudariam a explicar a forte tendência de redução das candidaturas próprias dos demais partidos. Em especial, PP, PTB e PL/PR perderam, sensivelmente, o protagonismo que possuíam nas médias e grandes cidades do País (RIBEIRO, 2010).

Duas outras observações merecem destaque. De um lado, a manutenção do padrão coligacionista do PSDB, cuja média de alianças com o campo da direita manteve-se sempre em um patamar igual ou superior ao dos partidos da própria direita em suas coligações intracampo, em particular a solidez de sua aliança com o PFL/DEM. No que concerne ao PFL, cabe destacar que sua posição fortemente oposicionista ao governo Lula não impediu que ele se aproximasse do campo da esquerda, com maior intensidade com PDT e PSB, mas que alcança também o PT, com o qual participou da mesma chapa em oito municípios no ano de 2008 (RIBEIRO, 2010).

De outro lado, até 2002, a orientação coligacionista do PT respeitava diretrizes do Diretório Nacional, de forma que priorizava na dimensão ideológica as coligações com outros partidos de esquerda e, na dimensão governativa, com partidos de oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, com a chegada de Lula à presidência, ocorre um embaralhamento das duas dimensões, uma vez que a adesão à coalizão governista de partidos de centro e de direita faz com que se tornassem potenciais aliados nos municípios (RIBEIRO, 2010).

Um terceiro aspecto da análise de Ribeiro se dá com a avaliação do conjunto de coligações de cada partido a partir dos eixos ideológico e governativo. Para tal, utiliza o Índice de Viés Ideológico (IVI) e o Índice de Governismo (IG), na forma de

cálculo proposta originalmente pelos autores Miguel e Machado (2007)². A opção realizada pelo autor decorre do objetivo específico do estudo, que é identificar os parceiros preferenciais de cada partido. Assim, para evitar confusões, entre os dois métodos utilizados (original e aperfeiçoado), os valores são calculados partidariamente, e não por chapa, o autor refere-se como IVIpart e IGpart (RIBEIRO, 2010).

A análise baseada nos índices permite ao autor verificar o movimento de inflexão das coligações do PT. Em 1996, elas ocorriam quase que de forma exclusiva com partidos de esquerda e deslocam-se, ao longo do tempo, em direção ao centro. Já o PSDB, com larga distância dos demais, apresenta os valores mais pendentes à direita. Considerando o IVIpart, oito dos nove partidos analisados (exceção ao PSDB) apresentam valores que indicam coligações tendentes ao centro. Como esperado, a sobreposição das dimensões ideológica e governativa, nos anos FHC, produziu um grau de correlação quase perfeitamente linear em 1996 e 2000. Esta situação muda no governo Lula, que fez os índices descolarem (RIBEIRO, 2010).

Ao final de seu trabalho, Ribeiro (2010) tece algumas considerações, dentre as quais destacam-se:

a) o ecletismo das coligações de PMDB, PSDB, PFL/DEM e PP parecem confirmar uma característica do sistema partidário brasileiro, que é a ampla autonomia gozada pelas seções subnacionais na definição de suas estratégias eleitorais;

b) a maior inteligibilidade quanto às variações do PT revela um atributo do partido desde suas origens, que é a centralização nacional da ação política, materializada em uma política de alianças também definida na cúpula partidária. Por outro lado, dada a inflexão em direção ao centro, não se pode descartar que possa estar havendo uma progressiva concessão de autonomia às seções locais e regionais, em detrimento da tradicional centralização da política de alianças;

c) nos grandes centros, não se pode desconsiderar a interferência de fatores extramunicipais, como o posicionamento do partido em relação aos governos estaduais e federal. Para além da sofisticação do eleitorado, as diferenças de padrão coligacionista entre municípios pequenos e os médios e grandes centros, como a influência das estratégias eleitorais partidárias, devido aos impactos que as eleições

² Para a forma de cálculo do índice de Viés Ideológico (IVI) e do Índice de Governismo (IG), em sua forma originalmente proposta, ver: Miguel; Machado (2007).

municipais nos médios e grandes municípios têm nas eleições posteriores para Presidente e Governador.

2.2 Comunicação eleitoral

Devido às características do objeto de estudo desta pesquisa, ampliou-se o escopo da revisão bibliográfica para incluir algumas das reflexões sobre a comunicação política e eleitoral. Com isso, apresentar de forma parcial alguns estudos da área com vistas a aprofundar um pouco a compreensão de seu objeto.

Assim, essa revisão permitiu o acesso a diversos estudos, com diferentes perspectivas teóricas e metodológica, que auxiliaram tanto a compreensão do objeto quanto a construção da metodologia utilizada na pesquisa, em particular para classificação das denominações das coligações eleitorais.

No entanto, além de se limitar a apresentar de forma mais resumida alguns estudos, prioriza seus aspectos metodológicos, não se detendo em seus resultados específicos. Os estudos foram incluídos para ilustrar parte das discussões desta área e demonstrar como, de alguma forma, influenciaram na realização deste trabalho.

Os estudos sobre comunicação, num formato contemporâneo, surgem no Brasil no início dos 1970. Todavia, as análises sobre mídia e política eram quase inexistentes. É apenas ao final desta década e no começo dos anos 1980, com a ampliação dos espaços democráticos, que surgem estudos mais relacionados à comunicação e política. Com a realização, em 1989, da primeira eleição direta para presidente do Brasil após o início do regime militar, a área começa a se consolidar como um campo de investigação. Assim, ocorre um crescimento expressivo dos estudos sobre a comunicação política no Brasil (RUBIM; AZEVEDO, 1998).

Desde então, diversos trabalhos foram realizados, são vários os temas investigados, dentre eles: o surgimento e a estruturação da propaganda política; as relações entre o desenvolvimento dos meios de comunicação, particularmente a televisão (mais recentemente a internet), com a propaganda política; a relações entre os meios de comunicação, a formação da opinião pública, as democracias representativas e seus sistemas partidários; a “americanização das campanhas”; a

influência da comunicação eleitoral na definição de voto do eleitor e para o sucesso eleitoral das candidaturas³.

Com a importância adquirida pela mídia e os meios de comunicação de massa nas democracias contemporâneas, a televisão em particular, as relações entre mídia e propaganda política tornou-se um tema relevante para os estudos da área. Assim, parte significativa dos estudos é sobre a propaganda política na televisão. No caso do Brasil, pelas características específicas de seu modelo, isto remete aos estudos sobre o HGPE.

Inicialmente, um aspecto importante a se assinalar é a influência do período do regime militar no Brasil, na forma como a propaganda política na televisão se desenvolveu,

a propaganda política na televisão no Brasil remete suas origens à década de 60, mas foi apenas a partir da metade da década de 80 que ela adquiriu relevância política. O regime de exceção que vigorou neste intervalo foi o grande responsável pelo retardo no seu desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 2004, p. 467).

Dentre várias questões que são abordadas por Albuquerque (2004) com relação ao impacto do regime militar na propaganda política, pode-se apontar a edição, após o resultado das eleições de 1974, da Lei nº 6.339, de 01 jul. 1976, conhecida como Lei Falcão, que impôs drásticos limites à propaganda eleitoral e regulou todas as demais eleições realizadas pelo regime militar.

Desde então, o HGPE fez parte de todas as legislações que regulamentaram os diferentes pleitos realizados, e a cada nova legislação eleitoral aprovada eram fixadas regras para a propaganda eleitoral. Essas, em geral, tratam do tempo de duração do HGPE, da forma como é distribuído para os partidos (proporcional ao tamanho das bancadas), formato dos programas, horários de exibição, etc. Ao longo dos anos, além da redução do tempo de duração, foram introduzidos os *spots* de 30s e de 60s, restrições quanto aos formatos com proibição de trucagens, tomadas externas, dentre outras.

As regras da propaganda eleitoral apresentaram certa estabilidade em alguns períodos e em outros sofreram alterações mais significativas de forma que,

³ Sobre o desenvolvimento dos estudos da área da comunicação política no Brasil e algumas das principais questões teóricas envolvidas, ver os trabalhos de: Rubin e Azevedo (1998), Albuquerque (2004) e Miguel (2004).

desde a reabertura política e a volta do pluripartidarismo, os brasileiros foram convocados a eleger seus representantes em 17 diferentes ocasiões: 1982, 1985, 1986, 1988, 1989, 1990, 1992, 1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012. Nesse período, o País conheceu dez diferentes leis eleitorais que estipularam regras distintas relativas à duração das campanhas, à divisão do tempo entre os candidatos e à quantidade de minutos diários em cada eleição. A estabilidade foi alcançada apenas a partir da aprovação da Lei 9.504, em setembro de 1997, que vigora até o momento sem sofrer alterações significativas (BORBA; FIGUEIREDO, 2014, p.103).

Porém, desde as eleições realizadas em 2012, quatro novas legislações foram aprovadas (Lei 12.891/2013, Lei 12.976/2014, Lei 13.165/2015 e Lei 13.488/2017) e promoveram diversas alterações na Lei 9.504/1997. Com base no argumento da redução do custo das campanhas foram introduzidas diversas alterações no que concerne à propaganda eleitoral, de forma geral, e que também incidiram no HGPE. Desta maneira, a estabilidade apontada por Borba e Figueiredo (2014) deve ser relativizada face a essas mudanças.

Os estudos sobre o HGPE adquirem relevância por se constituírem em uma característica própria do modelo da propaganda política no Brasil, de maneira que,

uma das peculiaridades do caso brasileiro está no formato do acesso de partidos e candidatos à mídia eletrônica – a chamada propaganda eleitoral e partidária gratuita, que visa a reduzir a influência tanto do poder econômico (já que o espaço em rádio e TV não precisaria ser comprado) quanto da própria mídia (uma vez que os atores políticos teriam autonomia para apresentar seus próprios enquadramento e agenda). A capacidade efetiva de cumprir todas essas metas é discutida; mas é inegável que o horário eleitoral é entendido pela elite política como um elemento essencial de qualquer estratégia de campanha (MIGUEL, 2004, p. 10).

A atenção dispensada pela mídia aos movimentos realizados pelos partidos, tanto ao promoverem alterações na legislação eleitoral quanto em suas estratégias coligacionistas, para ampliar o tempo disponível para a propaganda política no rádio e na televisão, reforça a ideia de que o HGPE é visto como um recurso essencial na disputa eleitoral, de modo que

a ação estratégica dos partidos e a atenção que a mídia confere a tais movimentos indicam que os atores políticos brasileiros atribuem ao tempo que possuem no horário eleitoral condição, senão suficiente, ao menos necessária para o sucesso nas urnas. O jogo é de soma zero. Aumentar o tempo de propaganda eleitoral significa diminuir proporcionalmente o tempo dos adversários (BORBA; FIGUEIREDO, 2014, p.102).

O HGPE pode ser visto como o momento em que a política entra no cotidiano da vida das pessoas. Como parcela da população não possui identificação partidária, acaba por decidir o voto ao longo da campanha, utilizando diferentes informações, inclusive do HGPE, desta forma, são esses eleitores o alvo potencial dos programas eleitorais. Apesar de não ser determinante na decisão do voto, o HGPE tem importância por se constituir em um dos componentes formadores do ambiente informacional dos eleitores, além de estimular o debate público sobre os temas que apresentam (CERVI; MASSUCHIN, 2011).

Desta forma, devido à importância da televisão na propaganda eleitoral e à relativa centralidade que ocupa nos estudos da área, a prioridade desta revisão são os estudos que enfocam o HGPE, com ênfase naqueles que tratam especificamente das campanhas para cargos majoritários, mas inclui também alguns enfoques em eleições proporcionais.

Assim, é importante destacar o estudo de Figueiredo et al. (1997), no qual se analisam as estratégias de persuasão eleitoral, utilizadas nas campanhas majoritárias para as prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1996⁴, em particular, as estratégias de persuasão do eleitor, considerado principal objetivo de uma campanha eleitoral. Para tanto, adota como referência empírica a análise dos comerciais veiculados pelas respectivas campanhas.

Segundo seus autores, abria-se uma nova linha de pesquisa, dada a inexistência, à época, no Brasil, de uma tradição de estudos que adotassem a mesma perspectiva e tomassem as campanhas eleitorais como uma variável fundamental na explicação final do processo eleitoral e dos resultados eleitorais. Desta forma apresentam uma metodologia de pesquisa que aplicam como teste ao caso específico de seu objeto.

Os autores partem da ideia de que o objetivo maior de qualquer candidatura e dos partidos políticos é ganhar o poder político e que esse é um processo longo que passa pelo voto popular. Desta maneira, em uma disputa majoritária, ganha quem obtém mais votos, ou seja, quem é capaz de persuadir a maioria. Entretanto, no

⁴ Os autores publicaram uma segunda versão de seu artigo na Revista Opinião Pública, v. 4, n 3, 1997. Porém, não apresentaram a descrição completa de todas as categorias retóricas construídas. Desta forma, a opção foi por consultar a versão original, apresentada no XXI Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 1997.

contexto eleitoral, persuasão é uma ideia mais fluída do que em outros contextos, de forma que,

no debate eleitoral, os candidatos usam uma retórica cuja argumentação é de natureza ficcional. Neste caso, para convencerem a maioria dos eleitores, todos constroem um mundo atual possível, igual ou um pouco diferente do mundo atual real, e com base nele projetam um novo e bom mundo futuro possível. A estrutura dessa argumentação tem duas vertentes: o mundo atual está ruim, mas ficará bom; ou o mundo atual está bom e ficará ainda melhor. A primeira vertente é típica da argumentação da oposição e a segunda da situação. Este tipo de argumentação é de natureza ficcional por duas razões: primeiro, porque o bom mundo futuro possível ainda não se realizou, e não há nada na lógica, a partir da qual é deduzido, que garanta a sua realização; segundo, porque o mundo atual possível, seja o bom ou o ruim, é um construto inferido do mundo atual real (FIGUEIREDO et al., 1997, p. 3).

Porém, os autores destacam que, ao mesmo tempo em que a ideia da persuasão é mais fluída no contexto do debate eleitoral do que em outros contextos, no que se refere ao processo de persuasão, este é mais complexo, na medida em que as candidaturas transitam, o tempo todo, entre mundos possíveis, atuais e futuros (FIGUEIREDO et al., 1997).

Resumidamente: a lógica do discurso eleitoral em uma eleição majoritária se estrutura a partir da disputa entre diferentes discursos sobre o mundo atual possível, o mundo futuro possível, a melhor forma de construir esse futuro e quem é capaz de garantir que isso será realizado, ou seja, uma dada candidatura ou partido. Assim,

um discurso com esta estrutura constitui-se na retórica da persuasão eleitoral. Esta retórica é o argumento da campanha. O argumento de uma campanha, isto é, a sua retórica, é o primeiro passo, e talvez o mais importante, para compreendermos e explicarmos o porquê candidatos ou partidos ganham ou perdem eleições (RIKER, 1996 apud FIGUEIREDO et al., 1997, p.4).

Neste sentido, analisar campanhas eleitorais é analisar retóricas em competição pelo voto. Assim, a retórica da situação (mandatário) visa a construir um discurso sobre um “mundo atual bom” e de um “futuro melhor”; enquanto a da oposição (desafiante) a de um “mundo atual ruim” e de um “futuro bom”.

Apoiados nas noções de “princípio dominante” e “princípio da dispersão” de Riker (1996), os autores estabelecem sete proposições, cada uma acompanhada de seu respectivo corolário, as quais permitem organizar um conjunto de categorias analíticas. Essas são utilizadas para identificar os elementos retóricos utilizados nas

propagandas eleitorais e, com isso, captar as estratégias das campanhas nas disputas majoritárias que são analisadas.

Conforme apontam,

para a análise dos comerciais eleitorais foi elaborada uma estratégia metodológica com dois objetivos básicos: primeiro, inovar na análise da propaganda política no Brasil, que até hoje tem sido inteiramente voltada para a análise interpretativa do discurso, inferindo, daí, estratégias de comunicação; segundo, ser o mais comparável possível com as análises de propaganda eleitoral feitas em outros países, especialmente nos Estados Unidos, tendo em vista que o modelo de comerciais usado na campanha de 96 foi marcadamente semelhante aos usados naquele país (FIGUEIREDO et al., 1997, p. 7).

São nove as categorias construídas para analisar as estratégias das campanhas eleitorais. Ainda que algumas sejam específicas para a realidade brasileira, foram baseadas na literatura internacional de estudos sobre o mesmo tema. São as seguintes categorias analíticas: estratégias de comunicação; formatos e técnicas de produção; a construção do discurso; os apelos; os objetivos das mensagens; as características pessoais; o clima geral do comercial; e os temas levantados pelas campanhas.

Tendo em vista que é possível identificar em um único comercial mais de um elemento discursivo, a opção metodológica adotada pelos autores nestas situações foi codificar a mensagem em mais de uma categoria. Assim, a lógica analítica para a categorização de todos os elementos contidos em um comercial consistiu em registrar a presença ou ausência do elemento em observação.

Os elementos constitutivos de cada uma dessas categorias e a forma como são operacionalizadas não serão explorados e apenas alguns deles serão anunciados. No caso das estratégias de comunicação, os comerciais foram classificados com a finalidade de avaliar se a estratégia era coerente com a posição da candidatura na disputa.

Desta forma, o conteúdo dos comerciais foi classificado em categorias próprias de mandatário (situação) e desafiante (oposição), cada qual caracterizada por uma série de elementos discursivos. Por exemplo, o uso de símbolos do cargo e a ênfase em realizações com sua associação à administração em curso, como estratégias da posição de mandatário, e o apelo de mudança (do mundo atual) e a ênfase no otimismo para o futuro, da posição de desafiante. No estudo realizado, os autores

observaram que as estratégias de mandatário foram utilizadas tanto pelos candidatos situacionistas quanto os oposicionistas.

No caso da construção do discurso, a categoria foi subdividida em três partes: a retórica da mensagem (sedução, de proposição, de crítica, de valores ou de ameaça); a linguagem predominante utilizada no diálogo com o eleitor (funções didáticas, informativas ou panfletárias); segundo o orador dominante (próprio candidato, patrono político, garoto-propaganda, líder partidário, locutor em off, cantor e personagem ou personalidade pública).

No que concerne aos apelos contidos nos comerciais, esses são classificados em cinco tipos principais: pragmático, ideológico, político, emocional e credibilidade da fonte. De modo geral, seus diferentes tipos estão associados a determinadas retóricas, o apelo é o elemento que dá o mote do comercial.

Quanto ao objetivo da mensagem, os comerciais foram classificados em: ataque, exortação e defesa, destacando que exortação não é utilizado na literatura internacional. Por fim, os temas das mensagens, que consiste em um levantamento sistemático dos temas abordados nos comerciais, a fim de organizar a agenda temática das campanhas analisadas.

Tendo como base o argumento de que as campanhas, de situação e de oposição, interpretam o mundo atual e constroem um mundo futuro melhor para persuadir os eleitores, os autores organizam a estrutura discursiva dos principais candidatos da situação e da oposição, nas disputas para prefeito nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, considerando os quatro elementos que compõem a retórica eleitoral, a interpretação que fazem do mundo atual, do mundo futuro, o que fazer e a garantia.

Para analisar a estratégia de disputa, ou seja, a estratégia eleitoral das candidaturas, os autores classificaram os comerciais segundo as categorias de mandatário e desafiante, com todos os seus elementos discursivos específicos e segundo os objetivos dos comerciais (ataque, exortação e defesa).

Uma vez que as categorias utilizadas foram construídas com base em uma literatura internacional de estudos da mesma área, no caso da análise da estratégia de campanha, ela é realizada também por meio da comparação com a análise das campanhas realizadas na França em 1988 e nos Estados Unidos em 1992.

Como ressaltado anteriormente, o foco dessa parte da revisão são os aspectos metodológicos dos estudos resenhados, por isso não se detém em aprofundar a

análise propriamente dita, realizada pelos autores a partir da aplicação da metodologia proposta. Assim, resta destacar apenas um aspecto das conclusões finais do trabalho, cujo objetivo principal foi o de testar a metodologia de forma a

mostrar que hipóteses sobre estratégias eleitorais a serem adotadas são dependentes da posição que cada competidor ocupa no jogo de persuasão e que este jogo tem regras próprias que ditam as estratégias dominantes e em que circunstâncias podem ser adotadas (FIGUEIREDO et al., 1997, p. 17).

A apropriação do HGPE pelos candidatos a presidente nas eleições de 2014 é o tema do estudo “A construção da campanha eleitoral majoritária no HGPE: uma análise comparada das estratégias usadas pelos presidentiáveis de 2014”, de Massuchin et al. (2016), que analisa o conteúdo da propaganda eleitoral na televisão dos dois principais concorrentes, Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT).

Este trabalho foi realizado, tendo como base o de Figueiredo et al. (1997), conforme as autoras explicitam,

a metodologia utilizada é quantitativa de análise de conteúdo, já que o objetivo geral do trabalho é verificar padrões e poder compará-los (CERVI, 2009), principalmente com pesquisas já realizadas sobre o tema. As categorias de análise adotadas são baseadas no trabalho de Figueiredo et al (1997), com destaque para as que compõem diretamente o estudo: estratégias, apelo, formatos, orador e mensagem geral (MASSUCHIN et al., 2016, p. 178-179).

O estudo adota duas hipóteses como ponto de partida: a) o segundo turno torna-se mais negativo, com maior ênfase na imagem do candidato e com uma campanha mais voltada para as emoções; b) a estruturação da campanha dos candidatos se dá de modo diferente, evidenciando características e formatos distintos.

Os dados empíricos utilizados na análise, ao invés dos comerciais de televisão, são referentes aos programas veiculados no HGPE televisivo de Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), no primeiro e segundo turno da campanha de 2014. Da mesma maneira, as categorias que utilizam são apropriadas e operacionalizadas com algumas diferenças em relação ao estudo de Figueiredo et al. (1997).

Um aspecto importante se refere às unidades de análise utilizadas, que são assim estabelecidas

para fins de análise, os programas do HGPE são divididos por segmentos. O segmento refere-se a uma unidade de análise do programa, ou seja, um trecho que possui autonomia discursiva (ALBUQUERQUE, 1999), onde se

mantém o mesmo cenário, temática ou orador. Quando pelo menos duas dessas características se alteram, muda-se o segmento (MASSUCHIN et al., 2016, p. 179).

No caso das estratégias discursivas, utilizam um total de 11 variáveis, definidas como do tipo *dummys*, ou seja, de presença ou ausência no segmento, sendo que cada segmento pode empregar mais de uma estratégia (uso do cargo, ênfase na administração em curso, associação da administração a outra esfera, apoio de lideranças políticas, apoio de lideranças da sociedade civil organizada, apoio do patrono, menção ao partido ou coligação, apelos a mudanças, ofensiva quanto a temas, ataques à administração e ataques aos adversários).

A variável apelo, definida como categórica e é utilizada para identificar o conteúdo persuasivo ao qual o candidato recorre para construir sua mensagem, tal como o estudo que lhe serve de referência. Quanto ao formato, esta variável serve para identificar em que formatação de programa um segmento foi gravado e inclui diversos aspectos, desde aqueles ligados à publicidade até ao jornalismo; enquanto a variável orador dominante serve para indicar quem é o mensageiro do conteúdo veiculado no segmento, e possui 12 possibilidades diferentes de enquadramento.

Por fim, a variável mensagem geral, cuja finalidade é avaliar o que predomina em cada segmento, portanto também uma variável categórica, com um total de 24 categorias, divididas em três grandes eixos: 1) apresentação de políticas públicas; 2) formação da imagem; 3) meta campanha. Neste caso, a forma como a variável é operacionalizada apresenta algumas diferenciações com o estudo de referência.

A análise é realizada com vistas a testar as duas hipóteses estabelecidas. Assim, iniciam pela comparação das estratégias de campanha utilizadas nos dois turnos, indicando as diferenças e similaridades encontradas na forma como a propaganda televisiva se distribui no primeiro e no segundo turnos das eleições analisadas. Em seguida, realizam a comparação entre as estratégias utilizadas pelos dois candidatos nos dois turnos.

No caso da comparação entre os dois turnos, utiliza os dados totais dos programas analisados, ou seja, sem distinção por candidatura, enquanto na segunda parte esses dados são desagregados. Nos dois momentos, a comparação é realizada enfatizando as cinco características definidas, além da forma como os programas são distribuídos ao longo do tempo da propaganda, ou seja, a comparação da segmentação da propaganda eleitoral. As categorias formato e orador principal são

utilizadas na comparação entre os dois turnos, mas não no caso das estratégias das duas candidaturas.

Conforme estabelecido pela metodologia, a análise realizada pelas autoras permite o diálogo com as conclusões obtidas em outras pesquisas, particularmente com o trabalho de Figueiredo et al. (1997), tomado como referência metodológica, e outros, como Oliveira (2005) e Borba (2012), que não fazem parte desta revisão.

Muito embora a pesquisa nesta dissertação tenha como objeto as eleições municipais majoritárias, é importante apresentar parte das discussões sobre o HGPE com relação às eleições proporcionais. Este é o caso do estudo “Apelos discursivos em campanhas proporcionais na televisão”, de Miguel (2010), que toma como objeto os programas eleitorais noturnos, nas eleições no Distrito Federal em 2006, relativos à campanha para o cargo de deputado distrital (correspondente a deputado estadual nas outras unidades da federação).

A cada eleição, como destaca Miguel (2010), quase metade do tempo de exposição na mídia eletrônica é destinado às eleições proporcionais. Tendo em vista as diferenças entre as eleições majoritárias e proporcionais, afirma que é razoável supor que o impacto da campanha no rádio e na tv sejam menores para as eleições proporcionais. Destaca, então, algumas das características do sistema eleitoral brasileiro que incentivam a personalização das disputas nas eleições proporcionais, o que impacta tanto a competição interna nos partidos e a composição de suas listas, quanto o HGPE, de maneira que

a propaganda para as eleições proporcionais costuma tomar a forma de uma sucessão de pequenos ‘clipes’, um desfile de rostos de candidatos que anunciam seu nome, seu número e a exposição taquigráfica de alguma ideia ou proposta (MIGUEL, 2010, p. 153).

Como já destacado, esta revisão não se detém na discussão realizada pelo autor acerca das campanhas em eleições proporcionais e o HGPE. Desta forma, é importante destacar as funções que, segundo o autor, potencialmente o HGPE cumpre nas campanhas em eleições proporcionais,

em primeiro lugar, avisa aos eleitores que tal indivíduo é candidato, de uma forma mais eficaz que outros instrumentos de propaganda. Permite, assim, que o candidato entre no cardápio de opções do público. Em seguida, relembra a candidatura àqueles que já foram atingidos por outras formas de campanha, reforçando uma intenção de voto que, de outra forma, poderia ser esquecida. Por fim, pressupõe-se que, no tempo reduzido do HGPE, cada

candidato buscará reforçar os elementos centrais de seu discurso de campanha (MIGUEL, 2010, p. 154).

É a terceira característica da campanha em eleições proporcionais no rádio e na televisão que possibilita ao autor apreender as temáticas privilegiadas, pois ela oportuniza reunir, “num corpus pequeno e acessível, o conjunto dos apelos discursivos centrais dos candidatos, indicando que maneira cada um deles busca sensibilizar o eleitorado” (MIGUEL, 2010, p. 154).

Desta forma, a metodologia consistiu em identificar as temáticas apresentadas por cada candidato durante os programas e preencher uma ficha, cujos dados foram inseridos num software estatístico. Para identificar a forma como os candidatos buscavam conquistar o eleitorado, a pesquisa estabeleceu um repertório de “apelos discursivos”, sendo que, após um teste com amostras do *corpus*, 14 diferentes tipos foram estabelecidos.

A análise procedida pelo autor inicia pela delineação do contexto da disputa como a apresentação do quadro da política local do Distrito Federal, em seguida, descreve o HGPE noturno, a distribuição do tempo de exibição das candidaturas nos programas eleitorais, apresenta e discute as correlações com os resultados. Por fim, analisa os apelos e temáticas privilegiadas pelos candidatos ao longo dos programas, e faz uma breve conclusão.

Neste caso, de forma diferente dos estudos citados anteriormente, pode-se dizer que se concentra apenas nas estratégias discursivas utilizadas pelos candidatos a deputado distrital, nas mensagens veiculadas nos programas do horário noturno do HGPE. Assim, não estabelece outras dimensões analíticas, porém parte de suas categorias são similares às utilizadas em outros estudos.

Os apelos estabelecidos não serão descritos, mas apenas relacionados e são os seguintes: biografia, corporação, localidade, temática, proposta, mudança/renovação, partido, ideologia, movimento social, oposição/situação local, oposição/situação federal, vinculação a candidato majoritário, apoio recebido, religião e apelo folclórico.

Dois aspectos são importantes de serem destacados. O primeiro é que, tal como em outros estudos, cada inserção pode conter mais de um tipo de apelo e, portanto, todos os apelos identificados são computados. O segundo indica que, na tabulação dos dados, não foram considerados possíveis apelos que pudessem estar

incorporados no nome de urna dos candidatos, nestes casos, só foram contados quando estavam presentes em seu discurso (Pastor X, Fulano do Partido Y, etc.).

A análise dos apelos é realizada tanto do ponto de vista geral, ou seja, sem nenhuma segregação, quanto considera alguns recortes, resultado eleitoral (eleito/não eleito), sexo e partido. Dentre os vários apelos identificados, os temáticos se destacam e são utilizados em 42,2% das inserções, seguidos de proposta, biografia e mudança/renovação, com mais de 11%. Tem-se, ainda, aqueles casos em que nenhum tipo de apelo foi identificado (23%), nos quais as inserções se limitam a anunciar o número e o nome do candidato.

Os apelos temáticos são analisados especificamente. Entre os que representam mais do que 5% do total têm-se: educação, trabalho/emprego/renda/salário e saúde, com mais de 18%, seguidos por segurança, ética, moradia/ocupação do solo e justiça/social/pobreza/inclusão social, acima de 8% e, por fim, esporte/lazer, meio ambiente/qualidade de vida/desenvolvimento sustentável e juventude.

O segundo estudo sobre eleições proporcionais é “O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo”, de Cervi (2011), o qual tem por objetivo apresentar uma tipologia para análise quantitativa de conteúdo do HGPE de candidatos em disputas proporcionais. A tipologia construída é aplicada parcialmente para o estudo das eleições para deputado federal no estado do Paraná em 2006.

São dois os objetivos propostos pela metodologia apresentada por Cervi (2011). De um lado, identificar os resultados das escolhas internas dos partidos para os seus candidatos, no caso específico, o tempo e a posição no HGPE. Desta maneira, trata-se de uma análise de conteúdo do HGPE, que tenta mostrar se existe um acesso igualitário pelos concorrentes ou algum padrão de favorecimento a determinado tipo de candidatura. De outro, identificar como os candidatos utilizam esse espaço para criar e difundir uma imagem pública.

Uma vez que a imagem difundida pode se aproximar de um padrão geral de identificação com o partido político ou ser mais independente em relação à estrutura partidária, o instrumento construído é dividido em dois momentos, destinados a captar informações para a análise tanto no nível partidário quanto individual.

A unidade de análise utilizada é o segmento e as variáveis que integram a metodologia são divididas em indexadoras e de conteúdo. As primeiras têm a função

de identificar características distintivas dos candidatos, e as variáveis de conteúdo os elementos semânticos. As variáveis indexadoras incluem a data de exibição, tipo de orador, posição no programa, número do candidato, partido do candidato, sexo do candidato, tipo de candidato e duração do segmento em segundos.

Quanto ao grupo dos elementos semânticos, primeiro a indicação da presença ou da ausência do elemento no segmento do candidato e, caso existente, é registrado o tipo de elemento citado, que incluem: menção a partido político, coligação partidária ou organização social; menção à origem étnica; menção à região geográfica; menção à ocupação ou atividade profissional; menção à identificação religiosa; apelo ao voto; tema; uso pela campanha majoritária.

Os elementos simbólicos, conforme Cervi (2011), são caracterizados por acessórios visuais que ajudam a compor a imagem que o candidato quer transmitir para o eleitor/telespectador e são divididos em dois grupos. Um relativo à presença de símbolos na tela; e outro relativo ao uso de apetrechos atípicos à política. Para ambos, inicialmente é registrada a presença no segmento, se existente, qual o símbolo ou indumentária utilizada.

Cada uma das variáveis propostas é descrita com a indicação de seus conteúdos e a forma como são operacionalizadas, porém essa revisão se limita a relacioná-las e não se ocupa de apresentar as respectivas descrições. Quanto à demonstração dos resultados obtidos com a aplicação da metodologia ao caso estudado, embora relevantes, também não são abordados, cabendo destacar apenas parte de alguns aspectos.

A análise tem como objetivo verificar se a distribuição do tempo no HGPE pelos partidos aos seus candidatos é feita de maneira homogênea e equitativa. Assim, considera duas características principais dos candidatos: sexo e tipo. A divisão por sexo permite verificar a hipótese de que mulheres candidatas têm menor espaço no HGPE. Enquanto variável tipo possui quatro categorias de candidatos: “sem mandato”, “ocupante de cargo não eletivo”, “ocupante de outro cargo eletivo” e “candidato à reeleição” e é utilizada para aferir a distribuição proporcional do tempo de propaganda entre eles.

Por fim, o autor destaca que

o objetivo foi apresentar uma forma, entre muitas outras possíveis, de discutir o HGPE a partir dele mesmo, tentando entender as relações entre fenômenos

políticos e comunicacionais presentes nas manifestações constrangidas pelas regras do horário eleitoral.

Não se acredita possível transpor qualquer resultado da análise gramatical ou semântica do HGPE tendo impacto direto no desempenho eleitoral dos concorrentes. O que se busca é aprofundar os estudos sobre política e comunicação em disputas proporcionais, considerando o horário eleitoral como um instrumento de distribuição de recursos políticos partidários aos candidatos, e destes aos eleitores/telespectadores, sem uma relação de causa-efeito direta entre as intenções e escolhas dos candidatos no HGPE e as decisões dos eleitores (CERVI, 2011, p. 134).

Cabe mencionar, ainda, outras abordagens sobre o HGPE e que não têm como foco analisar as estratégias discursivas das candidaturas ou o conteúdo das mensagens veiculadas na propaganda eleitoral, mas sim investigar a relação entre o tempo de propaganda eleitoral no HGPE e o resultado eleitoral.

Esses são os casos dos estudos de Albuquerque, Steibel e Carneiro (2008), “A Outra Face do Horário Gratuito: Partidos Políticos e Eleições Proporcionais na Televisão”, cujo objeto é a eleição para vereador no município do Rio de Janeiro em 2004, e o de Borba e Figueiredo (2014), “Quanto vale o voto na TV?”, que abrange todas as eleições para os cargos de prefeito de capital, governador e presidente, entre 2002 e 2012, e inclui, ainda, campanha para presidente de 1998.

Voltando sua atenção para eleições diferentes, num caso proporcionais e no outro majoritárias, esses estudos não só utilizam metodologias diferentes, como obtêm resultados, de certa forma, contraditórios entre si quanto à relação entre tempo disponível no HGPE e sucesso eleitoral. Todavia, cabe destacar que ambos estudos ressaltam que o tempo de propaganda na TV é apenas uma variável em disputas eleitorais.

Desta forma, é preciso considerar que, por mais que a televisão tenha se popularizado e esteja presente em quase todos os lares brasileiros, o acesso dos partidos à propaganda eleitoral, por meio do HGPE, não assegura, especificamente no caso das eleições municipais, que isto seja a garantia de que todas as candidaturas dos partidos nos diferentes municípios terão acesso à propaganda na televisão.

Um dos elementos que influenciam nessa questão é a forma como está organizado o sistema de comunicação brasileiro e, sobretudo, a disponibilidade de serviços de geração/transmissão de imagem própria específica para os diferentes municípios, ou seja, a capacidade disponível de geração e/ou transmissão de sinal de TV específica para os diferentes municípios. Dentre outros aspectos, esta questão é tratada pelo estudo “Palanque eletrônico em eleições locais: aspectos do acesso dos

municípios ao HGPE na televisão”, de Márcia Jardim, 2004, com o qual se encerra esta revisão.

O estudo tem como âmbito de abrangência municípios do estado de São Paulo e as eleições para prefeito em 2000. Parte de uma pesquisa mais ampla, “Aldeia Global Paulista”, o trabalho discute o acesso ao HGPE pelas candidaturas a prefeito nos diferentes municípios paulistas. Para tanto, considera aspectos relacionados à propaganda eleitoral e ao HGPE, propriamente ditos, aos meios de comunicação de massa, bem como à atuação da Justiça Eleitoral.

A autora apresenta uma tipologia das campanhas políticas conforme os recursos de comunicação utilizados, de forma que

para uma melhor caracterização desse universo, definimos duas categorias de campanha política: a tradicional e a eletrônica. A campanha política ‘tradicional’ utiliza como recursos de comunicação política a distribuição de material gráfico, a realização de comícios, reuniões com a presença do candidato, carreatas e o tradicional corpo-a-corpo dos candidatos com os eleitores; nos municípios com emissoras de rádio, também existe a transmissão de propaganda eleitoral. Já a segunda categoria de campanha, que passaremos a denominar de ‘eletrônica’, faz uso exatamente dos mesmos recursos utilizados na campanha ‘tradicional’, porém com um significativo instrumento adicional: a mídia eletrônica (a televisão) (JARDIM, 2004, p. 47).

Analisando o contexto institucional-legal a autora identifica dois blocos de questões, um relacionado à propaganda e outro aos meios de comunicação de massa, que apresentam variações significativas, quando se comparam as eleições majoritárias em nível municipal com as para os cargos de governador e presidente. Um aspecto relevante nesta questão é o papel exercido pela Justiça Eleitoral como um ator determinante para o acesso de determinado município à propaganda eleitoral na televisão (JARDIM, 2004).

Por um lado, a possibilidade da veiculação da propaganda eleitoral na televisão depende da capacidade dos meios de comunicação de transmiti-la em nível local, o que depende dos diferentes tipos de emissoras de televisão. Dentre as quatro modalidades existentes, duas têm recursos para transmissão de conteúdos locais e são as únicas em plenas condições técnicas para a geração de imagem própria, as “Geradoras de Televisão” e as “Retransmissoras Educativas Mistas” (JARDIM, 2004).

Por outro lado, cabe à Justiça Eleitoral interpretar a legislação, em particular, sobre as retransmissoras educativas mistas, de maneira que,

apesar de a abrangência da cobertura das redes de televisão atingir a totalidade dos municípios paulistas, a modalidade 'geradora' está presente em apenas dezoito, os demais recebendo sinais por meio das retransmissoras e repetidoras. Os quarenta e dois municípios-sede, exclusivamente, de retransmissoras educativas mistas, apesar de habilitados para a transmissão, ficam na dependência de decisão do Juiz Eleitoral local para veicular o HGPE (JARDIM, 2004, p. 55).

A autora destaca, ao final de seu trabalho, que a pesquisa "Aldeia global paulista" indicou, apesar das diferenças, que boa parte dos eleitores do estado de São Paulo tiveram acesso ao horário eleitoral gratuito como fonte de informação política nas eleições municipais de 2000, mesmo quando excetuada a capital.

Todavia, a grande ausência identificada são os municípios da região da Grande São Paulo que receberam a propaganda dos candidatos da capital, além de um número expressivo de municípios cujos eleitores não tiveram acesso ao HGPE como parte de seus recursos informacionais. Isto permite concluir que existem dois modos de realizar campanhas em eleições municipais, a tradicional, sem acesso ao HGPE (ou à emissão dele na televisão, apenas no rádio ou sem acesso em qualquer modalidade) e a eletrônica, cujo principal diferencial é o acesso à propaganda eleitoral na televisão.

2.3 Síntese

Para concluir a revisão realizada, inicialmente, ela procurou contextualizar os debates acerca das coligações eleitorais. Desta forma, apresentar algumas das principais linhas de investigações que têm balizado as pesquisas sobre o tema, desde os primeiros estudos realizados sobre o período anterior ao golpe de 1964, até estudos mais contemporâneos, e destacar a importância gradual que o tema das coligações eleitorais assumiu no debate da Ciência Política no Brasil.

Como apresentado, os estudos sobre as coligações eleitorais tornaram-se cada vez mais abrangentes, apresentam diversidade de temas, expandiram seus objetos para incluir tanto as eleições proporcionais quanto as majoritárias, desenvolveram novas metodologias e ampliaram as dimensões analíticas, tornando-se cada vez mais complexos.

Dentre a ampla gama de objetos e questões abordados por esses estudos, tem-se os reflexos das coligações em eleições proporcionais sobre o sistema partidário e a fragmentação dos partidos, a relação entre o processo de nacionalização dos partidos no Brasil e a dinâmica regional/local das eleições, o debate da dimensão

ideológica e sua relação com as coligações partidárias, o governismo como um fator que condiciona as estratégias coligacionistas dos partidos, a influência das características demográficas e tamanho do eleitorado, dentre outros.

Por outro lado, dada as características específicas do objeto de investigação da pesquisa, ampliou-se a revisão para incluir alguns estudos sobre o tema da comunicação eleitoral. Desta forma, além de introduzir brevemente a temática, dada a importância dos meios de comunicação, da televisão em particular, concentrou-se nos estudos sobre o HGPE.

O foco principal da revisão no caso da comunicação eleitoral foram aspectos metodológicos. Desta maneira, grande parte dos estudos utilizam metodologias de análise do discurso e de conteúdo, com a finalidade de identificar as estratégias utilizadas pelas diferentes candidaturas nas mensagens veiculadas durante a propaganda eleitoral na televisão.

Por outro lado, o objeto de estudo desta dissertação, ou seja, as denominações das coligações e o uso que as coligações partidárias delas fazem em suas estratégias discursivas eleitorais poderia remeter à ampliação desta revisão para abordar diferentes estudos sobre análise do discurso. Todavia, uma vez que a opção metodológica adotada foi trabalhar com uma vasta gama de coligações, bem como não era viável a delimitação dos contextos político-eleitorais em cada um dos municípios nos dois pleitos englobados, acabou-se por não ampliar o escopo da revisão, sobretudo tendo em vista que o estudo não teve como objetivo analisar a forma como essas denominações são utilizadas nas estratégias eleitorais dessas coligações.

Por fim, além da apresentação dos temas que abordou, a revisão realizada serve a dois propósitos. O primeiro, para indicar a ausência de estudos que assumam a perspectiva analítica decorrente do problema de pesquisa formulado, ou seja, que tem como objeto as denominações das coligações eleitorais – no caso específico, as formadas para as disputas ao cargo de prefeito, no Brasil, nos pleitos de 2012 e de 2016. O segundo, para identificar diferentes variáveis que se revelaram operacionais tanto para os estudos sobre coligações eleitorais, quanto sobre comunicação eleitoral, para com essas referências estabelecer um conjunto de variáveis que possibilitassem a abordagem proposta.

3 METODOLOGIA

Este capítulo narra a metodologia e os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa. Por conseguinte, foi construída por meio de um relato, quase um diário de campo, do processo de desenho ou de formulação e o de execução da investigação, com apresentação das decisões tomadas, seja na definição das categorias e na montagem do Banco de Dados, seja nos testes, nas correções e nos ajustes que a análise desses dados tornou imperativos, com vistas à obtenção de resultados. Aliás, ressalva-se que os resultados da investigação não estão presentes neste capítulo, pois serão apresentados no próximo.

Inicialmente, descreve o modo como o objeto foi delimitado, isto é, as definições que foram formuladas e operacionalizadas para conformar o que seria pesquisado, qual seja, a denominação das coligações que concorreram a prefeito nas eleições de 2012 e de 2016. A seguir, apresenta as variáveis independentes e, assim como no caso anterior, como elas foram desenhadas em abstrato e operacionalizadas em termos concretos. Tais variáveis estão divididas em dois campos: aquelas relativas às características das próprias coligações cuja denominação é analisada e aquelas associadas aos municípios em que a disputa se realizou.

A terceira seção está voltada especificamente à montagem do Banco de Dados, razão pela qual descreve como as informações coletadas em várias fontes foram agregadas ao Banco ou precisaram ser classificadas para atingir esse fim, ou seja, foram adequadas às necessidades da pesquisa.

A quarta seção relata o modo como foi executada a etapa final da montagem do Banco de Dados e que é, ao mesmo tempo, a primeira fase da análise, visto que se refere aos procedimentos adotados para produzir a sistematização dos termos utilizados nas denominações das coligações e na classificação nas categorias sintéticas. Assim como apontado anteriormente, os resultados obtidos por essa sistematização serão apresentados no próximo capítulo.

A seção derradeira apenas relata o término da montagem do Banco de Dados e funciona como a conclusão do capítulo.

3.1 Delimitação do objeto

A primeira etapa da pesquisa implicou delimitar categorias que, em conjunto e/ou combinadas, configuram o objeto de pesquisa e definem os dados a serem coletados.

Como não poderia deixar de ser, tal delimitação acompanhou o processo de construção da proposta de investigação e, a seguir, forneceu os parâmetros para a coleta, para as diversas decisões que se impuseram frente ao modo peculiar como as informações estavam disponíveis nas fontes utilizadas. Tais decisões pretendiam torná-las adequadas às demandas trazidas pelos objetivos da dissertação, assim como serviram de alicerce para a configuração final do Banco de Dados e o uso que tais informações mereceram por parte da investigação.

Para fins deste trabalho, tem-se as seguintes categorias que delimitam o objeto de pesquisa e suas respectivas definições:

a) **Eleição para prefeito** – as chamadas eleições municipais escolhem, a cada quatro anos, em cada município brasileiro, os cargos de prefeito (e vice-prefeito, em chapa única e indivisível) e de vereador. Todos eles exercem mandatos de quatro anos, cujo início e término coincidem: a posse ocorre em 1º de janeiro do ano subsequente à eleição e o mandato se encerra 31 de dezembro do ano de realização da eleição seguinte.

A pesquisa está voltada tão somente à eleição para prefeito. Logo, todas as informações relativas ao processo eleitoral para o cargo de vereador não foram acessadas, tampouco compõem o Banco de Dados ou as variáveis de análise. Da mesma forma, no âmbito da dissertação, quando é utilizado o termo “eleição”, se não houver algum tipo de complemento que indique o cargo em disputa, deve-se entender que ele se refere automaticamente ao posto de prefeito municipal.

b) **Eleição municipal de 2012** – é considerada aquela realizada em 07 de outubro de 2012 na totalidade dos municípios brasileiros (5.568), independentemente do fato de algumas delas terem sido anuladas posteriormente pela Justiça Eleitoral. Eleições suplementares, ainda que realizadas para escolher o prefeito que iria cumprir o mandato 2013-2016 e, portanto, se referissem ao pleito de 2012, não foram incluídas.

c) **Eleição municipal de 2016** – Segue o mesmo critério da anterior: é considerada aquela realizada em 02 de outubro de 2016, nos 5.568 municípios brasileiros, independentemente do fato de algumas delas terem sido anuladas

posteriormente pela Justiça Eleitoral. As eleições suplementares ao pleito de 2016, alusivas ao mandato 2017-2020, não foram incluídas.

d) **Unidades eleitorais (distritos eleitorais)** – são os municípios onde ocorreram pleito para prefeito nas eleições de 2012 e 2016, pois o País adota a coincidência entre unidades eleitorais e unidades político-administrativa. Ressalva-se que, tanto em uma quanto na outra eleição, tratam-se dos mesmos 5.568 municípios, pois não houve a instalação de nenhum novo e/ou a fusão ou a incorporação entre eles na passagem de uma disputa para a outra. No máximo, ocorreu a mudança na denominação de algum, mas ela foi identificada e equacionada no Banco de Dados, de modo a haver a plena correspondência entre as unidades. Pondera-se que elas estão identificadas pelo mesmo código e descrição (nome) utilizados pelo TSE¹.

e) **Coligação para prefeito** – Para fins do estudo, em sua forma mais abrangente, adota-se o sentido proposto por Dantas (2010, p. 12) para o termo “coligação”, o qual estabelece que “deve ser utilizado segundo apregoa a lei: acordo formal entre dois ou mais partidos para a disputa de uma eleição”. Mais especificamente, “coligação para prefeito” corresponde ao acordo formal entre dois ou mais partidos políticos com a finalidade de disputar as eleições para os cargos de prefeito e de vice-prefeito, apresentando candidatura comum, que forma uma chapa única e indivisível, devidamente registrada e aprovada como tal pela Justiça Eleitoral.

Aquelas que buscaram registro na Justiça Eleitoral, mas foram cassadas ou indeferidas, sem que tenham buscado recurso e concorrido *sub judice*, não foram contabilizadas. Ao inverso, foram consideradas as que concorreram *sub judice* e receberam votos, ainda que tenham sido indeferidas ou cassadas após a realização do pleito, tendo esses votos sido considerados nulo.

f) **Denominação da coligação** – é o nome atribuído pelos partidos à coligação, atestado pelo modo como figura no registro oficial divulgado pela Justiça Eleitoral. Aquelas denominações que apenas reunirem as siglas dos partidos que a compõem não foram analisadas, pois foram incluídas aquelas que possuem “nomes fantasia”, composto por frases ou palavras, que foram consideradas tanto de forma combinada quanto isoladamente (cada palavra que compõe a denominação, excluídos artigos, preposições e outros elementos de ligação);

¹ O registro no Banco de Dados inclui também o código respectivo da Unidade Eleitoral, conforme utilizado pelo IBGE.

g) **Coligação denominada** – é aquela à qual os partidos que a compõem atribuíram uma denominação específica ou nome “fantasia”, na forma delimitada anteriormente;

h) **Coligação não denominada** – é aquele que não possui denominação específica, sendo identificada pela união das siglas que a compõem. Como já indicado, não foi objeto de análise;

i) **Candidatura isolada** – indica a chapa concorrente que foi apresentada por um único partido, ou seja, sem a formação de coligação. A informação foi coletada para dimensionar a incidência de coligações (nominadas e não nominadas). Contudo, logo depois, ela foi dispensada, pois também não faz parte do escopo da análise e também do Banco de Dados efetivamente utilizado pela investigação.

Como já foi indicado na Introdução e é agora detalhado, a partir das definições das categorias incluídas e não incluídas na investigação narradas acima, pode-se dizer que o objeto de pesquisa, a unidade de análise e também a variável dependente se configura como: as coligações formadas para concorrer a prefeito (compostas por uma chapa com candidato a titular e a vice), em todo os municípios do Brasil, nas eleições de 2012 e de 2016, para as quais houve a atribuição de uma denominação específica.

Desta forma, foram excluídas do universo da pesquisa todas as candidaturas apresentadas por partido isolado (partido não coligado), bem como as coligações para as quais não foi atribuída denominação específica, ou seja, as que foram nominadas apenas com a agregação das siglas das legendas que as compõem. De modo mais específico, pode-se dizer que a variável dependente é a denominação dessas coligações incluída na análise, haja vista que é a partir desse “nome fantasia” (e dos elementos que nele figuram) que a análise ocorre, seja ao construir as categorias sínteses, seja ao associar tais categorias a características da própria coligação ou do município em que ela concorre.

3.2 Delimitação das variáveis independentes

Definida a variável dependente, a tarefa seguinte foi identificar e delimitar conceitualmente, mas também do ponto de vista operacional, as variáveis independentes. Elas podem ser divididas em duas grandes categorias: aquelas que estão relacionadas a características da própria coligação que adotou uma denominação específica e aquelas que estão vinculadas a características do

município em que a disputa se processava e a coligação (e a denominação) concorreram.

3.2.1 Variáveis relativas à coligação – É relevante evidenciar que as características da coligação escolhidas pela investigação têm como âncora o partido que apresenta o candidato a prefeito, decisão tomada com vistas a simplificar o processo de coleta e de sistematização dos dados. Evidentemente, há várias outras características que poderiam ser levadas em consideração ou diferentes modos de organizar as informações relativas à composição da coligação, como muitos dos estudos resenhados no capítulo anterior demonstram cabalmente. Contudo, a escolha da investigação foi por não os utilizar.

a) **Partido líder da coligação** – é aquele ao qual o candidato a prefeito é filiado. Isso implica dizer que, em cada coligação, só vai importar e ser considerado o partido líder, pois é a ele que a coligação está vinculada, independentemente de quantos e quais sejam os demais parceiros que a compõem. Na mesma medida, para efeitos de operacionalização, estes não serão contabilizados como associados à coligação. O mesmo ocorre com qualquer partido que, mesmo tendo manifestado apoio ao candidato de uma determinada coligação, dela não participe formalmente.

Essa delimitação é necessária, pois as coligações costumam reunir uma grande quantidade de partidos, muitas vezes associados independentemente de critérios ideológicos, de forma que praticamente todos os partidos coligaram entre si em algum município do País, o que já foi informado e demonstrado na Introdução.

Importa destacar que a categoria “partido líder” é operacional e não indica e tampouco implica considerar, por si só, que a legenda assim identificada seja a liderança política do conjunto de partidos que concorrem associados na coligação. Muitas vezes aquele que indica o candidato a prefeito o faz por conveniência do próprio grupo formador da coligação, muito embora não seja nem a maior e nem a principal legenda do município. Identificar o “partido líder [político]” em termos da realidade específica em análise implicaria demasiado esforço, o que a pesquisa não tinha condições, nem tampouco necessidade de empreender;

b) **Tipo de Partido Líder** – os partidos líderes das coligações serão classificados conforme estabelecido por Miranda (2009), nos seguintes tipos:

b1) **Partido Centralizado** – não inclui todos os partidos com candidato a presidente, mas sim aqueles que Miranda (2009) classificou como “com vocação

presidencial”, “com pretensão presidencial” e “coadjuvantes”. Partidos com “vocação presidencial” correspondem àqueles que, a partir de 1994², sempre apresentaram candidato (PT e PSDB e, mais recentemente, PSOL). Os partidos com “pretensão presidencial” correspondem àqueles que, no mesmo período, recorrentemente apresentaram candidato (PDT, PPS). Partidos “coadjuvantes” são aqueles que recorrentemente apresentam um alinhamento partidário consistente e apoiam o mesmo partido líder (PCdoB, PFL-DEM, PSB e, mais recentemente, PMDB e PTB);

b2) **Partido Descentralizados** – são classificados como descentralizados aqueles que participam das eleições presidenciais, alternando sua forma de sua participação entre a apresentação de candidato próprio ou em composição de coligações, mas que não fazem isto de forma consistente;

Para fins da pesquisa, como foi trabalhado o universo dos partidos que concorrem aos pleitos, todos os demais partidos não incluídos nas categorias acima foram agregados na categoria descentralizados.

c) **Posição ideológica** – As coligações são classificadas segundo a posição ideológica do partido ao qual o candidato a prefeito (partido líder) é filiado, independente do partido ao qual o candidato a vice-prefeito é filiado, bem como o posicionamento dos demais componentes da coligação.

Para isto, foi utilizada a classificação que predomina entre pesquisadores nos estudos sobre coligações. Especificamente, tomou-se como base a classificação para as eleições majoritárias de 2012, que figura em Krause, Machado, Miguel (2017), com o acréscimo dos partidos que concorreram somente em 2016:

c1) Esquerda – PCB, PCdoB, PCO, PDT, PHS, PMN, PPL, PPS, PSB, PSOL, PSTU, PT, PV e REDE;

c2) Centro – PMDB e PSDB;

c3) Direita – PTdoB, DEM, NOVO, PEN, PMB, PTN, PP, PR, PRB, PROS, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PTB, PTC e SD³;

² O estudo da autora tem como recorte 1994-2006, mas os dados foram atualizados pela dissertação, seguindo os critérios que ela formula, de modo a incluir os pleitos de 2010 e de 2014.

³ Atualmente, um desses partidos não existe mais e vários alteraram sua denominação oficial. A decisão foi manter o status institucional e a denominação adotada em cada eleição, sem promover “atualizações”. As mudanças foram: PPL fundiu-se em 2019 ao PCdoB; PEN passou a se chamar Patriotas; PMDB; MDB; PPS, Cidadania; PSDC, DC; PTdoB, Avante; PTN, Podemos; finalmente, o PR voltou a utilizar a sigla PL, que pertencia a um de seus fundadores.

d) **Posição no eixo governismo** – É a posição do partido em relação às chapas eleitas para Presidente da República e para Governador do Estado, nas eleições imediatamente anteriores.

Para esta classificação são consideradas: as chapas inscritas no 1º turno das eleições para Presidente e Governador em 2010, no caso do pleito municipal de 2012; e as concorrentes em 2014, no caso do pleito municipal de 2016.

As coligações são classificadas apenas como “participante” ou “não participante” da coligação nacional ou estadual, considerando-se tão somente o partido líder da respectiva coligação municipal e o rol de partidos formalmente coligados nas respectivas chapas eleitas para Presidente e Governador. Desta forma, existem quatro possibilidades de classificação no eixo governismo:

d1) Participa da coligação para presidente e da coligação para governador (apoio ao Presidente e apoio ao Governador);

d2) Participa da coligação para presidente e não participa da coligação para governador (apoio ao Presidente e não apoio ao Governador);

d3) Não participa da coligação para presidente e participa da coligação para governador (não apoio ao Presidente e apoio ao Governador);

d4) Não participa da coligação para presidente nem da coligação para governador (não apoio ao Presidente e não apoio ao Governador).

3.2.2 Variáveis relativas ao município

a) **Tamanho ou Porte populacional** – os municípios são classificados segundo o tamanho de sua população em quatro tipos: Micro, Pequeno, Médio e Grande. Para tanto, foram aplicados os critérios definidos por Santos (2013), que estabelecem:

a 1) Micro – menos de 10 mil habitantes;

a 2) Pequeno – De 10 mil a 20 mil habitantes;

a 3) Médio – De 20 mil até 100 mil habitantes;

a 4) Grande – Mais de 100 mil habitantes;

b) **Unidade da Federação** – as unidades eleitorais foram classificadas conforme a localização geográfica em suas respectivas unidades da federação, segundo registro do IBGE. Há, portanto, 26 opções, sendo que o Distrito Federal, não está incluído porque, embora também seja uma unidade da federação, nele não ocorrem eleições municipais;

c) **Região Geográfica** – a exemplo da variável anterior, as unidades eleitorais (municípios) foram classificadas conforme a região geográfica a que pertencem, segundo registro do IBGE. As alternativas são cinco: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste;

d) **Tipo de disputa para prefeito (tipo de pleito)** – os municípios são classificados, conforme o tipo de disputa para prefeito, ou seja, se realizada em turno único ou em dois turnos. Em outros termos: se o município possui ou não mais de 200 mil eleitores aptos. No caso dos que têm a possibilidade de realização de 2º turno, não foi levado em conta se houve efetivamente a necessidade de realização de um 2º turno ou se a disputa foi resolvida na primeira rodada de votação. O critério para inserção em uma das possibilidades é o formato da disputa ou a regra de decisão. Por consequência, são duas as alternativas:

- d1) Turno único ou eleição definida por maioria simples;
- d2) Dois turnos ou eleição definida por maioria absoluta.

3.3 Montagem do Banco de Dados

Para que a pesquisa fosse realizada, foi organizado um Banco de Dados, por meio do qual foram combinadas informações de diferentes fontes de informação, as quais foram utilizadas para classificar as unidades de análise.

O trabalho de organização do Banco de Dados, com a concatenação de informações de diferentes fontes cujos dados são disponibilizados em formatos distintos de armazenamento e organização, foi realizado com o apoio dos programas MS-Excel e MS-Access.

A seguir, os procedimentos para consolidação do Banco de Dados serão apresentados sob a forma de diferentes etapas. Cada uma será narrada em bloco, embora, internamente, englobe vários passos. A intenção é ser o mais didático possível, sem ter a necessidade de longas narrativas relativas a cada um desses passos. Da mesma forma, esses passos não foram dados em ordem rigorosamente sequencial, de modo que um só começou após concluído o outro. Em alguns casos, as etapas foram concomitantes, seja por economia de tempo, seja porque algumas informações estavam inter-relacionadas.

Etapas 1 – O objeto da pesquisa é as denominações das coligações. Essas coligações, por sua vez, possuem apenas um candidato específico, para cada cargo

em disputa, ou seja, prefeito e vice-prefeito. Ambos compõem uma chapa única e indivisível.

Desta forma, a base para organização do Banco de Dados residiu nas informações disponibilizadas pela Justiça Eleitoral para as candidaturas ao cargo de prefeito, nas eleições de 2012 e de 2016, o que abarca uma ampla gama de variáveis, muitas das quais mantidas na estrutura do Banco como variáveis operacionais para a pesquisa; e outras apenas com a finalidade de indexação. Essas variáveis não são operacionais para a pesquisa e são utilizadas apenas para manter a vinculação com as fontes originais dos dados utilizados na pesquisa, bem como para permitir a integração entre as diferentes fontes utilizadas.

Um aspecto importante é que os dados são disponibilizados pelo TSE de forma conjunta, englobando todas as candidaturas para todos os cargos em disputa, numa dada eleição. Assim, junto com os dados referentes às candidaturas a prefeito, estão aqueles referentes às candidaturas aos cargos de vice-prefeito e vereador, independentemente do status de candidatura, quer dizer, se estavam aptas ou não a participar do pleito.

Desta forma, além de selecionar apenas as informações referentes às candidaturas ao cargo de prefeito, também foi necessário observar o status de cada candidatura, de forma que foram selecionadas todas as candidaturas consideradas aptas pelo TSE no momento da geração dos dados, independentemente do fato de, ao término da eleição, terem, ou não, computados os votos que receberam.

As candidaturas consideradas aptas pela Justiça Eleitoral são aquelas cujo status compreendia as seguintes situações: cancelado com recurso (apenas 2016); cassado com recurso; deferido; deferido com recurso; indeferido com recurso; substituto pendente de julgamento⁴. Como já informado, as candidaturas com recurso estão *sub judice*, logo possuem algum tipo de recurso pendente de apreciação, sendo a decisão que o contesta oriunda da própria Justiça Eleitoral ou de ação promovida pelo Ministério Público Eleitoral e/ou por algum dos demais competidores. Conforme determinação legal – art. 16-A da Lei 9.504/1997, em redação da Lei 12.034/2009 –

⁴ É importante registrar a data da geração pelo TSE dos dados utilizados na pesquisa, uma vez que devido à correção de informações que eventualmente estivessem incorretas ou de decisões da Justiça Eleitoral quanto ao julgamento de recursos, as informações podem ser alteradas, bem como uma dada candidatura pode deixar de ser considerada apta. Assim, utilizou os dados referentes à “consulta de candidatos” e para as eleições para o cargo de Prefeito em 2012 e em 2016, respectivamente, os dados são os gerados pelo TSE em 15/07/2016, 19h21min07s e em 20/03/2018, 20h18min48s.

candidatos *sub judice* podem realizar todos os atos de campanha, assim como receber votos, mas a candidatura pode ser declarada inexistente e os votos serem anulados, caso o recurso venha a assim considerá-la.

As principais variáveis utilizadas dos dados disponibilizados pelo TSE para organização do Banco de Dados da pesquisa foram referentes às variáveis dependentes, como: forma de disputa (partido isolado ou coligação) e nome da legenda (denominação da coligação), mas também a algumas das independentes, caso de: UF, região, Unidade Eleitoral, Nome do candidato, partido do candidato.

Todas as variáveis possuem, além de sua descrição, um código específico. No caso das legendas (ou candidaturas), ele as identifica de forma exclusiva, bem como os candidatos também possuem um código de candidatura próprio e exclusivo.

Etapa 2 – À base inicial organizada com os dados disponibilizados pelo TSE, foram agregadas outras variáveis, algumas delas necessárias para calcular os valores de variáveis operacionais para a pesquisa. Este é o caso das informações referentes à população dos municípios, cuja fonte é o IBGE, mais especificamente os dados de estimativas populacionais.

No caso das estimativas populacionais para o ano de 2012 foram utilizados os dados publicados pelo IBGE no Diário Oficial da União (DOU) de 13 de setembro de 2016. E, para o ano de 2016, os dados publicados no DOU de 28 agosto de 2016.

Pondera-se que, antes de realizar a concatenação dos dados do TSE que incluíam as Unidades Eleitorais (municípios) onde os pleitos foram realizados com os dados das estimativas populacionais do IBGE, foi necessário fazer uma compatibilização de códigos, para assegurar a integridade das informações. Ou seja, ter a certeza de que cada município computado pelo TSE em sua base tivesse seu correspondente exato na base de dados do IBGE.

Etapa 3 – Uma vez organizada a estrutura inicial do Banco, foram incluídas todas as demais variáveis qualitativas ou categóricas, ou seja, aquelas que não dependiam da captura do dado, e sim exigiam que a informação “in natura” fosse classificada pelo pesquisador, conforme os parâmetros previamente estabelecidos.

Assim, além das variáveis de identificação, cada unidade de análise foi classificada, considerando todas as variáveis necessárias para a pesquisa, conforme as dimensões analíticas, que são as seguintes: a) características dos distritos

eleitorais – porte populacional e tipo de pleito; b) características políticas – tipo de partido líder, posição ideológica do partido líder e posição no eixo governismo.

A variável tamanho populacional do município implicou classificar cada um na escala micro-pequeno-médio-grande, conforme a estimativa populacional que o IBGE havia apresentado.

A variável tipo de pleito exigiu consultar a listagem de municípios com possibilidade de realização de 2º turno, isto é, aqueles que tinham mais de 200 mil eleitores, constante no TSE, e classificá-los como correspondentes a essa situação. O número é pequeno, considerando existirem 5.568 municípios no País: eram 92 em 2016 e 83 em 2012. Classificados estes, todos os demais foram considerados automaticamente como de disputa em turno único.

A variável posição ideológica implicou agregar a cada partido líder, considerando a classificação no eixo esquerda-direita adotada pela pesquisa que serviu de base, qual seja, aquela já citada de Krause, Machado, Miguel (2017), com o acréscimo dos partidos que concorreram somente em 2016 e que não constavam no trabalho dos autores.

Pode-se dizer que essas três categorizações eram as de mais simples produção, pois, apesar de exaustivas, implicavam um processo simples de inserção de uma classificação externa ou categorização à variável do Banco de Dados.

Todavia, as duas seguintes traziam exigências mais robustas, pois demandavam, antes de tudo, classificar o partido líder segundo a taxonomia estabelecida, a partir de um dado coletado em outra fonte, também ele qualitativo e não organizado previamente. O processo era, portanto, analítico e individualizado.

A variável tipo de partido líder só pode ser classificada depois de acessar os dados relativos aos diferentes concorrentes das eleições presidenciais. O primeiro passo, então, foi enquadrar no modelo previamente estabelecido cada um dos 35 partidos que participaram de uma ou das duas eleições. O segundo, aplicar o resultado a cada partido líder anteriormente identificado.

A variável posição no eixo governismo-oposição também teve como condição prévia o acesso aos dados dos resultados dos competidores das eleições presidenciais e para governador, em cada unidade da federação (com exceção do Distrito Federal), nos anos de 2010 e de 2014⁵. De posse desses dados, cada partido,

⁵ Para as eleições de 2010 e de 2014, respectivamente, os dados são os gerados pelo TSE em 19/02/2016, 19h56min33s e em 18/03/2018, 03h01min58s.

em cada estado, foi classificado. E, por fim, essa classificação foi incorporada a cada partido líder.

Etapa 4 – Completado esse processo, pode-se dizer que já era possível promover os ajustes para que o Banco de Dados fosse importado para o programa NVIVO. Contudo, antes de efetivamente fazer a importação, era preciso revisar a consistência das informações.

Durante a organização da forma inicial do Banco de Dados foi feita uma revisão ortográfica das denominações das coligações, com a finalidade de minimizar eventuais diferenças de tratamento dos dados, ao se utilizar dos recursos de consulta e buscas do programa NVIVO. Cabe ressaltar que os dados são disponibilizados pelo TSE tal como informados pelos partidos. Assim, alguns deles contêm diversos erros de digitação e até mesmo de grafia.

Uma vez organizada a forma inicial, este ainda continha os dados referentes a todas as candidaturas a prefeito consideradas aptas pelo TSE, independentemente da forma de sua participação nos respectivos pleitos, quer por partido isolado, quer por coligação (nominada ou não).

Assim, além de segregar as candidaturas por partido isolado que não faziam parte do objeto, também foi necessário identificar as candidaturas por coligação às quais foram estabelecidas uma denominação específica. Ou, ao contrário, dado o fato de que a maioria esmagadora atribui uma denominação, tratava-se de identificar e de excluir as que não foram denominadas. Esta separação, necessariamente, devia ser realizada antes da importação dos dados para o programa NVIVO, a fim de se realizar o tratamento das informações textuais, ou seja, das denominações das coligações.

Para tanto, foi preciso criar uma variável de apoio para indicar se uma candidatura era ou não denominada, de forma a permitir a segregação dos dados e recortar o objeto da pesquisa. As candidaturas por partido isolado já estavam previamente identificadas e por definição não possuíam denominação específica. No caso das candidaturas por coligação, essas tiveram que ser individualmente identificadas, o que foi feito por meio de recursos dos programas utilizados e a partir da leitura das denominações.

O processo de consolidação do Banco de Dados foi importante também para propiciar uma melhor apropriação do objeto da pesquisa, particularmente a tarefa de identificação das coligações denominadas e não denominadas. Esse procedimento

permitiu construir, gradativamente, um conjunto de ideias que auxiliaram a realização das consultas posteriores como o uso do NVIVO, durante a fase de construção das categorias sintéticas.

Etapa 5 – Ao mesmo tempo, antes do estabelecimento da forma final do Banco de Dados, foram realizados alguns testes, com a importação dos dados sistematizados para o programa NVIVO. Isto foi feito com a finalidade de verificar se a forma como o Banco estava organizado possibilitava que ele fosse utilizado de maneira adequada no momento da classificação.

Uma vez definida a estrutura do Banco de Dados e concluída a identificação das coligações conforme sua denominação, foi possível recortar o objeto, selecionando apenas as coligações às quais foram atribuídas uma denominação específica, cujos dados foram carregados no Banco de Dados.

Pode-se dizer, então, que, nesse estágio, foi alcançada a versão 1 do Banco de Dados, a matriz-básica a partir da qual as primeiras análises seriam realizadas e gerada a versão 2, a qual incluiria a classificação das denominações em categorias sintéticas.

Etapa 6 - Após isso, as unidades de análise foram indexadas (classificadas) para que seguissem uma sequência organizada, segundo o ano do pleito, região, UF, descrição da Unidade Eleitoral (município) e o código da legenda, ou seja, o número de identificação exclusiva de cada coligação.

Como o código da legenda é um número com vários dígitos, foi criado uma identificação única para cada unidade de análise, conforme a indexação realizada. Essa indexação auxiliou o processo de construção das categorias sintéticas, durante a análise dos dados textos, ou seja, das denominações.

3.4 Sistematização dos termos utilizados nas denominações das coligações e classificação nas categorias sintéticas

Para a complementação do Banco de Dados e já como primeira parte do processo de análise, foi necessário identificar a existência, ou formular alguma regularidade na composição das denominações das coligações, que permitisse que elas fossem classificadas, ou seja, decompostas em categorias que representassem as mensagens nelas contidas.

Para tanto, tornou-se imprescindível identificar como são compostas as denominações das coligações, quais termos são utilizados com mais frequência e como estão combinados. Em seguida, reduzir a dispersão dos diferentes termos e das diferentes combinações de termos, classificando-os em categorias sintéticas que representam uma “ideia força”, um “sentido similar” que os agrega.

A sistematização dos termos das denominações e sua classificação nas categorias sintéticas foram realizadas utilizando recursos disponíveis do programa NVivo Versão 12 – Plus, distribuído pela QSR Internacional. Este é um software para análise qualitativa de dados que auxilia a organizar, sistematizar e analisar informações, a partir de dados não estruturados ou qualitativos, como entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo web. Assim, a ferramenta permite trabalhar de forma conjunta com fontes disponíveis em diferentes formatos, tais como: arquivos de texto, planilhas estatísticas, fotos, áudios e vídeos, bem como conteúdos disponíveis na internet.

O NVIVO oferece diferentes recursos sem os quais este empreendimento de pesquisa não seria possível de ser realizado, e não se limita à possibilidade de contar palavras e exibir seus resultados sob a forma de gráficos e nuvens. É possível construir classificações, agrupamentos de temas, organizar mapas de árvore de palavras, realizar comparações entre grupos de codificações, construir mapas mentais, dentre outros.

O programa estabelece um conjunto de “palavras impedidas”, que são aquelas desconsideradas ao realizar suas buscas. Portanto, elas não são incluídas nos resultados gerados pelas consultas. No entanto, essas “palavras impedidas” podem ser alteradas, conforme a necessidade do pesquisador. Este foi um recurso importante, pois em algumas operações somente é possível excluir da contagem aquelas palavras que são definidas como “palavras impedidas”. Ao mesmo tempo, essa funcionalidade, permite limitar a abrangência das consultas eliminando uma série de termos, principalmente pronomes e preposições, tornando mais objetivos os resultados gerados.

Além disso, as ferramentas de consulta permitem realizar buscas tanto com a inclusão de palavras ou expressões específicas quanto sua exclusão, o que possibilita uma variedade de opções. Neste caso, isto pode ser feito utilizando conectores lógicos, definições de proximidade ou de distância na ocorrência dos termos, dentre

outros. Entretanto, ao contrário das “palavras impedidas”, essas definições servem apenas para a consulta específica que foi realizada.

No que concerne aos resultados gerados pelo programa, esses podem ser gerados sob a forma de relatórios, tabelas, mapas, dentre outros. Os relatórios, por exemplo, permitem agregar em listas todas as denominações abrangidas nas diferentes consultas realizadas, mantendo sempre sua vinculação com a unidade de análise correspondente. Essa peculiaridade permite selecionar desde uma única unidade de análise, quanto um pequeno grupo, ou todas as denominações agregadas, e, assim, codificá-las ou excluí-las, por exemplo, de uma dada categoria.

A forma de armazenar as codificações é o recurso que o programa denomina de NÓS. Os “nós” agregam um conjunto de codificações e são organizados conforme as definições do pesquisador. Uma vez codificadas em um Nó, é possível realizar todas as operações, selecionando apenas aqueles que deseja consultar. O programa permite também classificar suas fontes, casos e, com isso, definir variáveis, atributos e seus respectivos valores. Assim, é possível analisar o conteúdo das codificações, considerando o modelo de classificação de casos e seus atributos.

Para importação dos dados para o programa NVIVO foi utilizado um arquivo no formato do programa MS-Excel e apenas a variável “denominação da coligação” foi definida como “codificável”, ou seja, a única variável considerada para a análise qualitativa. Todas as demais eram variáveis estruturadas. Desta forma, todas as buscas, consultas, codificações, etc., foram realizadas apenas nas denominações das coligações.

Como o arquivo fonte para a análise no NVIVO era um Banco de Dados que estruturava todas as unidades de análise, no momento da importação as variáveis já estruturadas foram utilizadas para estabelecer o modelo de classificação de casos, o que permitiu, posteriormente, realizar as análises das categorias sintéticas construídas para a sistematização das denominações das coligações eleitorais. Todos os recursos disponíveis foram utilizados conforme as necessidades da pesquisa e são citados apenas se necessário para esclarecer aspectos dos procedimentos utilizados.

A exploração inicial consistiu em estabelecer a frequência e as respectivas “nuvens de palavras”, de forma separada e conjunta para os anos de 2012 e de 2016, considerando diferentes opções de busca de palavras: “exatas”, “derivadas”, “sinônimos”, “especializações” e “generalizações”. Todas as buscas foram realizadas

tanto com a inclusão quanto sem a inclusão, de “palavras impedidas” e consideraram o limite mínimo de três letras para as palavras.

O objetivo dessa análise foi identificar os termos prevalentes, ou seja, aqueles com maior frequência, delinear os termos significativos para a classificação e algumas das combinações entre eles, isto é, aqueles que poderiam ser utilizados para organizar um núcleo formador para as “categorias sintéticas”, com vistas à sistematização e classificação das denominações.

Assim, com base nas distribuições de frequência das palavras utilizadas nas denominações, geradas pelas consultas realizadas com o programa, foi construída uma planilha que possibilitou a gradativa identificação dos termos significativos. Esses foram utilizados para realizar as consultas específicas, que permitiram a formação das categorias sintéticas. Da mesma forma, foi possível identificar termos que poderiam ser excluídos sistematicamente das buscas, conforme as circunstâncias.

Uma vez identificados os termos prevalentes, foram realizadas buscas específicas com base em cada um deles e em algumas de suas combinações. Tal foi promovido, sobretudo, para os termos selecionados como significativos. Sempre que uma busca era realizada, seus resultados, ou seja, a relação de denominações incluídas, eram analisados. Isto foi feito utilizando os diversos recursos disponíveis, mas, especialmente, a partir da leitura atenta de pelo menos parte das denominações incluídas.

Desta forma as categorias sintéticas iniciais foram estabelecidas. Eles continham a definição dos termos e das combinações de termos que as integravam, bem como as exclusões de termos ou de combinações cujos significados podem variar, conforme sua utilização nas diferentes denominações, ou no “microcontexto” definido pelas denominações.

No entanto, cabe destacar que a opção por trabalhar com um elevado número de denominações, a fim de propiciar uma saturação de termos que permitisse a identificação de regularidades na forma como as denominações são compostas pelas coligações, tornou inviável a delimitação de contextos políticos específicos, bem como a identificação dos elementos discursivos presentes nas estratégias de comunicação dos partidos nos pleitos analisados, o que certamente influenciou o trabalho de classificação das denominações.

Este é um aspecto importante, pois as categorias sintéticas não são apenas a aglutinação de termos similares mais frequentemente identificados. As categorias

sintéticas procuram representar a mensagem, o sentido que é expressado pelas denominações, o tipo de apelo que elas contêm.

Todavia, em geral, essas denominações são compostas por frases curtas, escritas em caixa alta, sem pontuação precisa, algumas vezes com erros de grafia, o que tornou a tarefa de classificação ainda mais complexa. Para que se possa ter uma ideia: considerando a frequência de palavras (excetuadas as palavras impedidas) do total do objeto, ou seja, do conjunto das denominações, em média, cada denominação utiliza cerca de 3,3 palavras.

A opção metodológica adotada para formação das categorias sintéticas e que considerou, também, os recursos disponíveis foi trabalhar no nível do léxico gramatical. Porém, deu-se atenção às variações de sentido que os termos podem adquirir no contexto específico das denominações que são formadas, tanto quando utilizados de forma isolada, quanto por meio de combinações.

Desta forma, é necessário considerar o sentido adquirido pelos respectivos termos significativos nas diferentes denominações, tanto com relação a decisões sobre qual a categoria adequada de sua classificação, como para evitar a criação de um viés na classificação com a inclusão de termos que, no contexto específico, deixam de ser significativos para a classificação. Este é o caso, por exemplo, do uso de palavras, como: “todos”, “juntos”, “para”, “novo”, “nova”, “gente”, “melhor” e combinações, como: “em frente”, “para frente”, “seguir em frente”, “seguir mudando”, “a mudança continua”, “caminho seguro”, “rumo certo”, dentre outras.

Em alguns casos, trata-se de precisar o sentido da expressão, como no exemplo citado em que a combinação adquire o sentido mais próximo de “continuidade”, da manutenção do mesmo grupo ou projeto político, que é o oposto ao de “mudança”. Em outros, de evitar a influência indevida, pois um termo pode perder sua relevância para a classificação, ainda que considerado significativo.

A perda de relevância de um termo ou sua influência indevida na classificação ocorre principalmente devido ao uso do nome do município onde o pleito é realizado nas denominações, pois eles possuem “valor”. Assim, uma vasta gama de denominações utiliza combinações com termos que, em geral, são utilizados como significativos nas consultas, tais como: “Nova Aliança”, “Nova Redenção”, “Nova Glória”, “Novo Horizonte”, “Porto Novo”, “Bom Progresso”, “Progresso”, “Quatro Irmãos”, “Feliz Natal”, “Espera Feliz”, dentre várias outras.

Desta forma, considerar apenas o uso isolado do termo significativo ou de uma combinação, sem o crivo da verificação dos significados específicos que são assumidos, pode implicar que denominações fossem classificadas de forma inadequada ou inflar artificialmente uma dada categoria com a inclusão de várias denominações cujo sentido não é o que a categoria pretende representar.

Este aspecto reforça a importância de um procedimento metodológico adotado, que foi o de realizar a leitura atenta dos resultados gerados nas consultas, nos diferentes momentos da pesquisa, combinada com a análise dos demais dados. Desta forma, foi possível perceber uma parte das variações e pequenas regularidades que ocorriam, mas que não seriam perceptíveis apenas a partir da análise de distribuição de frequências das palavras ou dados numéricos gerados.

Somente combinando, sistematicamente, nos diferentes momentos da pesquisa, a leitura das denominações incluídas a cada resultado gerado, com a análise dos dados de cada resultado parcial, foi possível tomar as decisões necessárias para construção das categorias sintéticas que estruturam a classificação das denominações objeto de seu estudo.

Com a finalidade de evitar uma diferença de critérios no momento da classificação das denominações e, assim, reduzir eventuais erros ou impropriedades, tanto a construção das categorias sintéticas quanto a classificação das denominações foram realizadas de forma conjunta para os pleitos de 2012 e 2016. Ou seja, todas as consultas e os demais procedimentos realizados foram feitos de forma concomitante para o universo pesquisado.

Como ressaltado acima, por suas próprias características, as denominações atribuídas às coligações são normalmente de tamanho reduzido e limitadas a poucas palavras, o que não possibilita a delimitação de um contexto mais claro que facilitasse a apreensão de seus significados e sua classificação nas categorias sintéticas.

Desta forma, ao realizar a classificação das denominações dos dois pleitos de forma conjunta, não só se ampliou o número de denominações, como permitiu configurar microcontextos, que em algumas situações favoreceu a tomada de decisões tanto sobre a inclusão quanto sobre a exclusão de algumas denominações em uma categoria sintética.

Por um lado, esses microcontextos se formaram à medida que, no processo de construção das categorias, foram realizadas diversas consultas que geravam resultados específicos. Portanto, houve mais de uma consulta específica para cada

categoria. Com isso, formaram-se pequenos blocos de denominações codificadas, os quais foram progressivamente sendo agregados, separadamente, até a configuração final da respectiva categoria sintética.

Por outro, os critérios utilizados na indexação dos dados antes de sua importação para o programa NVIVO também foram importantes, pois a indexação prévia dos dados para a análise considerou as variáveis regionais, o que refletiu na forma como as denominações foram agrupadas no interior de cada categoria durante a codificação.

Sobretudo, esse aspecto foi importante no caso de categorias que apresentam um grau maior de heterogeneidade nos seus elementos constitutivos, uma vez que esses pequenos blocos agregam parte dos elementos centrais que compõem a categoria, mas guardam certa independência entre si. Da mesma forma, também o foi no caso do uso dos nomes dos municípios na denominação da categoria, porque tornou mais operacional a tarefa de identificar essas situações, pois os municípios eram listados em sequência nos relatórios de resultados.

Entretanto, este procedimento de indexação não influenciou a forma como as consultas são realizadas pelo NVIVO, pois essas consideram as palavras utilizadas, independentemente da forma como as unidades de análise estão indexadas. Sua influência ocorreu apenas na forma como os resultados obtidos são apresentados, o que favoreceu a realização da análise.

Em particular, quando se busca evitar a influência indevida do uso dos nomes dos municípios na denominação na classificação, é preciso assegurar que a denominação excluída da categoria corresponda exatamente à unidade de análise específica, ou seja, ao município e à respectiva coligação, pois não é incomum a existência de denominações iguais. No entanto, esse cuidado foi observado sempre que existiram dúvidas quanto à denominação que se desejava excluir.

Desta forma, sempre que necessário e, sobretudo, durante a revisão, foi feita uma consulta direta ao Banco de Dados, com base na identidade única de cada unidade de análise, o que assegurou que as denominações excluídas de uma dada categoria fossem as adequadas.

Cabe assinalar, também, que mesmo que uma denominação utilizasse mais de um termo englobado por uma dada categoria sintética, ela foi classificada apenas uma vez na respectiva categoria. Com isso, o número de referências de classificações coincide com o número de casos classificados nas respectivas categorias.

Este procedimento foi feito para simplificar os procedimentos e as análises realizadas, muito embora possa ter implicado certa perda de informação. Como as categorias foram estruturadas a partir de termos significativos e suas combinações, evitar que uma dada unidade de análise fosse classificada na categoria mais de uma vez pode implicar a redução na medida da intensidade de uso da categoria. Isso porque o número de referências de codificação é, eventualmente, inferior ao número que poderia ter, caso fosse permitido mais de uma codificação na categoria por unidade de análise.

No entanto, dado o tamanho médio reduzido das denominações das coligações, a avaliação foi de que esse eventual impacto não seria significativo. Ademais, esta decisão possibilitou uma maior eficiência no processo de organização dos dados, sobretudo no que se refere aos termos que só foram considerados de forma combinada.

Uma vez que as categorias sintéticas foram estabelecidas e as denominações classificadas em cada uma delas, procedeu-se à etapa de revisão. Para cada uma das categorias foi gerado um relatório com a listagem sequenciada e identificada de cada uma das denominações englobadas na respectiva categoria.

Como ressaltado anteriormente, realizar a leitura a cada etapa do projeto foi um aspecto importante. No entanto, isto não quer dizer que todas as vezes que um resultado era gerado, era feita uma leitura minuciosa. Daí a maior relevância de que este procedimento fosse realizado durante a etapa de revisão.

Assim, cada uma das categorias foi revisada especificamente a partir da leitura de todas as denominações incluídas. Tal foi realizado seguindo alguns procedimentos e, certamente, promover essa etapa foi uma das tarefas mais árduas e demoradas do processo, seja devido ao grande volume de dados gerados, seja por conta dos procedimentos metodológicos adotados para fazer a revisão.

Inicialmente, registrar observações durante a leitura, tais como indicações de denominações a serem excluídas, eventuais superposições com outras categorias, dúvidas acerca da inclusão na categoria, indicações de verificações específicas sobre algum aspecto, além de observações de caráter mais geral. Ou seja, realizar registros que auxiliassem a etapa posterior de consolidação das categorias, bem como o processo de análise e interpretação dos resultados.

Outro aspecto envolveu realizar o processo de revisão de forma espaçada temporalmente, de forma que a leitura de revisão de nenhuma das categorias foi

realizada de uma só vez. Como as categorias agregam denominações cujas composição compartilham termos semelhantes e, portanto, são similares em sua forma e boa parte delas são idênticas, perceber as incongruências durante a leitura requereu muita atenção e concentração.

Dessa forma, espaçar temporalmente as leituras contribuiu para diminuir os efeitos do cansaço, que podem prejudicar a concentração, bem como para evitar que a leitura sequenciada de denominações semelhantes induzisse ou limitasse a percepção. Da mesma forma, isto propicia, também, que após as reflexões realizadas entre um reinício da leitura e outro, a percepção sobre uma certa situação seja reafirmada, bem como que possa variar.

Por fim, embora tendo realizado as leituras de forma espaçada temporalmente, cada categoria foi integralmente revisada antes de se iniciar a revisão da categoria seguinte. Esse procedimento foi adotado porque se considerou que realizar a revisão de forma concomitante poderia provocar dispersão e, assim, prejudicar o processo de revisão. Cabe ressaltar que cada denominação pode ser classificada em mais de uma categoria sintética, portanto uma mesma denominação é registrada nos relatórios de cada uma das categorias sintéticas que tenha sido classificada.

É preciso considerar que as interrupções das leituras, intrínsecas ao próprio método e às dimensões da tarefa, embora desejadas, implicavam a realização de um certo esforço a cada vez que as leituras eram retomadas. Após cada pausa, cuja duração variou ao longo do tempo, era necessário fazer a recuperação dos registros anteriores, a fim de retomar a dinâmica da leitura e poder observar alguns aspectos já registrados nas leituras anteriores.

Porém, retomar os registros anteriores não impedia que a percepção de determinadas situações se alterasse e, eventualmente, ficasse em conflito com observações anteriores. Essas variações refletiam as dificuldades para se definir o corpus de apelos constitutivos das categorias sintéticas em construção.

Durante a revisão, todas as denominações que não haviam sido incluídas em nenhuma das categorias pré-estabelecidas foram agrupadas em um só nó de codificação e foram revisadas especificamente, tal como realizado com as denominações que foram enquadradas nas categorias pré-estabelecidas.

Concluído o processo de revisão, procedeu-se à consolidação das categorias sintéticas e à classificação final das denominações. Este processo consistiu na implementação nos dados do programa NVIVO de todas as alterações necessárias,

considerando o conjunto das observações realizadas durante a revisão de cada uma das categorias.

Neste caso, a implementação das alterações foi realizada de forma concomitante, ao contrário da revisão, que foi feita por categoria. Mesmo que, codificada em Nó respectivo, cada categoria tenha sido individualmente revisada, isto foi feito recorrendo não apenas às observações registradas especificamente para a respectiva categoria, mas também às registradas nas demais categorias.

Para assegurar que as codificações da fase inicial fossem preservadas, inclusive para possibilitar a análise, por comparação, do resultado do processo de revisão com a consolidação das categorias, foram criados nós auxiliares cujo conteúdo era uma replicação da codificação inicial. Assim, todas as consultas e alterações foram implementadas com base nesses nós.

O segundo passo foi criar nós aglutinadores por categoria, que foram utilizados para agregar as movimentações ou as exclusões de uma ou outra categoria. As denominações que não seriam movimentadas, de alguma forma, simplesmente foram decodificadas das categorias, conforme o caso.

Da mesma forma, no caso das denominações que não haviam sido incluídas antes da revisão em nenhuma das categorias pré-estabelecidas, foram realizadas buscas específicas com base nas observações registradas e procedeu-se à codificação das denominações que haviam sido excluídas da fase de classificação inicial, por algum motivo. O resultado dessa codificação foi distribuído pelos nós aglutinadores específicos do grupo.

Uma vez implementadas todas as alterações indicadas nas observações realizadas durante a fase de revisão, promoveu-se a consolidação definitiva das categorias sintéticas. Ela consistiu em agrupar as denominações distribuídas nos diferentes nós de apoio criados em um único nó de codificação, correspondente a cada uma das categorias sintéticas. Para tanto, foi utilizado o recurso de mesclagem de codificação, que possibilita agrupar codificações armazenadas em nós distintos, contudo, sem implicar a duplicação das unidades de análise codificadas que eventualmente estejam codificadas mais de uma vez.

Desta forma, ao agrupar as diferentes codificações, aquelas unidades de análise que já estavam codificadas no nó de destino, não eram acrescentadas novamente o que impedia a duplicação. Com isso, foi assegurado, também, o critério metodológico de somente permitir uma codificação por unidade de análise por

categoria. Embora citado apenas agora, esse recurso foi utilizado sempre que se procedeu algum tipo de agrupamento de codificações.

Ao final da classificação as denominações foram sistematizadas em um total de 11 categorias sintéticas, com as seguintes denominações: (1) União; (2) Povo; (3) Ético-Morais-Religiosos; (4) Mudança; (5) Força; (6) Progresso-Futuro; (7) Continuidade–Rumo Certo; (8) Trabalho; (9) Democracia-Temáticos; (10) Experiência–Governo; (11) Frente–Aliança.

Na apresentação dos resultados, o que será realizado no próximo capítulo, para cada uma das categorias sintéticas são indicados os termos significativos e as combinações utilizadas como palavras-chave para a busca textual e a classificação da respectiva denominação, os mapas de “nuvens de palavras”, bem como o total de referências que ela agrega, ou seja, o número de denominações englobadas e seu respectivo percentual de cobertura (calculado em relação ao total de denominações).

3.5 Configuração final do Banco de Dados

A configuração final do Banco de Dados foi estabelecida após a conclusão do processo de construção das categorias sintéticas e classificação das denominações, narrada na seção anterior. Desta forma, foi gerado um relatório por categoria sintética que indicava, para cada uma das unidades de análise (ou casos), se ela estava codificada, ou não, na respectiva categoria.

Assim, foram acrescentados na estrutura do Banco de Dados, uma variável para cada uma das categorias sintéticas, que permitia somente dois valores, 1 ou 0, e desta forma servem para indicar se uma dada unidade de análise (coligação denominada) utiliza (1) ou não (0) à respectiva categoria em sua denominação. Além disso, foi incluída uma variável “score”, cujo valor é o resultado da soma dos valores das variáveis correspondentes às categorias sintéticas e, portanto, indica o número de combinações de categorias utilizadas na respectiva denominação.

A configuração final do Banco de Dados, com suas respectivas variáveis de indexação, de classificação das unidades de análise segundo as dimensões do modelo, de classificação das denominações, bem como o layout dos dados disponibilizados pelas diferentes fontes utilizadas, está relacionada no apêndice desta dissertação.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo é o mais significativo da dissertação, pois traz os resultados produzidos pela investigação, a partir dos procedimentos metodológicos e da revisão de literatura apresentados nos capítulos anteriores.

Inicialmente, ele delimita o objeto da pesquisa, com a apresentação dos dados referentes ao conjunto das candidaturas a prefeito nas eleições de 2012 e 2016, especificando-as segundo a forma como essas candidaturas concorreram no pleito, ou seja, se apresentadas por partido isolado ou por coligações.

Em seguida, especifica-se dentre as coligações aquelas às quais foram atribuídas denominações específicas e as que reúnem apenas as siglas dos partidos. Com isso, realiza-se a delimitação do objeto da pesquisa, cujas unidades de análise são as coligações denominadas para prefeito nas eleições de 2012 e 2016.

Uma vez delimitado o objeto e estabelecido o universo dos dados da pesquisa, apresenta-se as 11 categorias sintéticas utilizadas para classificação das denominações. Para cada uma são indicados seus principais termos significativos, percentual de abrangência do objeto, média de palavras utilizadas em cada denominação, bem como os diagramas de nuvem de palavras de cada categoria.

Após, apresenta-se a distribuição absoluta e percentual do uso das categorias sintéticas, a forma como são combinadas pelas coligações em suas denominações, bem como as principais combinações binárias entre categorias.

Uma vez apresentadas as categorias sintéticas, realiza-se a descrição da forma como as mesmas são utilizadas, considerando-se as variáveis referentes às características dos municípios e das coligações, ou seja, as variáveis independentes de análise. Assim, para cada uma delas são expostas as tabelas com as respectivas distribuições de frequência de uso das categorias. Neste caso, as tabelas utilizadas apresentam os percentuais referentes às proporções de uso de cada categoria em relação à variável.

Por fim, uma síntese do capítulo com as principais observações destacadas e uma análise geral dos resultados.

4.1 Delimitação do objeto de pesquisa

A pesquisa abrangeu os pleitos realizados para prefeito no Brasil nos anos de 2012 e 2016. No entanto, seu objeto não abrange a totalidade das candidaturas apresentadas, mas sim aquelas que concorreram por meio de coligações, especificamente, as coligações que receberam uma denominação específica.

4.1.1 Quadro geral

Assim, conforme os procedimentos descritos na metodologia, foi necessário organizar os dados referentes ao conjunto das candidaturas apresentadas ao cargo de prefeito nos respectivos pleitos, a fim de identificar as que concorreram por meio de coligações e, dentre essas, aquelas cujas coligações foram denominadas. Tal procedimento também permite dimensionar a incidência do objeto de pesquisa no conjunto das candidaturas apresentadas. Esses dados são expostos a seguir.

Tabela 1 – Distribuição das candidaturas a Prefeito nas eleições de 2012 e de 2016, conforme a forma de participação no pleito

Forma de participação	2012		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%
Partido isolado	2.031	13,7	2.426	15,4	4.457	14,5
Coligação	12.823	86,3	13.361	84,6	26.184	85,5
Não denominada	82	0,6	77	0,5	159	0,5
Denominada	12.741	85,8	13.284	84,1	26.025	84,9
Total Geral	14.854	100,0	15.787	100,0	30.641	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

Como se pode observar, os dados confirmam as análises que indicam que coligar com outros partidos em eleições majoritárias, no caso para prefeito, é a regra entre os partidos. Na soma dos dois pleitos, 85,5% das candidaturas eram coligações, sendo 86,3% em 2012 e 84,6% em 2016.

Da mesma forma, a regra é que as coligações sejam nominadas, isto é, recebam algum “nome fantasia”. O percentual é elevadíssimo. Considerando o total de candidaturas, elas representam 85,8% em 2012 e 84,1% em 2016. Quando se consideram apenas as candidaturas que concorreram como coligação, verifica-se que 99,4% atribuíram uma denominação específica à coligação que formaram, tanto em 2012 quanto em 2016.

Ao desagregar os dados por eleições, percebe-se um crescimento significativo do número de candidaturas por partido isolado em 2016 na comparação com 2012,

seja em números absolutos, seja em relativos. Considerando apenas os números relativos, que fornecem parâmetros mais equitativos para a comparação, verifica-se que essa modalidade passa de 13,7% para 15,4% do total de candidaturas. O contingente em 2016 é, proporcionalmente, cerca de 12% maior do que em 2012.

Este crescimento reflete tanto o surgimento de novos partidos, que concorreram pela primeira vez ao cargo de prefeito no pleito de 2016, quanto alterações das estratégias coligacionistas dos partidos. No entanto, o aumento na quantidade de candidaturas isoladas não foi suficiente para modificar o perfil geral da forma de participação nos dois pleitos.

Logo, os dados confirmam o pressuposto adotado por esta pesquisa de que, uma vez coligados – o que é amplamente a preferência dos competidores –, os partidos optam majoritariamente por atribuir uma denominação específica às coligações que formam. Esse comportamento é ainda mais intenso do que a disposição dos partidos para formar coligações.

4.1.2 Opções dos partidos

Após apresentar o cenário das candidaturas, o próximo passo é indicar o modo como os diferentes partidos líderes se engajaram em cada competição. Como já foi informado na Introdução, e também os números da tabela 1 permitem supor, a quase totalidade dos partidos que disputaram as eleições analisadas foram líderes de alguma coligação. As exceções são o PCO, que não teve candidato por coligação nos dois pleitos, mas, ainda assim, participou de coligação e apoiou candidato de outro partido; e NOVO, que apresentou apenas uma candidatura por partido isolado em 2016.

Se existem variações entre os partidos quanto a celebrar coligações, uma vez que decidem por formar uma coligação, o comportamento dos partidos quanto a atribuir uma denominação é totalmente similar. As tabelas a seguir apresentam os dados sistematizados para o conjunto das candidaturas ao cargo de prefeito nos pleitos de 2012 e 2016, desagregados por partido líder. As legendas criadas após as eleições de 2012 foram destacadas para facilitar a comparação.

Tabela 2 – Distribuição das candidaturas a prefeito nas eleições de 2012, segundo o partido do candidato e a forma de participação no pleito

Partido	Forma de Participação				Total	% Geral	
	Isolado	%	Coligado	%		Coligação	
DEM	64	3,2	656	5,1	720	4,8	91,1
PCdoB	53	2,6	169	1,3	222	1,5	76,1
PCB	25	1,2	9	0,1	34	0,2	26,5
PCO	4	0,2	-	0,0	4	0,0	0,0
PDT	77	3,8	739	5,8	816	5,5	90,6
PHS	44	2,2	72	0,6	116	0,8	62,1
PMDB	139	6,8	2.090	16,3	2.229	15,0	93,8
PMN	53	2,6	119	0,9	172	1,2	69,2
PP	82	4,0	978	7,6	1.060	7,1	92,3
PPL	23	1,1	21	0,2	44	0,3	47,7
PPS	67	3,3	352	2,7	419	2,8	84,0
PR	33	1,6	656	5,1	689	4,6	95,2
PRB	77	3,8	213	1,7	290	2,0	73,4
PRP	43	2,1	86	0,7	129	0,9	66,7
PRTB	38	1,9	51	0,4	89	0,6	57,3
PSB	63	3,1	950	7,4	1.013	6,8	93,8
PSC	60	3,0	241	1,9	301	2,0	80,1
PSD	46	2,3	1.031	8,0	1.077	7,3	95,7
PSDB	77	3,8	1.509	11,8	1.586	10,7	95,1
PSDC	40	2,0	46	0,4	86	0,6	53,5
PSL	36	1,8	74	0,6	110	0,7	67,3
PSOL	283	13,9	58	0,5	341	2,3	17,0
PSTU	51	2,5	9	0,1	60	0,4	15,0
PT	288	14,2	1.475	11,5	1.763	11,9	83,7
PTdoB	40	2,0	65	0,5	105	0,7	61,9
PTB	72	3,5	739	5,8	811	5,5	91,1
PTC	30	1,5	57	0,4	87	0,6	65,5
PTN	31	1,5	48	0,4	79	0,5	60,8
PV	92	4,5	310	2,4	402	2,7	77,1
Total Geral	2.031	100,0	12.823	100,0	14.854	100,0	86,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

Conforme pode se observar na Tabela 2¹, no ano de 2012, ao todo, 29 partidos apresentaram candidaturas, dos quais 28 lideraram alguma coligação. A exceção, como já apontado, é o PCO, cujas quatro candidaturas foram isoladas². Considerando-se o total de candidaturas, 86,3% concorreram de forma coligada. Dentre os partidos que apresentaram mais de 1.000 candidaturas (PMDB, PT, PSDB, PSD, PP e PSB), que juntos respondem por 58,8% do total, apenas o PT teve um percentual de candidaturas por coligação inferior a 92%, ainda assim bastante elevado, 83,7%.

¹ A coluna %Geral indica a participação proporcional dos partidos líderes em relação ao total de candidaturas apresentadas, enquanto a coluna %Coligação indica a proporção de candidaturas por coligação em relação ao total de candidaturas apresentadas por cada partido líder.

² A quantidade de candidaturas próprias do PCO é ínfima, correspondendo a 0,02% do total. Ainda assim, é a legenda com comportamento desviante do conjunto.

Por outro lado, PSOL, PSTU e PCB foram os partidos que apresentaram os menores percentuais de candidaturas por coligação, respectivamente, 17%, 15% e 26,5%. Contudo, eles respondem por apenas 2,9% do total.

Tabela 3 – Distribuição das coligações para prefeito nas eleições de 2012, segundo o partido líder e a atribuição de denominação às coligações*

Partido	Denominada				Total	% Geral	% Coligações denominadas
	Não	%	Sim	%			
DEM	5	6,1	651	5,1	656	5,1	99,2
PCdoB	1	1,2	168	1,3	169	1,3	99,4
PCB	-	0,0	9	0,1	9	0,1	100,0
PDT	-	0,0	739	5,8	739	5,8	100,0
PHS	-	0,0	72	0,6	72	0,6	100,0
PMDB	17	20,7	2.073	16,3	2.090	16,3	99,2
PMN	-	0,0	119	0,9	119	0,9	100,0
PP	8	9,8	970	7,6	978	7,6	99,2
PPL	-	0,0	21	0,2	21	0,2	100,0
PPS	1	1,2	351	2,8	352	2,8	99,7
PR	2	2,4	654	5,1	656	5,1	99,7
PRB	3	3,7	210	1,6	213	1,6	98,6
PRP	1	1,2	85	0,7	86	0,7	98,8
PRTB	-	0,0	51	0,4	51	0,4	100,0
PSB	2	2,4	948	7,4	950	7,4	99,8
PSC	1	1,2	240	1,9	241	1,9	99,6
PSD	1	1,2	1.030	8,1	1.031	8,1	99,9
PSDB	16	19,5	1.493	11,7	1.509	11,7	98,9
PSDC	-	0,0	46	0,4	46	0,4	100,0
PSL	-	0,0	74	0,6	74	0,6	100,0
PSOL	1	1,2	57	0,4	58	0,4	98,3
PSTU	-	0,0	9	0,1	9	0,1	100,0
PT	14	17,1	1.461	11,5	1.475	11,5	99,1
PTdoB	-	0,0	65	0,5	65	0,5	100,0
PTB	7	8,5	732	5,7	739	5,7	99,1
PTC	-	0,0	57	0,4	57	0,4	100,0
PTN	1	1,2	47	0,4	48	0,4	97,9
PV	1	1,2	309	2,4	310	2,4	99,7
Total Geral	82	100,0	12.741	100,0	12.823	100,0	99,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

* PCO não concorreu com candidatura própria em coligação

Como se pode perceber pela Tabela 3³, em 2012, quanto à decisão de concorrer com coligações, há variações com relação às estratégias partidárias no que concerne à atribuição de uma denominação às coligações que constituem, o comportamento de todos os partidos líderes é muito similar.

³ A coluna %Geral indica a participação proporcional dos partidos líderes em relação ao total de coligações, enquanto a coluna %Coligação denominada indica a proporção dessas coligações em relação ao total de coligações de cada partido líder.

Considerando-se o total de coligações formadas, 99,4% receberam uma denominação específica e o menor percentual foi do PTN, com 97,9%. De forma que mesmo os partidos menos propensos a celebrar coligações, tal como os demais partidos, sempre que concorrem como partido líder de uma coligação, essas optam por atribuir uma denominação específica.

Tabela 4 – Distribuição das candidaturas a prefeito nas eleições de 2016, segundo o partido do candidato e a forma de participação no pleito

Partido	Forma de Participação				Total	% Coligação	
	Isolado	%	Coligado	%		Geral	%
DEM	45	1,9	649	4,9	694	4,4	93,5
PCdoB	45	1,9	267	2,0	312	2,0	85,6
PCB	13	0,5	1	0,0	14	0,1	7,1
PCO	17	0,7		0,0	17	0,1	0,0
PDT	86	3,5	810	6,1	896	5,7	90,4
PHS	67	2,8	136	1,0	203	1,3	67,0
PMDB	143	5,9	2.137	16,0	2.280	14,4	93,7
PMN	65	2,7	86	0,6	151	1,0	57,0
PP	98	4,0	1.024	7,7	1.122	7,1	91,3
PPL	41	1,7	30	0,2	71	0,4	42,3
PPS	72	3,0	316	2,4	388	2,5	81,4
PR	58	2,4	682	5,1	740	4,7	92,2
PRB	80	3,3	329	2,5	409	2,6	80,4
PRP	43	1,8	66	0,5	109	0,7	60,6
PRTB	39	1,6	45	0,3	84	0,5	53,6
PSB	70	2,9	973	7,3	1.043	6,6	93,3
PSC	54	2,2	260	1,9	314	2,0	82,8
PSD	59	2,4	1.256	9,4	1.315	8,3	95,5
PSDB	71	2,9	1.614	12,1	1.685	10,7	95,8
PSDC	47	1,9	56	0,4	103	0,7	54,4
PSL	39	1,6	107	0,8	146	0,9	73,3
PSOL	330	13,6	63	0,5	393	2,5	16,0
PSTU	45	1,9	3	0,0	48	0,3	6,3
PT	218	9,0	742	5,6	960	6,1	77,3
PTdoB	43	1,8	66	0,5	109	0,7	60,6
PTB	56	2,3	662	5,0	718	4,5	92,2
PTC	40	1,6	67	0,5	107	0,7	62,6
PTN	40	1,6	103	0,8	143	0,9	72,0
PV	74	3,1	291	2,2	365	2,3	79,7
Sub-total 1¹	2.098	86,5	12.841	96,1	14.939	94,6	86,0
NOVO	1	0,0	-	0,0	1	0,0	0,0
PEN	77	3,2	82	0,6	159	1,0	51,6
PMB	33	1,4	25	0,2	58	0,4	43,1
PROS	61	2,5	155	1,2	216	1,4	71,8
REDE	85	3,5	65	0,5	150	1,0	43,3
SD	71	2,9	193	1,4	264	1,7	73,1
Sub-total 2²	328	13,5	520	3,9	848	5,4	61,3
Total Geral	2.426	100,0	13.361	100,0	15.787	100,0	84,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

1- Partidos que apresentaram candidaturas a prefeito nas eleições de 2012 e 2016

2- Partidos que apresentaram candidaturas apenas em 2016

O perfil das candidaturas apresentadas, segundo a forma de participação no pleito de 2016 (Tabela 4⁴), é muito semelhante ao de 2012, com um elevado nível de candidaturas por coligações. Aqueles com maior número de candidaturas se repetem (PMDB, PT, PSDB, PSD, PP e PSB) e, juntos, respondem por 53,2% do total, redução de 5,6% em relação a 2012. Com exceção do PT, cuja situação será comentada a seguir, todos os demais registraram índices de candidaturas por coligações superiores a 91%.

Ressalva-se que essa diferença é resultado direto da redução de candidaturas do PT, legenda que apresentou menos candidaturas do que no pleito anterior e também liderou menos coligações. Em 2016 o Partido dos Trabalhadores sofreu uma brutal redução do número de candidaturas, com uma queda de 45,5% em relação ao pleito de 2012, o que fez com que sua participação no total de candidaturas caísse de 11,9% para 6,1% em 2016. Além disso, ocorreu também uma redução do número de candidaturas por coligações que passaram de 83,7% para 77,3%.

A redução do total de candidaturas do PT, assim como das coligações lideradas por esse partido de um pleito para o outro, certamente é um reflexo da forte crise que o partido enfrentou desde a realização do pleito em 2012, e que culminou com o impeachment, em agosto de 2016, da presidenta da República, Dilma Rousseff, eleita pelo PT.

Considerando, ainda, apenas os partidos que participaram dos dois pleitos com candidaturas próprias, os partidos com menor percentual de candidaturas por coligação se repetem (PSOL, PSTU e PCB). Em 2016, o contingente é inferior a 16%, e, assim como em 2012, eles respondem por 2,9% do total de candidaturas, sendo que mais uma vez o PCO só teve candidatura própria por partido isolado.

As candidaturas dos partidos que participaram pela primeira vez das eleições para prefeito em 2016 – NOVO, PEN, PMB, PROS, REDE e SD – respondem, juntas, por 5,4% do total. Com exceção do NOVO, com apenas uma candidatura (e que não envolveu coligação), os demais também apresentam número de candidaturas por coligação significativo, variando entre 43% e 73,1%. Neste caso, as candidaturas por coligações representam 61,3% do total desse grupo.

⁴ A coluna %Geral indica a participação proporcional dos partidos líderes em relação ao total de candidaturas apresentadas, enquanto a coluna %Coligação indica a proporção de candidaturas por coligação em relação ao total de candidaturas apresentadas por cada partido líder.

Esse comportamento, aparentemente, menos propenso a celebrar coligações dos novos partidos que concorreram pela primeira vez em 2016, pode ser decorrente do contexto de seu surgimento. Dentre outros aspectos que podem ser considerados, por um lado, está a necessidade de se afirmarem enquanto uma “nova opção”, de se diferenciar dos demais partidos, o que pode levá-los a um comportamento mais resistente.

Por outro lado, com pouco tempo de existência, em sua maioria, com baixa capacidade de atuação e dispondo de poucos recursos, coligar-se com eles pode se tornar pouco interessante aos demais partidos, tanto para atraí-los para as coligações que formam quanto para participar das coligações lideradas por candidaturas desses partidos.

Tabela 5 – Distribuição das coligações para prefeito nas eleições de 2016, segundo o partido líder e a atribuição de denominação às coligações⁵

Partido	Denominada				Total	% Geral	% Coligações Denominadas
	Não	%	Sim	%			
DEM	2	2,6	647	4,9	649	4,9	99,7
PCdoB	-	0,0	267	2,0	267	2,0	100,0
PCB	-	0,0	1	0,0	1	0,0	100,0
PDT	2	2,6	808	6,1	810	6,1	99,8
PHS	1	1,3	135	1,0	136	1,0	99,3
PMDB	14	18,2	2.123	16,0	2.137	16,0	99,3
PMN	-	0,0	86	0,6	86	0,6	100,0
PP	5	6,5	1.019	7,7	1.024	7,7	99,5
PPL	-	0,0	30	0,2	30	0,2	100,0
PPS	3	3,9	313	2,4	316	2,4	99,1
PR	4	5,2	678	5,1	682	5,1	99,4
PRB	2	2,6	327	2,5	329	2,5	99,4
PRP	-	0,0	66	0,5	66	0,5	100,0
PRTB	-	0,0	45	0,3	45	0,3	100,0
PSB	2	2,6	971	7,3	973	7,3	99,8
PSC	1	1,3	259	1,9	260	1,9	99,6
PSD	7	9,1	1.249	9,4	1.256	9,4	99,4
PSDB	9	11,7	1.605	12,1	1.614	12,1	99,4
PSDC	-	0,0	56	0,4	56	0,4	100,0
PSL	-	0,0	107	0,8	107	0,8	100,0
PSOL	1	1,3	62	0,5	63	0,5	98,4
PSTU	1	1,3	2	0,0	3	0,0	66,7
PT	7	9,1	735	5,5	742	5,6	99,1
PTdoB	-	0,0	66	0,5	66	0,5	100,0
PTB	8	10,4	654	4,9	662	5,0	98,8
PTC	-	0,0	67	0,5	67	0,5	100,0
PTN	1	1,3	102	0,8	103	0,8	99,0
PV	3	2,6	288	2,2	291	2,2	99,0
Sub-total 1	73	94,8	12.768	96,1	12.841	96,1	99,4
PEN	2	2,6	80	2,2	82	0,6	97,6
PMB	1	1,3	24	0,6	25	0,2	96,0
PROS	-	0,0	155	0,2	155	1,2	100,0
REDE	-	0,0	65	1,2	65	0,5	100,0
SD	1	1,3	192	0,5	193	1,4	99,5
Sub-total 2	4	5,2	516	3,9	520	3,9	99,2
Total Geral	77	100	13.284	100,0	13.361	100,0	99,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

Assim como no pleito de 2012, também em 2016 o comportamento dos partidos com relação a atribuir uma denominação às coligações que formam é semelhante, como demonstra a Tabela 5. Isto tanto para o caso dos partidos que participaram dos dois pleitos como para o caso dos que participaram apenas do pleito de 2016.

Considerando o total de coligações em cada grupo, destaca-se que, no primeiro caso, o percentual de coligações com denominação específica é de 99,4%, o mesmo

⁵ A coluna %Geral indica a participação proporcional dos partidos líderes em relação ao total de coligações, enquanto a coluna %Coligação denominada indica a proporção dessas coligações em relação ao total de coligações de cada partido líder.

alcançado em 2012. O grupo dos partidos que concorreram apenas em 2016 atinge 99,2% e, para o total geral de coligações, o índice é de 99,4%. O PSTU, com 66,7% de suas coligações denominadas, é o partido com menor índice, mas concorreu com apenas três candidaturas no total. Todos os demais partidos têm índices superiores a 95%.

4.1.3 Coligações denominadas

As unidades de análise que compõem o universo do objeto da pesquisa correspondem ao conjunto das coligações que receberam denominação específica, nos pleitos para prefeito, nos anos de 2012 e 2016. Sua distribuição, segundo os partidos líderes e ano de realização do pleito, é apresentada a seguir.

Tabela 6 – Distribuição das coligações denominadas para prefeito, segundo o partido líder e ano do pleito⁶

Partido	Ano do Pleito						Total Geral		
	Cand.	2012 Colig. Denom.	%	Cand.	2016 Colig. Denom.	%	Candid.	Colig. Denom.	%
DEM	720	651	90,4	694	647	93,2	1.414	1.298	91,8
PCdoB	222	168	75,7	312	267	85,6	534	435	81,5
PCB	34	9	26,5	14	1	7,1	48	10	20,8
PCO	4	-	0,0	17		0,0	21	0	0,0
PDT	816	739	90,6	896	808	90,2	1.712	1.547	90,4
PHS	116	72	62,1	203	135	66,5	319	207	64,9
PMDB	2229	2.073	93,0	2.280	2.123	93,1	4.509	4.196	93,1
PMN	172	119	69,2	151	86	57,0	323	205	63,5
PP	1060	970	91,5	1.122	1.019	90,8	2.182	1.989	91,2
PPL	44	21	47,7	71	30	42,3	115	51	44,3
PPS	419	351	83,8	388	313	80,7	807	664	82,3
PR	689	654	94,9	740	678	91,6	1.429	1.332	93,2
PRB	290	210	72,4	409	327	80,0	699	537	76,8
PRP	129	85	65,9	109	66	60,6	238	151	63,4
PRTB	89	51	57,3	84	45	53,6	173	96	55,5
PSB	1013	948	93,6	1.043	971	93,1	2.056	1.919	93,3
PSC	301	240	79,7	314	259	82,5	615	499	81,1
PSD	1077	1.030	95,6	1.315	1.249	95,0	2.392	2.279	95,3
PSDB	1586	1.493	94,1	1.685	1.605	95,3	3.271	3.098	94,7
PSDC	86	46	53,5	103	56	54,4	189	102	54,0
PSL	110	74	67,3	146	107	73,3	256	181	70,7
PSOL	341	57	16,7	393	62	15,8	734	119	16,2
PSTU	60	9	15,0	48	2	4,2	108	11	10,2
PT	1763	1.461	82,9	960	735	76,6	2.723	2.196	80,6
PTdoB	105	65	61,9	109	66	60,6	214	131	61,2
PTB	811	732	90,3	718	654	91,1	1.529	1.386	90,6
PTC	87	57	65,5	107	67	62,6	194	124	63,9
PTN	79	47	59,5	143	102	71,3	222	149	67,1
PV	402	309	76,9	365	288	78,9	767	597	77,8
NOVO	-	-	-	1	-	0,0	1	0	0,0
PEN	-	-	-	159	80	50,3	159	80	50,3
PMB	-	-	-	58	24	41,4	58	24	41,4
PROS	-	-	-	216	155	71,8	216	155	71,8
REDE	-	-	-	150	65	43,3	150	65	43,3
SD	-	-	-	264	192	72,7	264	192	72,7
Total	14.854	12.741	85,8	15.787	13.284	84,1	30.641	26.025	84,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

O universo da pesquisa abrange 84,9% (Tabela 6) de todas as candidaturas aptas a concorrer ao cargo de prefeito nos pleitos de 2012 e 2016, perfazendo 26.025 unidades de análise. O grau de abrangência do objeto em relação ao total de candidaturas varia conforme a intensidade com a qual os partidos optam por concorrer coligados. Ele vai de 10,2% (PSTU) até 95,3% (PSD). O PCO e o Partido NOVO não

⁶ A coluna % indica a proporção de candidaturas por coligação denominadas em relação ao total de candidaturas apresentadas por cada partido líder.

fazem parte do universo, pois não apresentaram candidato próprio por meio de coligação.

Assim, dada a elevadíssima propensão a atribuir uma denominação específica às suas coligações, quanto maior a frequência, com a qual os partidos celebram coligações, cresce a sua participação no universo da pesquisa. No entanto, como já destacado, os partidos menos propensos a celebrar coligações compõem uma pequena proporção do total.

Se forem considerados os 10 partidos cujo número de candidaturas, somados os dois pleitos, foi superior a 1.000 (PMDB, PSDB, PT, PSD, PP, PSB, PDT, PTB, PR e DEM), juntos respondem por 75,8% do total de candidaturas e 81,6% do total de coligações denominadas, com um grau de abrangência de 91,5%. Dentre esses, apenas o PR é classificado como partido descentralizado, enquanto os demais são classificados como centralizados, conforme o critério estabelecido por esta dissertação.

4.2 Classificação das denominações

Conforme descrito na metodologia (capítulo 2), as denominações das coligações foram classificadas em 11 categorias sintéticas, que procuram apreender o sentido das mensagens contidas nessas denominações. Para a configuração de cada categoria, definiu-se um conjunto de termos significativos e de combinações de termos, os quais foram utilizados nas buscas realizadas com vistas a codificar as unidades de análise e classificar nas respectivas categorias.

Como ressaltado, quando analisadas individualmente, algumas palavras são utilizadas com razoável frequência pelas diferentes denominações. É o caso de: “para todos”, “mais”, “melhor”, “mãos”, “sempre”, “boas”, “nova”, “novo”, entre outros exemplos possíveis. Porém, embora sejam frequentes, sua utilização na configuração das categorias sintéticas requer maior atenção, pois, quando associadas a outros termos na composição de uma denominação, podem assumir sentidos diferentes.

Nesses casos, somente foram consideradas quando utilizadas de forma combinada com outras palavras e também conforme o emprego específico na denominação. Assim, muitas vezes torna-se necessário analisar o emprego desses termos nas denominações por meio de consultas específicas, tanto para exclusão quanto para inclusão em alguma categoria, pois os significados que adquirem podem variar.

A seguir, apresentam-se os resultados dessa classificação. Para tanto são utilizados os diagramas de nuvens de palavras gerados, distribuições de frequência e gráficos.

Inicialmente, o diagrama de Nuvem de Palavras referente ao total do objeto, o qual foi gerado utilizando como critérios de busca a opção “palavra exata”, com um mínimo de três letras e considerando o total de palavras. Indica-se, também, a média de palavras utilizadas por denominação. A finalidade é ilustrar a dispersão dos termos utilizados nas denominações no universo dos dados pesquisados e o tamanho médio de cada denominação não foi considerado como dado para análise, ressaltando que as categorias foram construídas tendo em vista o total do objeto.

Após, são apresentadas as categorias sintéticas que permitiram classificar as diferentes mensagens contidas nas denominações das coligações. Para cada uma são indicadas as principais palavras e expressões caracterizadas como termos significativos e, assim, utilizadas nas consultas que permitiram a classificação do objeto nas diferentes categorias. Igualmente, os diagramas de mapa de palavras, o percentual de cobertura da categoria sintética em relação ao total de unidades de análise e a média de palavras utilizadas por denominação em cada categoria.

Em seguida, são apresentados gráficos com a distribuição absoluta e percentual do uso das categorias, a intensidade de combinação dessas categorias pelas coligações, bem como as combinações binárias entre categorias sintéticas utilizadas pelas diferentes denominações. É importante ressaltar que, como uma denominação pode ser classificada em mais de uma categoria, os percentuais de cobertura por categoria sintética não podem ser somados devido às combinações de categorias pelas denominações.

Desta forma, apresentam-se dois gráficos: um com a distribuição do número de denominações classificadas por Categoria Sintética; e outro com suas respectivas coberturas percentuais em relação ao total de unidades de análise. Apresenta-se, ainda, uma matriz de cruzada das categorias sintéticas, que indica o número de casos classificados nas respectivas combinações binárias entre categorias. O objetivo é demonstrar, parcialmente, a forma e a intensidade com que as mensagens representadas pelas categorias são combinadas pelas coligações ao se atribuírem uma denominação específica.

No caso dos diagramas de nuvem de palavras das categorias sintéticas, adotou-se como critério para elaboração o limite de 1000 palavras mais frequentes,

com um mínimo de quatro letras, utilizando a opção de busca “Sinônimos”, a fim de se manter um padrão na apresentação dos dados que facilite sua interpretação e uma melhor comparação visual. A exceção é a categoria sintética “Continuidade-Rumo Certo”, pois possui palavras inferiores a quatro letras que integram os termos significativos utilizados na busca.

A média de palavras utilizadas por denominação corresponde ao quociente da divisão do total de palavras contadas pelo número de unidades de análise. Para seu cálculo, em todas as situações, utilizou-se o mesmo critério de consulta para gerar a frequência de palavras e considerou-se o total de palavras utilizadas nas denominações, a busca por “palavra exata” com no mínimo de três letras. Neste caso, o que se deseja ilustrar é a diversidade existente, bem como estabelecer a dimensão mais próxima da forma como as denominações são compostas, portanto o critério de contar as palavras da forma exata como foram utilizadas nas denominações.

No caso das nuvens de palavras referentes às categorias sintéticas, os critérios adotados foram diferentes, pois se deseja ilustrar o conteúdo das mensagens contidas nas denominações das coligações que as categorias sintéticas buscam representar. Desta forma, o que importa não é o emprego individual das palavras, mas sim o sentido que adquirem, quando utilizadas nas diferentes denominações, ou seja, as regularidades observadas, as “ideias força” que são utilizadas pelas diferentes coligações ao atribuírem suas denominações específicas.

As categorias sintéticas serão apresentadas segundo a ordem decrescente do total de unidades de análise classificadas em cada uma delas. O primeiro diagrama refere-se ao total do objeto e é apresentado a seguir.

liberdade”, “todos por Monteiro”, “unidos pela força do povo”, “juntos somos mais fortes”, dentre vários outros que poderiam ser apresentados.

4.2.2 Povo

A segunda categoria é Povo. Ela congrega todas as denominações que utilizam apelos ao “povo”, sejam eles genéricos ou específicos. Ela é utilizada por 5.598 coligações denominadas, o que representa 21,5% do total. Cada denominação utiliza, em média, 3,3 palavras. Assim como a categoria União, esta também é bastante homogênea em relação aos termos significativos utilizados na conformação da categoria, cujos principais são: “povo”, “povão”, “popular”, “comunidade”, “gente”.

Diagrama 3 – Nuvem de palavras das denominações utilizadas pelas coligações denominadas para prefeito no Brasil, nos pleitos de 2012 e 2016, classificadas na categoria sintética Povo



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do TSE

Unidades de análise: 5.598

% de cobertura: 21,5%

Média de palavras por denominação: 3,3

Como exposto anteriormente, esta categoria incluiu as denominações que utilizam as expressões “para todos” e “de todos”, quando empregadas com o sentido de um “beneficiário” ou “finalidade” de uma ação ou evento.

Situação semelhante ocorre com o termo significativo “gente”, cujo sentido também apresenta variações. Nesse caso, foram mantidas na categoria apenas as

denominações que utilizam as combinações “nossa gente” e “sua gente”, quando empregadas de forma similar às combinações “de todos” e “para todos”. Durante a revisão e consolidação das categorias, as denominações que empregavam o termo “gente”, assim como “todos”, foram analisadas especificamente antes do enquadramento na categoria.

Como exemplos de denominações, tem-se: “rumo novo com a força do povo”, “Adrelândia melhor para todos”, “o povo em primeiro lugar”, “o povo e o progresso juntos”, “com Deus pelo povo” e “o povo quer o povo faz”, dentre tantas outras.

4.2.3 Ético-Morais-Religiosos

A categoria Éticos-Morais-Religiosos congrega denominações que utilizam termos e expressões que representam (ou são associados a) valores ou apelos de caráter ético, moral ou religioso. Ela abrange 5.146 coligações denominadas, o que corresponde a 19,8% do total. Em média, as denominações nesta categoria utilizam 3,4 palavras.

É importante ressaltar que a agregação realizada nesta categoria não pressupõe que não existam distinções entre valores de caráter ético, moral ou religioso. Trata-se apenas de uma redução que possibilitasse agregar um conjunto de denominações que compartilham termos e expressões que possam ser, de alguma maneira, associadas a esses valores.

Cabe destacar que esta pesquisa possui, sobretudo, característica exploratória, e como já afirmado anteriormente, não era viável para seus propósitos estabelecer o contexto político dos diferentes pleitos, nem tampouco delimitar elementos de discurso que permitissem analisar a forma como essas denominações são mobilizadas, ou não, nas estratégias eleitorais das candidaturas.

as expressões: “boas mãos”, “mãos certas”, “mãos limpas” e “ficha limpa”. Como se pode imaginar, esses termos aparecem com a intenção de afirmar e de reivindicar a presença (como em “honestidade”, “dignidade”, etc.), mas também associados ao combate, à eliminação ou à ausência, como em “corrupção”.

É importante destacar que, ainda que exista uma grande dispersão de termos abrangidos pela categoria, por certo que alguns são mais utilizados do que outros, mesmo até, parte deles sejam empregados quase de forma residual, bem como alguns são utilizados de forma mais frequente, o que foi considerado ao se optar pela sua inclusão em uma única categoria, ao invés de segrega-los em categorias distintas.

Como exemplos de denominações classificadas na categoria temos: “união, competência, seriedade e trabalho”, “Anicuns merece respeito”, “mãos limpas que constroem o futuro”, “experiência, trabalho e transparência”, “por amor a Cachoeira Dourada”, “com humildade o progresso continua”, “união e renovação com responsabilidade”, “Iaciara, honestidade e transparência”, “com fé em Deus São João para todos”, “união, trabalho e fidelidade” e “pelo bem de Guiratinga”, dentre tantas outras.

4.2.4 Mudança

A categoria sintética Mudança inclui as denominações que utilizam termos ou expressões que são associados à ideia de promover mudanças, tanto de forma genérica como específica. A categoria agrega 5.061 coligações, o que compreende 19,4% do total. Cada denominação utiliza, em média, 3,2 palavras.

Esta é uma das categorias que mais utiliza combinações em sua conformação, pois alguns de seus termos significativos, quando tomados isoladamente, não permitem precisar o sentido adquirido nas denominações. Por outro lado, também exclui expressões, ainda que utilizem termos significativos da categoria, pois, nesses casos, a combinação adquire sentido oposto ou ambíguo. Isto ocorre em particular com expressões em que a ideia de “mudança” é associada com a ideia (oposta) de “continuidade”.

“nova” e “novo”. Como descrito na metodologia, esses casos foram identificados e, em seguida, excluídos da categoria, sendo mantidos apenas aqueles em que a ideia de mudança era claramente identificada.

Assim, os principais termos significativos e combinações utilizadas na conformação da categoria são os seguintes: “mudança”, “mudar”, “renovar”, “renovação”, “transformar”, “inovar”, “novidade”, “reconstruir”, “renascer”, “resgatar”, “retomar”, “rumo novo”, “novo caminho”, “novo tempo”, “cara nova”, “novas mãos”, “novas ideias”, “jeito novo”, “novas mãos”.

São exemplos de denominações codificadas na categoria: “é hora de renovar”, “unidos pela mudança”, “um novo caminho”, “a mudança é agora”, “renovação e esperança”, “tempo de renovar”, dentre vários outros.

4.2.5 Força

A categoria Força agrega as denominações que utilizam termos cuja ênfase é transmitir a mensagem de “capacidade de fazer”, “poder”, “força”, de determinado grupo ou decorrente de uma ação. Esta categoria engloba 4.257 unidades de análise, o que representa 16,4% do total. Há, em média, 3,4 palavras por denominação.

São exemplos de denominações classificadas na categoria: “honestidade, força e união”, “a união do povo faz a força”, “a força do povo”, “a força da mudança”, “pela vontade do povo”, “Ponta Porã pode mais”, “Planaltina quer mais”, “para fazer muito mais”, “juntos nós podemos”, “juntos podemos mais”, “sim, nós podemos”, dentre várias outras.

4.2.6 Progresso-Futuro

A Progresso-Futuro reúne as mensagens cujos termos enfatizam a busca ou construção do progresso, do desenvolvimento, do futuro. A categoria engloba 3.767 unidades de análise, representando 14,5% do total de unidades de análise. Cada denominação utiliza, em média, 3,4 palavras. Esta é uma categoria, relativamente homogênea, pois além de reunir um menor número de termos significativos há forte concentração em torno deles.

Diagrama 7 – Nuvem de palavras das denominações utilizadas pelas coligações denominadas para prefeito no Brasil, nos pleitos de 2012 e 2016, classificadas na categoria sintética Progresso-Futuro



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do TSE

Unidades de análise: 3.767

% de cobertura: 14,5%

Média de palavras por denominação: 3,4

Os principais termos significativos utilizados na configuração da categoria são: “progresso”, “desenvolvimento”, “futuro”, “crescimento”, “avançar” e “prosperidade”,

além de suas variações. Algumas denominações que utilizam o termo “construir”, e suas variações, foram incluídas na categoria após análise específica.

Esta categoria sofre uma baixa influência do uso dos nomes dos municípios e todos os casos foram identificados, a fim de que não fossem incluídos. Como exemplos de denominações classificadas na categoria, tem-se: “unidos para o progresso”, “ação e desenvolvimento com transparência”, “a continuidade do progresso”, “o futuro é agora”, “paz e progresso para Lagoa da Canoa”, “pra Biritinga continuar crescendo”, dentre outras.

4.2.7 Continuidade-Rumo Certo

A categoria sintética Continuidade-Rumo Certo compreende 2.892 unidades de análises, o que representa 11,1% do total. As denominações nesta categoria utilizam 3,6 palavras, em média. Esta é uma categoria em que predominam combinações de palavras dentre os termos significativos utilizados em sua conformação.

Diagrama 8 – Nuvem de palavras das denominações utilizadas pelas coligações denominadas para prefeito no Brasil, nos pleitos de 2012 e 2016, classificadas na categoria sintética Continuidade



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do TSE

Unidades de análise: 2.892

% de cobertura: 11,1%

Média de palavras por denominação: 3,6

Deve ser ressaltado que algumas dessas expressões nem sempre possuem um sentido preciso, o que fez com que a categoria fosse uma das mais difíceis para

se configurar. Como apontado na apresentação da categoria “mudança”, existem ambiguidades na distinção entre as duas categorias. Além dos aspectos já tratados referentes às expressões “seguir mudando” e “continuar mudando”, por exemplo, este também é o caso das expressões “rumo certo” e “caminho certo”.

Nestes casos, além de estabelecer os núcleos estruturantes da categoria, realizaram-se consultas específicas para aferir, complementarmente, quando as expressões “rumo certo” e “caminho certo” estavam associadas a termos específicos das categorias “mudança” ou “continuidade”. Desta forma, embora essas ocorrências não sejam tão frequentes, observou-se uma razoável incidência de expressões que as associavam com continuidade. O oposto ocorreu com relação aos casos em que eram associadas a outras categorias, em particular, com a “mudança”.

Assim, as expressões foram incluídas nos termos significativos da categoria “continuidade”. No entanto, seguiu-se o mesmo critério metodológico adotado para a categoria “mudança”. Desta maneira, os poucos casos em que as denominações estavam claramente associadas à categoria “mudança” foram incluídos nesta categoria e excluídos da categoria “continuidade”.

Como exemplos da associação com a categoria “continuidade”, tem-se: “vamos continuar no caminho certo”, “Suzano seguindo no caminho certo” e “Cataguazes vai seguir no rumo certo”. Por outro lado, são exemplos da associação com “mudança” as denominações: “Ribeira de volta ao caminho certo” e “Brumadinho de volta ao caminho certo”.

As principais expressões e termos significativos utilizados são: “continua”, “continuidade”, “continuar”, “prosseguir”, “rumo certo”, “caminho certo”, “não pode parar”, “mudança continua”, “seguir em frente”, “seguindo em frente”, “seguir mudando”, “continuar mudando”.

4.2.8 Trabalho

Esta é uma das categorias mais homogêneas, pois basicamente dois termos significativos a estruturam: “trabalho” e “emprego”, uma vez que os demais utilizados são derivações desses dois: “trabalhador”, “trabalhista” e “empregar”. Porém, a concentração da categoria reside no termo “trabalho”. A mesma abrange 2.055 unidades de análise, o que representa 7,9% do total. Em média, cada denominação nesta categoria utiliza 3,3 palavras.

atingido, e, assim, o diagrama considera todas as palavras utilizadas nas denominações classificadas nessas categorias.

No entanto, é importante ressaltar dois aspectos. O primeiro é que as contagens para cálculo do tamanho médio das denominações consideram a frequência com a qual essas palavras são utilizadas. O segundo é que a opção “sinônimo” é utilizada por todas as consultas que originaram os diagramas de nuvem de palavras das categorias sintéticas.

Apesar de menos expressivas quando comparadas às demais categorias, elas apresentam núcleos consistentes que são estruturados por seus termos significativos, com a maioria das unidades de análise convergindo para esses termos principais.

4.2.9.1 Democracia-Temáticos

A categoria organiza as denominações que utilizam um conjunto de apelos um pouco disperso, mas coerente. Ela inclui 1.171 unidades de análise, que representam 4,5% do total. Em média, na categoria, cada denominação utiliza 3,5 palavras.

Diagrama 10 – Nuvem de palavras das denominações utilizadas pelas coligações denominadas para prefeito no Brasil, nos pleitos de 2012 e 2016, classificadas na categoria sintética Democracia-Temáticos



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do TSE

Unidades de análise: 1.171

% de cobertura: 4,5%

Média de palavras por denominação: 3,5

A categoria inclui as denominações que utilizam especificamente o termo “democracia” e suas variações, bem como referências a: igualdade, liberdade, justiça social e participação. Da mesma forma, agrega os diferentes apelos temáticos relativos a direitos sociais, tais como: educação, saúde, meio ambiente, moradia, etc., assim como os apelos às minorias políticas ou identitárias, como: negros, mulheres, idosos, juventude. Esses apelos, embora muito minoritários, foram incluídos na categoria tendo em vista que podem ser compreendidos como abarcados por sua mensagem principal.

Entretanto, o apelo por juventude deve ser destacado, pois tem participação expressiva, mas não suficiente para constituir uma categoria específica. Muito embora esse apelo possa ser associado, de alguma maneira, à ideia de “mudança”, a forma como é utilizado nas denominações não permite estabelecer esta relação com maior segurança e sem ambiguidades. Assim, a opção foi incluir na categoria Democracia.

No entanto, é importante ressaltar que os termos significativos utilizados pelas denominações classificadas na categoria convergem para alguns mais relevantes, que são diretamente associados à mensagem principal que a mesma pretende representar. Os principais termos significativos são: “democracia”, “igualdade”, “liberdade”, “livre”, “participação”, “participativa”, “cidadania” e “juventude”, além das variações e referências aos apelos temáticos.

São exemplos de denominações classificadas na categoria: “liberdade e paz é assim que se faz”, “experiência e juventude”, “cidadania e trabalho”, “governo participativo e transparente”, “desenvolvimento com justiça social”, “renovação, igualdade e progresso”, “união democrática”, “Mar Vermelho crescendo com democracia”, “unidos pela democracia”, “união e democracia rumo ao novo futuro”, dentre outras.

4.2.9.2 Experiência-Governo

A categoria Experiência-Governo reúne as mensagens que utilizam apelos que ressaltam o ato de governar, de administrar. A categoria abarca 854 unidades de análise, que representam 3,3% do total. Em média, cada denominação utiliza 3,5 palavras. Embora com uma menor participação percentual, esta categoria é bastante consistente, com um número pequeno de termos significativos em sua composição.

Diagrama 12 – Nuvem de palavras das denominações utilizadas pelas coligações denominadas para prefeito no Brasil, nos pleitos de 2012 e 2016, classificadas na categoria sintética Frente-Aliança



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do TSE

Unidades de análise: 853

% de cobertura: 3,3%

Média de palavras por denominação: 3,4

Esta é uma categoria muito homogênea, com as denominações classificadas convergindo integralmente para os dois termos significativos da categoria, que são “frente” e “aliança”. É importante destacar que termo “coligação”, e suas variações, não foi considerado como significativo para nenhuma categoria.

Entretanto, a categoria requereu alguns cuidados para evitar a classificação indevida de denominações que utilizam os termos significativos da mesma com sentido diverso da mensagem principal que ela representa. Esses são os casos, por exemplo, de: “para frente”, “pra frente”, “em frente”, “a frente”, “seguir em frente”, “sempre em frente”, etc. Assim, além de excluídas da categoria frente-aliança, sempre que não era possível precisar o sentido da expressão na denominação ela não foi codificada.

A influência indevida na classificação decorrente do uso do nome dos municípios nas denominações é pequena, devido, particularmente, ao termo “aliança”. Desta forma, os casos possíveis foram analisados e essas denominações, quando identificadas, não foram classificadas na categoria.

São exemplos de denominações incluídas na categoria: “frente popular”, “frente para a vitória”, “aliança progressista renovada”, “aliança forte”, “frente do bem”, “aliança da vitória”, “frente de esquerda socialista”, dentre várias outras.

4.2.10 Síntese

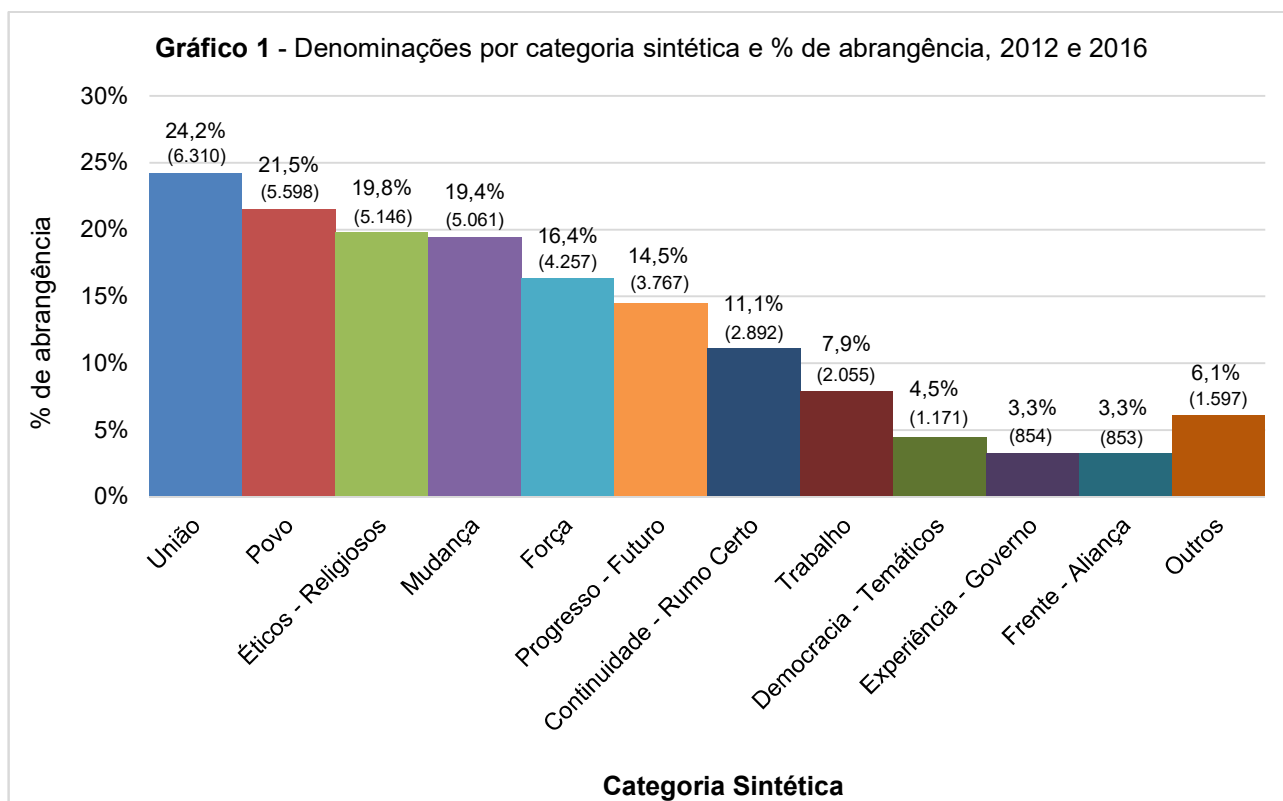
O conjunto das categorias sintéticas que foi apresentado nas subseções antecedentes abrange 24.428 coligações denominadas, o que representa 93,9% do total. As demais unidades de análise perfazem 1.597 casos e respondem por 6,1% do total. Essas, quando apresentadas, são identificadas como a categoria “outros”.

É importante destacar que, como uma mesma denominação pode ser classificada em mais de uma categoria, observa-se o total de casos em cada uma delas e os percentuais de abrangência, ou seja, a participação da categoria em relação ao total de unidades de análise, o que inclui também àquelas que não foram classificadas em nenhuma das categorias.

Desta forma, devido ao fato de que uma mesma unidade de análise pode ser classificada em mais de uma categoria, devido a essas combinações, a soma dos números absolutos de cada categoria supera o total de unidades de análises. Desta forma, os percentuais de abrangência devem ser observados com atenção, pois à essas combinações, eles também superam a 100%.

O que se pretende representar é o uso que é feito de cada categoria, independente do fato de as diferentes mensagens que elas sintetizam serem combinadas entre si pelas diferentes denominações atribuídas pelos partidos políticos às suas coligações.

Os gráficos a seguir apresentam a distribuição das categorias segundo o total de unidades abrangidas e a proporção do total de unidades análise.



Fonte: elaboração do autor, com base em dados do TSE

Desta forma, o total de unidades de análise classificadas em pelo menos uma categoria (total exclusivo) é 24.428. Nesse cômputo não estão consideradas quantas combinações entre categorias foram realizadas por cada coligação em suas denominações, mas apenas se ela foi classificada. Portanto, o percentual de abrangência das categorias em relação ao total do objeto corresponde a 93,9%, uma vez que 6,1% não foi classificada em nenhuma das categorias.

Como destacado anteriormente, isto não quer dizer que essas denominações não possuem mensagens que possam ser identificadas, mas apenas que não foram abarcadas pelas categorias sintéticas. Isto porque, por alguma razão, não eram condizentes com a conformação dessas categorias, e, também, porque ainda que apresentassem algumas regularidades essas não foram consideradas suficientes para conformar novas categorias.

Embora possuindo tamanho reduzido (cada denominação utiliza, em média, 3,3 palavras), como já afirmado, uma denominação pode ser classificada em mais de uma categoria. Assim, é importante assinalar que cada denominação utiliza, em média, 1,52 categorias, quando se considera, inclusive, as unidades de análise classificadas em “outros” (nenhuma das categorias). Essa média sofre pequena alteração e atinge

1,55, quando se considera apenas aquelas que são classificadas em pelo menos uma das categorias. Desta forma, é importante analisar como as categorias são utilizadas pelas denominações e as mensagens resultantes dessas combinações.

A tabela a seguir apresenta a distribuição do total das denominações segundo o número de categorias combinadas. É importante esclarecer que o índice “0” refere-se à categoria “outros”, ou seja, àquelas denominações que não foram classificadas em nenhuma das categorias e, portanto, não são combinadas com nenhuma delas.

Tabela 7 – Distribuição das denominações das coligações a Prefeito nas eleições de 2012 e de 2016, segundo o número de categorias sintéticas combinadas

Combinações	N	f	f'
0	1.597	6,1	6,1
1	13.614	52,3	58,4
2	8.336	32,0	90,5
3	2.250	8,6	99,1
4	213	0,8	99,9
5	14	0,1	100,0
6	1	0,0	100,0
Total	26.025	100,0	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

Como se pode observar pela Tabela 7, mais da metade das unidades de análise utiliza apenas uma categoria em suas denominações, enquanto 32% combinam duas categorias. Desta forma, apenas 9,5% das coligações denominadas utilizam três ou mais categorias em suas denominações, mas são muito poucos os casos em que são utilizadas quatro ou mais categorias.

Neste sentido, tendo em vista que cerca de um terço das coligações utilizam duas categorias em suas denominações, apresentam-se, a seguir, os dados de compartilhamento binário entre as categorias, o que demonstra parcialmente a forma como as mesmas são combinadas pelas diferentes coligações e as principais mensagens que delas resultam.

Para tanto, utiliza-se uma matriz de compartilhamento entre as categorias com o número de casos de cada combinação binária. Após, a mesma matriz é apresentada, considerando a proporção dessas combinações em relação ao total geral de casos, ou seja, ao total do objeto. Com isso, é possível dimensionar o grau de dispersão existente entre as denominações, as combinações entre categorias predominantes, bem como as residuais. É importante destacar que a categoria “outros” não é representada, tampouco os totais são indicados.

Quadro 1 – Matriz de compartilhamento binário de categorias sintéticas pelas coligações denominadas – Eleições 2012 e 2016

Cat. Sint.	União	Povo	Éticos	Mud.	Força	Progr.	Cont.	Trab.	Demo.	Exp.	Frente
União	6.310	660	597	750	1.010	797	195	380	206	79	35
Povo	660	5.598	652	617	1.765	219	126	183	233	172	456
Éticos	597	652	5.146	614	241	417	142	806	216	256	57
Mudança	750	617	614	5.061	789	399	13	201	101	161	72
Força	1.010	1.765	241	789	4.257	124	94	188	99	82	48
Progres.	797	219	417	399	124	3.767	588	273	182	63	82
Contin.	195	126	142	13	94	588	2.892	318	17	26	11
Trabalho	380	183	806	201	188	273	318	2.055	173	188	61
Democ.	206	233	216	101	99	182	17	173	1.171	115	162
Exper.	79	172	256	161	82	63	26	188	115	854	8
Frente	35	456	57	72	48	82	11	61	162	8	853

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Quadro 2 – Matriz de compartilhamento binário de categorias sintéticas pelas coligações denominadas, como proporção do total de casos – Eleições 2012 e 2016, em percentual

C. Sint.	União	Povo	Éticos	Mud.	Força	Progr.	Cont.	Trab.	Demo.	Exper.	Frente
União	24,2	2,5	2,3	2,9	3,9	3,1	0,7	1,5	0,8	0,3	0,1
Povo	2,5	21,5	2,5	2,4	6,8	0,8	0,5	0,7	0,9	0,7	1,8
Éticos	2,3	2,5	19,8	2,4	0,9	1,6	0,5	3,1	0,8	1,0	0,2
Mud.	2,9	2,4	2,4	19,4	3,0	1,5	0,0	0,8	0,4	0,6	0,3
Força	3,9	6,8	0,9	3,0	16,4	0,5	0,4	0,7	0,4	0,3	0,2
Progr.	3,1	0,8	1,6	1,5	0,5	14,5	2,3	1,0	0,7	0,2	0,3
Contin.	0,7	0,5	0,5	0,0	0,4	2,3	11,1	1,2	0,1	0,1	0,0
Trab.	1,5	0,7	3,1	0,8	0,7	1,0	1,2	7,9	0,7	0,7	0,2
Democ.	0,8	0,9	0,8	0,4	0,4	0,7	0,1	0,7	4,5	0,4	0,6
Exper.	0,3	0,7	1,0	0,6	0,3	0,2	0,1	0,7	0,4	3,3	0,0
Frente	0,1	1,8	0,2	0,3	0,2	0,3	0,0	0,2	0,6	0,0	3,3

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Por certo que as categorias mais expressivas são aquelas cujas combinações se apresentam em maior proporção. Todavia, todas as categorias combinam umas com as outras, ainda que em alguns poucos casos. Como se pode observar, a maior combinação é entre as categorias Força e Povo, com 1.765 casos, o que representa 6,8% do total.

A próxima combinação prevalente também utiliza a categoria Força. Neste caso, ela está associada com União, com 1.010 casos, o que representa 3,9%. Em seguida, tem-se a combinação entre as categorias Trabalho e Éticos-Morais-Religiosos, com 806 casos e 3,1% do total. A quarta combinação é entre União e Progresso-Futuro, com 797 casos e aproximadamente 3,1%. Por fim, mais uma vez,

Diagrama 14 – Nuvem de palavras das denominações utilizadas pelas coligações denominadas para prefeito no Brasil, nos pleitos de 2012 e 2016, que combinam as categorias sintéticas Força e União



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do TSE

Unidades de análise: 1.010

% de cobertura: 3,9%

Média de palavras por denominação: 3,9

Diagrama 15 – Nuvem de palavras das denominações utilizadas pelas coligações denominadas para prefeito no Brasil, nos pleitos de 2012 e 2016, que combinam as categorias sintéticas Trabalho e Éticos-Morais-Religiosos



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do TSE

Unidades de análise: 806

% de cobertura: 3,1%

Média de palavras por denominação: 3,4

Diagrama 16 – Nuvem de palavras das denominações utilizadas pelas coligações denominadas para prefeito no Brasil, nos pleitos de 2012 e 2016, que combinam as categorias sintéticas União e Progresso-Futuro



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do TSE

Unidades de análise: 797

% de cobertura: 3,1%

Média de palavras por denominação: 3,9

188 casos (0,7%). Por fim, a categoria Frente, que tem uma forte concentração de suas combinações com Povo, com 456 casos, que representam 1,8% do total, seguida de Democracia, com 162 casos e 0,6% do total.

4.3 Cruzamento entre variáveis

Uma vez apresentadas as categorias sintéticas, suas distribuições de frequência e percentuais em relação ao total do objeto, a forma como são utilizadas pelas coligações em suas denominações e suas principais combinações binárias, é importante analisar como essas categorias foram utilizadas nos dois pleitos, considerando as variáveis referentes às dimensões analíticas, ou seja, conforme as características das coligações e dos municípios onde os pleitos foram realizados.

Desta forma, inicialmente, apresentam-se as tabelas referentes às características dos municípios e, em seguida, conforme as características das coligações. Por fim, uma síntese das principais observações.

4.3.1 Características dos municípios

É importante assinalar que, assim como foi realizado na primeira parte, os dados são apresentados de forma descritiva. No entanto, neste caso, ao invés de utilizar a proporção em relação ao total de unidades de análise, considera-se a proporção em relação ao total de unidades de análise de cada uma das variáveis.

O que se pretende demonstrar é a proporção em que cada categoria é utilizada para cada uma das variáveis independentes, tanto as consideradas como internas às coligações, quanto externa, considerando cada um dos valores que podem ser assumidos por cada uma delas. Neste sentido, as proporções são calculadas em relação ao total de unidades de cada variável para cada um de seus valores, o que permite a comparação com a proporção geral de uso de cada categoria.

Assim, a pesquisa não realizou testes específicos para aferir a significância estatística dessas variações. Deve-se ressaltar que, em algumas situações, o número de unidades de análise pode ser muito pequeno e seus valores devem ser analisados com cautela. Porém, com dados mais agregados este efeito é minimizado, assim como ao se observar as variações, por exemplo, entre as coligações lideradas por partidos com maior participação no universo pesquisado.

Desta forma, as variações observadas são indicativas, mas não podem ser consideradas como suficientes para o estabelecimento de relações causais entre a

forma como as categorias sintéticas são utilizadas pelas denominações e as variáveis estabelecidas para as dimensões analíticas.

Tabela 8 – Distribuição das categorias sintéticas por região geográfica (percentual de uso da categoria), 2012 e 2016

Região	Categorias Sintéticas (%)										
	União	Povo	Éticos	Mudan	Força	Progr	Contin	Trab	Demo	Exper	Frente
Norte	27,0	22,8	16,4	20,5	16,5	13,7	9,8	9,3	4,1	2,3	5,2
Nordeste	23,7	28,2	18,8	19,5	21,4	11,9	12,0	6,5	4,2	1,5	3,5
Sudeste	22,1	16,5	22,4	20,2	13,5	15,9	11,0	7,7	4,2	4,9	1,9
Sul	26,8	19,8	17,3	17,5	13,3	15,3	11,2	8,7	5,7	4,1	5,3
Centro-Oeste	25,0	16,5	23,4	19,6	14,3	18,4	9,6	10,5	4,7	3,7	0,8
Média Geral	24,2	21,5	19,8	19,4	16,4	14,5	11,1	7,9	4,5	3,3	3,3

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

A Tabela 8 apresenta a distribuição das categorias sintéticas por região geográfica. Os percentuais representam a proporção de uso das categorias em relação ao total de unidades de análises de cada uma das regiões e o “% do Total” Geral corresponde ao percentual geral de uso da categoria em relação ao total de unidades de análises. Seus valores foram calculados considerando o número absoluto de casos classificados por categoria em cada uma das regiões e o número de unidades de análises de cada região. Desta forma, observa-se que existem algumas variações relevantes na proporção de uso das categorias, conforme as regiões.

A categoria União é mais utilizada nas regiões Norte e Sul, com aproximadamente 27% das unidades de análise. A região Sudeste é a que tem o menor percentual, com 22,1%, enquanto as regiões Nordeste (23,7%) e Centro-Oeste (25%) apresentam percentuais mais próximos à proporção geral da categoria, que é 24,2%. Contudo, como se pode perceber, essas variações não são intensas: o teto é 22,2% maior do que o piso (27% e 22,1%, respectivamente).

A categoria Povo apresenta grande variação entre a região Nordeste, com maior percentual de uso (28,2%) e as regiões Sudeste e Sul (16,5%), ambas mais distantes da proporção geral da categoria, que é 21,5%. Neste caso, a variação entre o piso e o teto é de 71%.

A categoria Éticos-Morais-Religiosos tem na região Centro-Oeste o seu maior percentual de uso, com 23,4%, seguida da região Sudeste, com 22,4%. Já a região

Norte tem o menor percentual (16,4%) e a categoria é utilizada por 19,8% do total de unidades de análise. A variação atinge 42,7%.

A categoria Mudança apresenta pouca variação, com a maioria das regiões com percentuais próximos ao total geral da categoria, que é 19,4%. O menor percentual é na região Sul, com 17,5%; e o maior, na região Norte, com 20,5%. A variação registrada, 17%, é a menor quando se observa o uso das categorias segundo as regiões geográficas.

A categoria Força também apresenta forte concentração na região Nordeste, com 21,4%. Os menores percentuais estão nas regiões Sudeste (13,5%) e Sul (13,3%), em uma proporção geral de 16,4%. A variação entre os índices é de 60,2%.

Assim como Povo e Força, a categoria Progresso-Futuro também apresenta uma variação relevante entre a região com maior percentual, a Centro-Oeste, com 18,4%; e a de menor percentual, a Nordeste, com 11,9%. A diferença entre o piso e o teto chega a 55%.

A categoria Continuidade-Rumo Certo apresenta menor variação, com todas as regiões, apresentando valores próximos à proporção geral da categoria, que é 11,1%. Assim, tal como as categorias União e Mudança, apresenta pouca variação (24,4%), tendo teto em 12% (Nordeste) e piso em 9,6% (Centro-Oeste).

A categoria Trabalho tem uma variação elevada entre o maior e o menor percentual de uso, atingindo, em termos relativos, 61,8%. A região que mais utiliza a categoria é a Centro-Oeste, com 10,5%, enquanto a com menor percentual é a Nordeste, com 6,5%, para uma proporção geral de 7,9%.

A categoria Democracia tem variação entre as regiões de 37,4%. A que mais a utiliza é a Sul, com 5,7%. As demais regiões têm valores mais próximos à proporção geral de participação da categoria, que é 4,5%.

A categoria Experiência-Governo é mais utilizada na região Sudeste (4,9%) e a menos utilizada na região Nordeste (1,5% das coligações denominadas). Embora em termos nominais a diferença pareça pequena, em termos relativos 222,9% separam o índice do piso e do teto, o que indica ser, até o momento, aquela categoria com maior variação.

Por fim, a categoria Frente-Aliança apresenta uma variação relevante, com as regiões Norte e Sul se destacando com os maiores percentuais de uso, respectivamente, 5,2% e 5,3% das coligações. No extremo oposto, a região Centro-Oeste, com apenas 0,8%. A região Nordeste, com 3,5%, tem uma participação mais

próxima da proporção geral. Essa categoria, com variação de 537%, é a que registra o recorde dentre todas, superando a anterior.

No entanto, quando se observam as proporções de uso das categorias segundo as unidades da federação, algumas variações tornam-se mais expressivas. Tal fato pode ser observado na Tabela 9, a seguir.

Da mesma forma, os percentuais representam a proporção de uso das categorias em relação ao total de unidades de análises de cada uma das unidades da federação. O % do Total Geral corresponde ao percentual geral de uso da categoria em relação ao total de unidades de análises. Igualmente, seus valores foram calculados considerando o número absoluto de casos classificados por categoria em cada uma das UF e o número de unidades de análise de cada UF.

Tabela 9 – Distribuição das categorias sintéticas por unidades da federação (percentual de uso da categoria), 2012 e 2016

UF	Categorias Sintéticas (%)										
	União	Povo	Éticos	Mud	Força	Progr	Contin	Trab	Demo	Exper	Frente
AC	24,8	32,1	8,8	17,5	11,7	10,9	2,9	5,1	13,1	0,0	41,6
AM	20,5	24,9	21,8	24,4	17,8	17,3	8,1	7,9	5,0	3,7	4,7
AP	18,3	21,4	19,8	23,0	21,4	10,3	7,1	7,1	5,6	1,6	5,6
PA	30,9	21,4	16,5	21,6	13,9	13,9	10,3	12,9	4,1	2,6	3,0
RO	23,2	18,5	21,0	17,0	18,1	13,3	16,2	13,7	1,1	3,0	0,7
RR	29,0	26,2	12,1	15,9	21,5	4,7	2,8	9,3	4,7	1,9	0,9
TO	29,3	22,7	12,9	19,2	17,4	14,1	10,5	5,2	2,8	1,6	3,1
AL	22,2	23,0	28,4	22,4	16,1	12,7	11,7	5,6	4,2	1,4	0,4
BA	22,6	18,1	20,3	21,6	22,1	11,6	13,1	8,8	4,5	2,3	0,8
CE	21,7	24,4	20,5	20,5	19,2	16,0	10,4	3,5	5,6	2,5	0,4
MA	25,4	33,2	12,6	15,8	21,5	10,7	13,0	4,9	4,9	1,0	1,6
PB	27,0	23,7	20,4	18,8	18,0	10,6	11,9	9,3	3,3	0,7	1,1
PE	21,6	33,5	16,7	18,2	14,0	13,1	9,0	5,1	2,8	0,6	23,3
PI	26,5	45,7	18,6	19,4	30,6	10,5	12,7	7,7	3,0	1,3	1,4
RN	25,9	31,6	14,8	18,1	27,7	11,1	11,2	5,3	3,2	0,9	1,6
SE	16,2	27,4	23,5	22,9	18,2	12,3	13,4	2,2	7,3	2,5	1,4
ES	19,6	15,9	23,3	22,5	13,2	19,6	7,6	5,4	4,7	4,7	4,7
MG	26,0	18,1	20,0	18,7	14,7	16,7	11,9	7,7	4,4	4,4	2,3
RJ	16,2	12,6	23,4	26,1	12,4	9,9	8,9	4,2	3,5	4,9	2,7
SP	18,8	15,3	25,0	20,7	12,3	15,5	10,6	8,5	3,9	5,4	0,9
PR	22,0	18,2	23,1	18,7	13,8	14,7	13,0	10,3	4,0	3,7	1,3
RS	34,3	20,8	11,9	17,1	13,2	17,3	8,2	9,1	8,6	4,5	10,7
SC	21,9	20,8	17,2	16,5	12,9	13,0	13,3	5,8	3,5	4,1	2,5
GO	24,6	16,0	23,0	19,5	15,8	19,3	10,6	9,9	4,2	3,8	0,4
MS	25,5	17,0	30,9	22,4	11,3	14,2	7,9	15,3	4,2	4,5	0,8
MT	25,6	17,1	20,0	18,3	13,1	19,1	8,8	9,1	6,0	3,1	1,5
%											
Total Geral	24,2	21,5	19,8	19,4	16,4	14,5	11,1	7,9	4,5	3,3	3,3

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

A unidade da federação com maior percentual de uso da categoria União é o Rio Grande do Sul, com 34,3%, seguida pelo Pará (30,9%) e Tocantins (29,3%). Os estados com menor percentual de uso da categoria são: Sergipe e Rio de Janeiro, ambos com cerca de 16,2%.

O estado do Rio de Janeiro, com 12,6%, é o que tem o menor percentual de uso da categoria Povo, seguido por São Paulo, com 15,3%, todos com valores abaixo do percentual total de uso da categoria, que é 21,5%. No extremo oposto, o estado do Piauí é o que tem o maior percentual da categoria, com 45,7%, seguido por Pernambuco (33,5%), Maranhão (33,2%) e Rio Grande do Norte (31,6%).

Os estados em que a categoria Éticos-Morais-Religiosos é mais utilizada, são: Mato Grosso do Sul (30,9%), Alagoas (28,4%) e São Paulo (25%). O estado com menor percentual é o Rio Grande do Sul (11,9%), seguido de Roraima (12,1%) e Maranhão (12%). Além desses, há um conjunto de estados com percentuais de aproximadamente 23%, formado por: Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, todos acima do total de uso da categoria, que é de 19,8%.

A categoria Mudança, embora mais homogênea, tem o estado do Rio de Janeiro com maior percentual (26,1%) enquanto o Maranhão (15,8%) registra o menor percentual, com a categoria abrangendo 19,4% das coligações denominadas.

Assim como no caso da categoria Povo, é o estado do Piauí o que mais utiliza a categoria Força (30,6%), seguido do Rio Grande do Norte (27,7%). O estado que tem o menor percentual é o Mato Grosso do Sul (11,3%), seguido por: Acre (11,7%), São Paulo (12,3%) e Rio de Janeiro (12,4%).

No caso da categoria Progresso-Futuro, o menor percentual é no estado de Roraima, mas são muito poucas as unidades de análise. A seguir, os estados de: Rio de Janeiro (9,9%), Piauí (10,5%), Paraíba (10,6%) e Maranhão (10,7%). Os estados com maior percentual são: Espírito Santo (19,6%), Goiás (19,3%) e Mato Grosso (19,1%). A categoria é utilizada por 14,5% do total de coligações denominadas.

A categoria Continuidade tem os estados de Roraima (2,8%) e Acre (2,9%) com os menores percentuais, mas também são poucas unidades de análise nesta categoria. Esses são seguidos por Espírito Santo (7,6%) e Mato Grosso do Sul (7,9%). O estado com maior percentual é Santa Catarina (13,3%), seguido pelo Paraná (13%).

A categoria Trabalho é mais utilizada no Mato Grosso do Sul (15,3%), em Rondônia (13,7%) e no Pará (12,9%). O estado com menor percentual de uso é Sergipe (2,2%), seguido pelo Ceará, (3,5%). Neste caso, tendo em vista o número de unidades de análise, em alguns dos estados a variação no uso da categoria é melhor representada pela diferença entre os estados do Pará e Ceará, ainda assim muito elevada.

A categoria Democracia-Temáticos tem os maiores percentuais nos estados de: Acre (13,1%), Rio Grande do Sul (8,6%) e Sergipe (7,3%). O estado com menor percentual é Rondônia (1,1%), seguido por Tocantins e Pernambuco, ambos com 2,8%.

A categoria Experiência-Governo é mais utilizada em São Paulo (5,4%), seguida dos estados de: Rio de Janeiro (4,9%), Rio Grande do Sul (4,5%) e Minas

Gerais (4%). No estado do Acre nenhuma coligação utilizou a categoria e é o único caso em que isto ocorre para todas as categorias.

Por fim, a categoria Frente-Aliança é aquela que no Acre atinge o maior percentual, com 41,6% das coligações denominadas no estado a utilizando. Outros dois estados também apresentam percentuais mais elevados de uso: Pernambuco (23,3%) e Rio Grande do Sul (10,7%). Nos demais os percentuais são bem inferiores e aquele com menor uso da categoria é Alagoas (0,4%), o que corresponde a apenas duas coligações nesse estado.

Tabela 10 – Distribuição das categorias sintéticas por porte populacional do município (percentual de uso da categoria), 2012 e 2016

Porte Popul.	Categorias Sintéticas										
	União	Povo	Éticos	Mud.	Força	Progr	Cont.	Trab	Demo	Exp.	Frente
Micro	29,7	23,4	18,6	18,0	16,3	16,4	12,4	8,9	5,4	3,5	2,7
Pequeno	24,2	22,5	20,0	19,1	16,8	14,0	11,8	7,7	4,7	3,4	2,9
Médio	19,7	20,2	20,8	21,2	16,3	13,4	9,7	7,2	3,4	3,0	3,7
Grande	14,0	13,9	21,4	21,3	15,4	10,6	7,8	5,9	3,4	3,0	6,3
% Total Geral	24,2	21,5	19,8	19,4	16,4	14,5	11,1	7,9	4,5	3,3	3,3

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Os percentuais representam a proporção de uso das categorias em relação ao total de unidades de análises de cada tipo de município (porte populacional). O % do Total Geral corresponde ao percentual geral de uso da categoria em relação ao total de unidades de análises. Igualmente, seus valores foram calculados considerando o número absoluto de casos classificados por categoria para cada um dos tipos de município e o número de unidades de análise de cada tipo.

Quando se observa a distribuição das proporções de uso, segundo o porte populacional dos municípios, verifica-se que ocorrem variações mais amplas em algumas categorias. As categorias Éticos-Morais-Religiosos, Mudança, Força e Experiência-Governo apresentam as menores variações, com diferenças entre piso e teto que vão de 8,6% a 18,9%.

Desta forma, as coligações formadas nesses municípios são as que mais utilizam as categorias sintéticas: União (29,7%), Povo (23,4%), Progresso-Futuro (16,4%), Continuidade-Rumo Certo (12,4%), Trabalho (8,9%), Democracia-Temáticos (5,4%) e Experiência-Governo (3,5%).

Nestes casos, é interessante observar que são as coligações dos grandes municípios as que têm os menores percentuais de utilização destas categorias, com exceção da categoria Democracia-Temáticos, na qual o percentual é o mesmo dos médios municípios. Assim, tem-se: União (14%), Povo (13,9%), Progresso-Futuro (10,6%), Continuidade-Rumo Certo (7,8%), Trabalho (5,9%), Democracia-Temáticos (3,4%) e Experiência-Governo (3%). Logo, nessas sete categorias, o fator tamanho do município está inversamente associado à adoção dessas denominações: quanto menor a classificação dele, mais ele utiliza tais categorias.

De maneira inversa, nos casos em que as coligações dos grandes municípios atingem os maiores percentuais de uso, ou seja, Éticos-Morais-Religiosos (21,4%), Mudança (21,3%) e Frente-Aliança (6,3%) são aqueles em que as coligações dos micromunicípios têm o menor percentual de uso: Éticos-Morais-Religiosos (18,6%), Mudança (18%) e Frente (2,7%). Nesses casos, então, o sentido da associação é contrário ao anterior. Tamanho e utilização estão relacionados: quanto maior a classificação do município, em termos de tamanho populacional, mais ele utiliza tais categorias.

A categoria Força é a única em que o maior percentual é pelas coligações dos pequenos municípios com 16,8%. Neste caso, também são as coligações dos grandes municípios aquelas que têm o menor percentual de uso, com 15,4%.

Assim, percebe-se um certo movimento de redução do uso da maioria das categorias na medida em que cresce o tamanho dos municípios (União, Povo, Continuidade-Rumo-Certo, Progresso-Futuro, Trabalho, Democracia-Temáticos e Experiência-Governo), enquanto para as outras há um movimento no sentido contrário, ou seja, de diminuição do uso na medida em que diminui o tamanho dos municípios (Éticos-Morais-Religiosos, Mudança e Frente-Aliança).

Quando se observa a forma como as categorias são utilizadas pelas coligações segundo o tipo de disputa realizada, em turno único ou em dois turnos, essas diferenças são atenuadas, mas o perfil é semelhante, na medida em que os municípios que realizam as eleições em dois turnos estão entre aqueles classificados como grandes municípios⁷.

⁷ A forma de cálculo dos valores representados é a mesma já descrita anteriormente e se aplica a todas as demais tabelas.

Tabela 11 – Distribuição das categorias sintéticas por tipo de disputa (percentual de uso da categoria), 2012 e 2016

Tipo de Disputa	Categorias Sintéticas										
	União	Povo	Éticos	Mud.	Força	Progr	Cont.	Trab	Demo	Exper	Frente
1º turno	24,6	21,7	19,7	19,4	16,4	14,6	11,2	8,0	4,6	3,3	3,2
2º turno	11,5	13,2	21,6	19,7	13,5	9,8	7,3	4,9	2,6	2,6	6,9
% Total Geral	24,2	21,5	19,8	19,4	16,4	14,5	11,1	7,9	4,5	3,3	3,3

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Como se pode observar na Tabela 11, são os municípios que podem realizar eleições em dois turnos aqueles que possuem os menores percentuais de uso das categorias em geral, com exceção de Éticos-Morais-Religiosos e Frente. A categoria Mudança não apresenta variação.

Com isto, se encerra a descrição da forma como as categorias sintéticas são utilizadas segundo as diferentes características apresentadas acima, região, unidade da federação, estado, porte populacional e tipo de disputa.

4.3.2 Características das coligações

A seguir, apresenta-se a forma como as categorias sintéticas são utilizadas segundo as características das coligações. Neste caso, consideram-se as variáveis: partido líder, posição ideológica, posição em relação ao presidente e ao governador (governismo) e tipo de partido. As tabelas com as distribuições segundo essas variáveis são apresentadas da mesma forma que as anteriores, consideram o número absoluto de casos classificados em cada categoria, para cada variável e o respectivo número de unidades de análise em cada uma delas.

Como foi apontado no início deste capítulo, no tópico referente à delimitação do objeto da pesquisa, alguns partidos participam em maior proporção do universo das unidades de análise da pesquisa. Desta forma, é importante observar mais especificamente como essas categorias são utilizadas por esses partidos.

A tabela com a distribuição por partido líder foi classificada em ordem decrescente do total de coligações denominadas. Há três delimitações: os partidos com mais de 1000 coligações denominadas, aqueles com mais de 400 e os demais, que, neste caso, possuem menos de 210 coligações denominadas.

No entanto, não se fará uma análise segmentada e essas divisões são apenas para evidenciar as variações. É importante ressaltar, ainda, que todos os casos em

que uma determinada categoria não foi utilizada, o que ocorre, sobretudo, nas com menor percentual, são de partidos que possuem menos de 210 coligações denominadas.

Tabela 12 – Distribuição das categorias sintéticas por partido líder da coligação (percentual de uso da categoria), 2012 e 2016

Partido Líder	Categoria Sintética										
	União	Povo	Éticos	Mud.	Força	Progr	Cont.	Trab	Demo	Exper	Frente
PMDB	26,2	20,5	18,9	16,3	16,2	16,4	12,4	8,9	5,1	3,6	2,2
PSDB	25,6	17,0	21,6	16,2	14,0	16,0	12,2	8,4	3,8	4,2	1,6
PSD	25,1	21,0	18,9	17,8	16,9	16,1	13,6	8,2	4,4	3,2	1,2
PT	19,9	28,9	16,1	18,4	17,7	12,6	13,8	7,0	5,1	2,0	7,7
PP	28,1	20,6	19,0	16,9	16,5	17,7	10,9	8,6	5,0	4,7	3,9
PSB	22,3	25,0	19,9	20,7	17,0	12,4	10,2	7,4	4,1	2,4	7,8
PDT	25,1	20,7	19,3	19,0	15,8	15,0	11,2	9,2	5,6	3,1	3,2
PTB	26,8	24,7	20,3	19,6	15,7	15,0	11,5	9,5	3,7	3,8	2,3
PR	25,5	21,4	19,1	21,2	16,7	13,8	11,9	6,9	4,1	3,5	2,5
DEM	25,3	19,1	20,1	18,5	15,6	13,6	10,6	8,3	4,6	3,6	2,2
PPS	21,7	19,9	23,6	23,8	17,5	12,5	8,3	5,4	4,2	3,5	1,1
PV	22,4	18,1	24,3	22,9	16,2	13,4	9,9	9,0	2,8	2,3	2,5
PRB	18,6	24,8	18,8	25,3	19,4	12,3	6,1	4,3	2,8	2,2	2,4
PSC	22,4	19,0	23,8	23,6	12,2	13,8	8,0	8,2	3,2	2,8	2,0
PCdoB	19,1	27,8	17,5	26,4	16,6	8,7	9,0	4,6	3,7	2,1	3,9
PHS	18,4	17,9	28,5	31,4	17,4	8,7	4,8	4,3	2,4	3,9	0,0
PMN	22,0	21,0	22,0	29,3	14,6	14,6	7,8	4,9	2,9	0,5	2,0
SD	22,4	17,2	22,4	32,3	20,8	9,9	4,2	3,1	4,2	2,1	1,6
PSL	27,6	18,2	26,5	25,4	15,5	9,4	9,9	7,2	4,4	3,3	0,6
PROS	22,6	23,9	22,6	23,9	15,5	12,9	6,5	5,8	3,9	2,6	1,3
PRP	20,5	29,8	25,2	25,8	23,2	15,2	4,6	6,0	2,0	4,0	2,6
PTN	24,2	19,5	22,1	29,5	20,1	6,7	5,4	8,7	3,4	3,4	0,7
PTdoB	22,1	25,2	16,8	29,8	19,1	9,2	6,1	7,6	6,1	2,3	2,3
PTC	17,7	19,4	20,2	30,6	19,4	12,1	8,9	4,8	0,8	2,4	0,8
PSOL	6,7	17,6	10,9	21,0	15,1	0,8	0,0	4,2	25,2	1,7	38,7
PSDC	20,6	19,6	18,6	26,5	21,6	12,7	7,8	5,9	2,0	5,9	2,0
PRTB	21,9	16,7	17,7	30,2	19,8	11,5	6,3	8,3	4,2	0,0	2,1
PEN	20,0	18,8	21,3	35,0	22,5	12,5	0,0	6,3	5,0	2,5	1,3
REDE	16,9	23,1	18,5	33,8	18,5	4,6	3,1	6,2	6,2	1,5	4,6
PPL	21,6	21,6	25,5	25,5	15,7	13,7	3,9	0,0	5,9	2,0	2,0
PMB	16,7	20,8	29,2	29,2	8,3	0,0	4,2	4,2	0,0	0,0	0,0
PSTU	9,1	27,3	9,1	0,0	9,1	0,0	0,0	45,5	27,3	0,0	54,5
PCB	10,0	30,0	10,0	0,0	30,0	0,0	0,0	10,0	30,0	0,0	30,0
% Total											
Geral	24,2	21,5	19,8	19,4	16,4	14,5	11,1	7,9	4,5	3,3	3,3

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Assim, do total de 33 partidos, 10 têm mais de 1000 coligações denominadas, somados os dois pleitos. São eles: PMDB, PSDB, PSD, PT, PP, PSB, PDT, PTB, PR e DEM. Outros cinco partidos (PPS, PV, PRB, PSC e PCdoB) têm menos de 1000 coligações denominadas e mais 400. Os demais 18 partidos possuem menos de 210 coligações denominadas. Tal como nas demais situações, algumas categorias apresentam maior amplitude de variação e em outras essas variações são menores.

A categoria União tem variação moderada e é mais utilizada por coligações lideradas pelo PSL (27,6%) e PP (28,1%), enquanto PRB (18,6%), PCdoB (19,1%) e PT (19,9%) são os partidos que menos utilizam a categoria.

No que tange à categoria Povo, os maiores percentuais são do PCB (30%) e PRP (29,8%), mas esses são partidos com menor número de coligações denominadas, seguidos por PT (28,9%) e PCdoB (27,8%). Dentre os pouco expressivos, os partidos que menos utilizam a categoria Povo, são: PRTB (16,7%) e SD (17,2%) e, dentre os demais, PSDB (17%) e PV (18,1%).

A categoria Éticos-Morais-Religiosos tem, dentre os partidos menos expressivos, tanto os menores percentuais, quanto os maiores. Entre os demais partidos, PV (24,3%), PPS (23,6%) e PSC (23,8%) são os que apresentam maior percentual. Por outro lado, PT (16,1%) e PCdoB (17,5%) são aqueles que menos utilizam a categoria.

A categoria Mudança apresenta um perfil um pouco diferente das demais. Os partidos que menos a utilizam são PSDB (16,2%) e PMDB (16,3%). Dentre os partidos com mais de 1000 coligações denominadas, PR (21,2%) e PSB (20,7%) são os que mais utilizam a categoria. Por outro lado, todos demais partidos têm percentual maiores, excetuados PSTU e PCB, que não utilizam a categoria. Esta é a única categoria em que isso acontece.

Os maiores percentuais de utilização da categoria Força estão entre os partidos com menor número de coligações denominadas, PCB (30%), que tem participação muito pequena, e PRP (23,2%). Entre os partidos com maior número, PRB (19,4%), PT (17,7%) e PPS (17,5%) são os maiores percentuais, enquanto entre esses partidos PSC (12,2%) e PSDB (14%) são aqueles com menor percentual de utilização da categoria.

É entre os partidos com maior número de coligações denominadas que se encontram os mais elevados percentuais de utilização da categoria Progresso-Futuro: PP (17,7%), PMDB (16,4%), PSD (16,1%) e PSDB (16%). Dentre esse grupo de partidos, PCdoB (8,7%), PRB (12,3%) e PPS (12,5%) são os com menor percentual.

A categoria Continuidade apresenta um comportamento diferente das demais categorias, tal como ocorre com a categoria Mudança. Nesse caso, ao contrário, todos os partidos com mais de 1000 coligações denominadas têm percentuais de uso da categoria superiores aos demais e esta também é a única em que isto ocorre.

Os partidos que, proporcionalmente ao número de coligações denominadas, mais utilizam a categoria são: PT (13,8%) e PSD (13,6%). Por outro lado, entre os partidos com maior número de coligações denominadas (mais de 400), PRB (6,1%) e PSC (8%) são os com menor percentual, enquanto no grupo dos partidos com mais de 1000 coligações tem-se PSB (10,2%), DEM (10,6) e PP (10,9%). Cabe destacar que, embora sua participação seja pequena, nenhuma das coligações do PSOL utilizou a categoria Continuidade.

Com exceção do PSTU, a categoria Trabalho tem nos partidos com maior participação seus maiores percentuais de uso: PTB (9,5%) e PDT (9,2%). Entre esses, PRB (4,3%) e PCdoB (4,6%) apresentam as menores proporções de uso da categoria.

No caso da categoria Democracia-Temáticos, entre esses mesmos partidos, PDT (5,6%), PT e PMDB, ambos com 5,1%, são os com maior percentual. PV e PRB, ambos com 2,8%, são os que menos utilizam. Cabe destacar nessa categoria, dentre os partidos com menor número de coligações denominadas, os altos percentuais de PCB (30%), PSTU (27,3%) e PSOL (25,2%).

A categoria Experiência-Governo tem o PSDC (5,9%) com o maior percentual, seguido de PP (4,7%) e PSDB (4,2%). No grupo dos partidos com maior participação, PT (2%) e PCdoB (2,1%) são os que apresentam menor índice.

Por último, a categoria Frente-Aliança é aquela onde se observa que alguns partidos têm percentuais bem mais elevados, enquanto os demais se distribuem com menor variação. No caso dos partidos com maior participação, PSB (7,8%) e PT (7,7%), seguidos por PCdoB (3,9%). Entre os com menor participação, PSTU (54,5%), PCB (30%) e PSOL (38,7%) são os com maior percentual. Dentre os partidos com maior participação, os que têm menores percentuais de uso da categoria são PSD (1,2%) e PSDB (1,6%).

As próximas duas tabelas, posição ideológica e tipo de partido, são variáveis em que as diferenças observadas são menores dos que as verificadas quando os partidos líderes são considerados separadamente.

Tabela 13 – Distribuição das categorias sintéticas por posição ideológica do partido líder (percentual de uso da categoria), 2012 e 2016

Posição Ideológica	Categoria Sintética										
	União	Povo	Éticos	Mudan	Força	Progr	Contín	Trab	Demo	Exper	Frente
Esquerda	21,5	24,0	19,4	21,1	16,8	12,5	10,7	7,2	4,9	2,5	5,8
Centro	25,9	19,0	20,0	16,2	15,3	16,3	12,3	8,7	4,6	3,8	2,0
Direita	25,1	21,3	19,9	20,4	16,7	14,7	10,6	7,8	4,2	3,5	2,3
% Total Geral	24,2	21,5	19,8	19,4	16,4	14,5	11,1	7,9	4,5	3,3	3,3

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Quando se observa o uso das categorias segundo a posição ideológica do partido líder, verifica-se que Éticos-Morais-Religiosos praticamente não apresenta variações, assim como as categorias Força, Continuidade-Rumo Certo e Democracia-Temáticos apresentam baixa variação. Em geral, as categorias alternam entre os partidos de centro e esquerda, como aquele que tem maior percentual de uso da categoria.

Desta forma, as categorias: União, Progresso-Futuro, Continuidade, Trabalho e Experiência-Governo têm os partidos de centro com os maiores percentuais. Apenas na categoria Continuidade os partidos de direita e de esquerda têm praticamente os mesmos percentuais. No caso das categorias Povo, Mudança, Democracia-Temáticos e Frente-Aliança, são os partidos de esquerda os que têm maiores percentuais, enquanto os partidos de direita apresentam o menor percentual na categoria Democracia-Temáticos.

A categoria Frente-Aliança tem a maior variação, sendo que a proporção de uso da categoria pelos partidos de esquerda (5,8%) é bem superior tanto em relação aos partidos de centro (2%), que têm o menor percentual, quanto ao percentual geral de uso da categoria.

Em traços gerais, pode-se dizer que não há categorias sintéticas de uso preferencial de um posicionamento ideológico em comparação aos demais, pois as diferenças entre eles não permitem observar tal diferença. Assim, ainda que União seja mais utilizada pelos partidos classificados à direita, enquanto Povo o é pelas legendas de esquerda e Progresso prevaleça entre os de centro, tais tendências não são suficientemente fortes para autorizar associações definitivas.

A exceção reside na categoria Frente-Aliança, que é preferencialmente adotada pelos partidos de esquerda muito mais intensamente do que pelos de direita e de

centro (no mínimo, 150% a mais). Ressalva-se, contudo, que é a categoria proporcionalmente menos utilizada.

Na categoria Experiência-Governo, cuja proporção é semelhante à da Frente-Aliança, observa-se uma variação relevante (56,4%) entre seu maior percentual (3,8%) que ocorre entre os partidos de centro (3,8%) e o menor (2,5%) observado entre os partidos de esquerda.

Tabela 14 – Distribuição das categorias sintéticas por tipo de partido (percentual de uso da categoria), 2012 e 2016

Tipo de Partido	Categoria Sintética										
	União	Povo	Éticos	Mudan	Força	Progr	Contín	Trab	Demo	Exper	Frente
Centralizado	24,2	21,9	19,5	18,3	16,0	14,5	11,6	8,1	4,7	3,3	3,8
Descentralizado	24,3	20,8	20,3	21,5	17,0	14,5	10,1	7,5	4,1	3,3	2,3
% Total Geral	24,2	21,5	19,8	19,4	16,4	14,5	11,1	7,9	4,5	3,3	3,3

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Segundo o tipo de partido líder, as proporções de uso das categorias sintéticas pelas coligações denominadas não apresentam maiores variações e os percentuais são muito próximos. As duas únicas categorias em que se pode observar uma amplitude um pouco maior de variação são Mudança e Frente-Aliança.

No caso da categoria Mudança, os partidos descentralizados são aqueles que têm maior percentual de uso (21,5%), enquanto os partidos centralizados têm 18,3%. No caso da categoria Frente-Aliança a situação se inverte, com os partidos descentralizados com 2,3% e os partidos centralizados com 3,8%.

Resta descrever como as categorias sintéticas são utilizadas, conforme a posição do partido líder em relação ao apoio ao Presidente e ao Governador.

Tabela 15 – Distribuição das categorias sintéticas por posição do partido líder em relação ao Governo Federal e estadual (percentual de uso da categoria), 2012 e 2016

Governismo	Categorias Sintéticas										
	União	Povo	Éticos	Mud.	Força	Progr	Contín	Trab	Demo	Exper	Frente
0	23,9	21,7	20,4	20,8	17,2	13,3	9,4	7,8	5,0	3,4	3,1
1	24,4	18,6	21,9	18,5	14,3	15,6	11,6	8,5	3,7	3,6	2,7
2	24,7	21,7	19,3	19,6	16,1	14,8	10,8	8,5	5,2	3,4	3,1
3	24,0	23,6	17,9	18,8	17,5	14,2	12,6	6,9	4,1	2,8	4,1
% Total Geral	24,2	21,5	19,8	19,4	16,4	14,5	11,1	7,9	4,5	3,3	3,3

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

0 – não apoio ao Presidente e não apoio ao Governador

1 – não apoio ao Presidente e apoio ao Governador

2 – apoio ao Presidente e não apoio ao Governador

3 – apoio ao Presidente e apoio ao Governador

As categorias União, Mudança e Progresso apresentam menor variação. Nestes casos, é interessante assinalar que, no que se refere à Mudança, as coligações lideradas por partido que não apoiam nem o Presidente, nem o Governador (Governismo 0) são os que têm maior percentual, enquanto nas duas outras categorias esses partidos apresentam menor percentual.

As categorias Força, Povo, Continuidade e Frente-Aliança são aquelas em que os partidos que apoiam o Presidente e o Governador apresentam os maiores percentuais (Governismo 3). Nos casos das categorias Força, Povo e Frente-Aliança, são os partidos que apoiam apenas o Governador que têm os menores percentuais (Governismo 1). No caso da categoria Continuidade, são os partidos que não apoiam o Presidente e o Governador os que têm o menor percentual (Governismo 0).

As categorias Éticos-Morais-Religiosos, Trabalho e Experiência-Governo são aquelas em que os menores percentuais são dos partidos que apoiam o Presidente e Governador (Governismo 3). Nestes casos, são os partidos que apoiam apenas o Governador aqueles que têm os maiores percentuais (Governismo 1), sendo que no caso da categoria Trabalho os partidos que apoiam apenas o Presidente têm o mesmo percentual (Governismo 2).

Por fim, a categoria Democracia-Temáticos é aquela em que os partidos que apoiam apenas o Presidente (Governismo 2) tem o maior percentual (5,2%) e os partidos que apoiam apenas o Governador (Governismo 1) têm menor percentual (3,7%).

As categorias Democracia-Temáticos (40,6%) e Frente-Aliança (49,8%) apresentam as maiores variações entre o maior e o menor percentual de uso. Porém, as variações observadas com relação ao posicionamento das coligações em relação ao apoio ao Presidente e ao Governador não apresentam nenhuma tendência específica quanto ao uso das categorias.

4.3.3 Síntese

O primeiro aspecto a ser registrado é que os dados sistematizados pela pesquisa confirmam as conclusões de outros autores acerca da propensão dos partidos a formarem coligações em eleições majoritárias municipais, de forma que 85,5% das candidaturas a prefeito, consideradas aptas pelo TSE, concorreram por meio de coligações. Da mesma forma, confirmou também o pressuposto da pesquisa

de que uma vez que os partidos decidem se coligar, esses optam maciçamente por atribuir uma denominação específica às suas coligações.

Em segundo lugar, a metodologia desenvolvida pela pesquisa possibilitou capturar, parcialmente, as mensagens contidas nas denominações das coligações que, em geral, são de tamanho reduzido e compostas por poucas palavras. Isto foi feito por meio da construção das 11 categorias sintéticas, o que possibilitou observar a forma como essas mensagens são utilizadas pelas coligações em suas denominações.

Do universo de 26.025 unidades de análise que compõem o objeto da pesquisa, cerca de 94% utiliza pelo menos uma das 11 categorias sintéticas, ou seja, 24.428 coligações denominadas. As demais, por certo, também contêm mensagens. No entanto, essas não foram abarcadas pelas categorias construídas e foram agregadas na categoria “Outros” e não foram objeto da análise.

Considerando-se o total de unidades de análise, as 11 categorias sintéticas são utilizadas de forma proporcionalmente diferente pelo conjunto das denominações: União (24,2%), Povo (21,5%), Éticos-Morais-Religiosos (19,8%), Mudança (19,4%), Força (16,4%), Progresso-Futuro (14,5%), Continuidade-Rumo Certo (11,1%), Trabalho (7,9%), Democracia-Temáticos (4,5%), Experiência-Governo (3,3%) e Frente-Aliança (3,3%).

Do total de coligações, pouco mais da metade utiliza apenas uma das categorias sintéticas em suas denominações e cerca de um terço combina pelo menos duas delas. Dentre essas combinações binárias, cinco são mais utilizadas pelas coligações e suas principais mensagens podem ser apresentadas da seguinte maneira: “força do povo” (6,8%), “força da união” (3,9%), “trabalho honesto e transparente” (3,1%), “união para o progresso (futuro)” (3,1%), “força da mudança” (3%), “o progresso continua” (2,3%) e “união e trabalho” (1,5%).

Em traços gerais, pode-se dizer que essas mensagens, combinadas ou não, são compartilhadas indistintamente pelas diferentes coligações, independentemente de qual seja a região, estado, partido, orientação ideológica ou qualquer outra das variáveis operacionalizadas na pesquisa. No entanto, a intensidade com a qual são utilizadas apresenta variações.

Desta forma, algumas variáveis não se demonstraram muito operacionais e suas variações não são tão expressivas, mas outras têm variações mais expressivas

ou apresentam uma tendência, como parece ser o caso da variável “porte populacional”, que se mostrou mais robusta para grande número de denominações.

As exceções quanto à utilização generalizada das categorias ocorrem apenas entre os que possuem menor número de coligações denominadas. O único caso entre as variáveis referentes às características dos municípios é o estado do Acre (participação de 0,5%). Entre as variáveis referentes às características das coligações, são poucos casos e todos entre os partidos que têm menos de 210 coligações denominadas, aproximadamente 0,8%. Tais partidos, quando somados, representam 7,9% do total de unidades de análise.

Os resultados obtidos não são suficientes para estabelecer relações causais entre as características das coligações e a forma como as categorias sintéticas são utilizadas em suas denominações. No entanto, as variações observadas representam a forma como essas categorias foram utilizadas por essas coligações. Assim, suas variações servem para indicar uma maior ou menor preferência no uso que as coligações fazem dessas categorias em suas denominações ou algumas tendências.

É preciso considerar, também, que ao se estabelecer duas dimensões analíticas, as características dos municípios e as das coligações, isto não implica considerar que essas duas dimensões estejam dissociadas. Por exemplo, as regiões geográficas, estados e os municípios onde os pleitos foram realizados são os mesmos, tanto em 2012 quanto em 2016. Porém, a participação desses municípios no universo pesquisado depende do número de candidaturas que concorreram por meio de coligações às quais foram atribuídas uma denominação, portanto está relacionado com as características políticas das coligações.

No entanto, quando se comparam as proporções como as categorias são utilizadas, podem-se observar algumas preferências, ou seja, algumas características são utilizadas de forma mais expressivas.

Assim, entre as regiões geográficas, as categorias Povo e Força são expressivamente mais utilizadas no Nordeste, quando comparadas com as demais regiões. Da mesma maneira, a categoria Frente é mais utilizada nas regiões Sul e Norte e a Experiência-Governo é a única em que a região Sudeste se destaca das demais com o maior percentual da categoria.

Quando se observa as proporções de uso das categorias Povo e Força nos diferentes estados, verifica-se que na região Nordeste, com exceção da Bahia (Povo)

e Alagoas (Força), todos têm percentuais superiores à média geral das categorias e superiores à dos estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

No caso da categoria Frente-Aliança, verifica-se que tanto na região Sul quanto na Norte, um estado se destaca dos demais estados da região, respectivamente, Rio Grande do Sul (10,7%) e Acre (41,6%), de forma que todos os demais têm percentuais bem inferiores. Na região Nordeste, que também tem percentual elevado, é o estado de Pernambuco (23,3%) que se destaca dos demais.

Com relação à categoria Experiência-Governo, todos os estados da região Sudeste têm percentuais de uso da mesma superiores à média geral e, também, ao de todos os demais estados. Na região Sul, Rio Grande do Sul (4,5%) e Santa Catarina (4,1%) superam a média geral e dos demais estados, com exceção do Mato Grosso do Sul (4,5%).

No que concerne ao uso das categorias conforme o porte populacional dos municípios, é importante destacar o aparente movimento de redução da utilização das categorias União, Povo, Progresso-Futuro, Continuidade-Rumo Certo, Trabalho e Democracia-Temáticos, na medida em que aumenta o porte populacional dos municípios.

No caso das categorias Éticos-Morais-Religiosos, Mudança, Força e Experiência-Governo, suas variações são pequenas, mas ainda assim apresentam o mesmo comportamento. Assim, no caso das categorias Éticos-Morais-Religiosos e Mudança, o uso das categorias diminui na medida em que diminui o porte populacional dos municípios. Quanto às categorias Força e Experiência, o movimento é contrário, ou seja, a intensidade de uso diminui na medida em que aumenta o porte populacional.

Com relação à categoria Frente-Aliança, que apresenta grande variação, assim como nas categorias Éticos-Morais-Religiosos e Mudança, são os grandes municípios que têm maior percentual. Porém, esta categoria apresenta índices muito elevados em três estados. Todavia, tal como nas demais categorias, existe uma tendência na sua utilização, ou seja, a intensidade de seu uso diminui na medida em que aumenta o porte populacional dos municípios.

Com relação às características políticas das coligações, as principais variações ocorrem quando se observa a forma como as categorias sintéticas são utilizadas segundo os partidos líderes das coligações. Nestes casos, as categorias que são mais utilizadas no geral (União, Povo, Éticos-Morais-Religiosos, Mudança e Força) são as que têm variação mais moderada entre os partidos com maior participação (acima de

400) com variação entre o maior e menor percentuais entre 50% e 70%. As demais categorias (Progresso-Futuro, Continuidade-Rumo Certo, Trabalho, Democracia-Temáticos, Experiência-Governo e Frente-Aliança) apresentam maior amplitude, com variações entre 99% e mais de 600%.

É interessante apontar a posição dos dois partidos que protagonizaram, praticamente, todas as eleições presidenciais realizadas até o pleito de 2014, que antecedeu às eleições municipais de 2016, o PT e o PSDB, que, também, estão entre os quatro partidos que têm mais coligações denominadas. Nas quatro categorias com maior amplitude de variação em cada um dos dois grupos acima, Povo, Éticos-Morais-Religiosos, Experiência-Governo e Frente-Aliança, os partidos encontram-se em posição oposta.

No caso da categoria Povo, o PT (28,9%) tem o maior percentual; enquanto o PSDB (17%) tem o segundo menor percentual geral, e é o menor dentre os partidos com maior participação. Na categoria Éticos-Morais-Religiosos, o PT (16,1%) tem o menor percentual entre os partidos com maior participação e o PSDB (21,6%), um dos maiores – e é o maior percentual entre os partidos com mais de 1000 coligações denominadas.

Na categoria Experiência-Governo, o PSDB (4,2%) é o segundo que mais a utiliza, dentre os partidos com maior participação, enquanto o PT (2,0%) é aquele que menos a utiliza nesse grupo. Quanto à categoria Frente-Aliança, a situação é novamente invertida e é o PT (7,7%) o segundo que mais a utiliza, enquanto o PSDB (1,2%) tem o segundo menor percentual dentre os partidos com maior participação.

Quando as coligações são agregadas segundo a posição ideológica do partido líder, as diferenças observadas entre os partidos são reduzidas e a categoria Éticos-Morais-Religiosos praticamente não apresenta variação. As diferenças seguem acentuadas nas categorias que são menos utilizadas. No caso de Experiência-Governo, o maior percentual é dos partidos posicionados ao centro (3,8%) e os posicionados à esquerda (2,5%), o menor. Na categoria Frente-Aliança, a situação se inverte, com de esquerda (5,8%) e os de centro (2%).

No que tange ao posicionamento dos partidos líderes em relação ao apoio ao Presidente ou Governador (governismo), a variável não apresentou variações relevantes no uso que indicassem alguma preferência. No caso da variável Tipo de Partido, as variações mais significativas ocorrem na categoria Frente-Aliança.

Por fim, no que concerne às características políticas das coligações, a categoria Frente-Aliança, consideradas em sua definição como um tipo específico de coligações, apresenta uma preferência dos partidos de esquerda em sua utilização. Em particular, pelos dois que têm maior participação, PT e PSB, mas essa preferência não ocorre de forma generalizada por todos os estados, posto que a categoria apresenta concentrações específicas em três estados (Acre, Pernambuco e Rio Grande do Sul).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação teve como tema as coligações que disputaram as eleições para prefeito em 2012 e em 2016, e que adotaram uma denominação específica. Trata-se de uma característica amplamente difundida, em uma estratégia também amplamente difundida pelos partidos. O trabalho verificou que, do total de 30.641 candidaturas a prefeito registradas no conjunto dos municípios brasileiros nessas duas eleições, 85,5% ou 26.184 eram coligações, das quais 26.025 tinham denominação (99,4%), ou seja, seguindo uma possibilidade fornecida pela legislação eleitoral, adotavam um “nome fantasia” mais do que simplesmente serem identificadas pela junção das siglas dos partidos que a compunham.

A motivação para a escolha desse tema específico – que não mereceu maior atenção da Ciência Política, apesar da relativa profusão de estudos sobre as coligações – residia na expectativa de que as denominações que os partidos escolhem para as alianças eleitorais que formam não é aleatória. E, portanto, que da quantidade expressiva e da diversidade intensa de nomes, palavras e expressões que as compõem seria possível identificar padrões e regularidades, os quais corresponderiam a mensagens políticas que eles pretendiam associar às candidaturas que apresentavam.

Por conseguinte, o primeiro e mais decisivo desafio que envolvia a dissertação era encontrar esses padrões e regularidades – o que veio a ser por ela identificado como “categorias sintéticas”.

Para cumprir o primeiro desafio, a pesquisa assumiu características exploratórias, pois não havia outros estudos em que se basear e tampouco um repertório prévio de categorias sintéticas em que as denominações seriam classificadas. Tendo como fonte básica de informação os registros das coligações presentes no TSE, a denominação da coligação foi categorizada em sua integralidade, bem como ela foi decomposta nas palavras que a compunham, incluindo artigos, preposições, verbos, substantivos, entre outros. Foram utilizadas como ferramentas de apoio os programas: Excel e Access (Versão Office 365) da Microsoft, o NVivo 12 – Plus, da QSR.

A partir daí, em um processo essencialmente indutivo, os resultados foram agrupados por semelhança e tal aproximação permitiu a formulação das categorias sintéticas. Não foi um processo simples e nem rápido. Foi testado um variado elenco

de categorias para chegar ao modelo final. Muitas foram descartadas por serem pouco abrangentes e outras por se mostrarem ambíguas em relação ao conteúdo que expressavam ou às demais categorias já selecionadas.

Por fim, chegou-se à definição de 11 categorias sintéticas: (1) União; (2) Povo; (3) Ético-Morais-Religiosos; (4) Mudança; (5) Força; (6) Progresso-Futuro; (7) Continuidade–Rumo Certo; (8) Trabalho; (9) Democracia-Temáticos; (10) Experiência–Governo; (11) Frente–Aliança.

Como não poderia deixar de ser, o resultado alcançado é produto das escolhas realizadas, em particular as categorias sintéticas produzidas. Consequentemente, se outras categorias tivessem sido selecionadas, outros resultados seriam produzidos. Ainda assim, é preciso enfatizar que as 11 categorias listadas acima compreendem mais de 90% das coligações denominadas, o que é indicador da capacidade que elas apresentaram para abarcar, em conjunto, uma grande quantidade de unidades de análise.

Aliás, a quantidade abrangida por essas 11 categorias também é um indicador de que a diversidade de denominações pode ser sintetizada em algumas mensagens básicas e que, embora seja amplo o número de termos e de palavras mobilizados pelos partidos políticos ao formarem as coligações, o vocabulário político não é, de fato, tão amplo. Pode-se dizer que ele gira em torno de algumas “ideias força”, as quais estavam contempladas pelas categorias sintéticas.

Tendo chegado a esse resultado, o segundo grande desafio e objetivo da dissertação era testar algumas variáveis que poderiam ser associadas às escolhas realizadas pelas coligações em torno da categoria sintética adotada e que ajudariam a compor e a explicar essas tendências. Portanto, ao caráter exploratório do objetivo anterior, somou-se uma intenção de ordem mais explicativa.

Para tanto, com base na bibliografia de estudos sobre coligações eleitorais no Brasil, selecionou-se um conjunto de variáveis que, de alguma forma, revelaram-se operacionais e foram utilizadas para explicar diferentes aspectos sobre as coligações eleitorais. Desta forma, o que se pretendia com isso era verificar se, no caso do objeto desta pesquisa, essas variáveis também se revelariam operacionais.

A escolha recaiu sobre dois tipos de variáveis: a) correspondente a características da própria coligação; b) relativa a características dos municípios em que a disputa ocorreu. No primeiro caso, quatro foram as variáveis trabalhadas, todas relacionadas ao partido líder, tomado como indicador da própria coligação: qual era

esse partido líder, o tipo, a posição ideológica e, por fim, a posição dele no eixo governismo. No segundo caso, os municípios foram classificados conforme outras quatro variáveis: tamanho ou porte populacional, unidade da federação e região geográfica a que pertence, tipo de disputa para prefeito. Para as variáveis desse segundo caso, a fonte primordial residiu em dados do IBGE, os quais foram justapostos e harmonizados com aqueles oriundos do TSE.

Nessa perspectiva, a hipótese geral era de que as denominações das coligações formadas para disputar o cargo de prefeito, nas eleições de 2012 e de 2016, compartilham um conjunto de termos ou combinação de termos, cuja adoção é influenciada por características que as coligações possuem ou que os municípios nos quais concorrem apresentam. Podem ser consideradas, portanto, internas às coligações (como no primeiro caso) ou externas (como no segundo).

Pode-se dizer que, na generalidade do modo como está redigida, essa hipótese foi confirmada pela dissertação. Afinal, elas compartilham sim um conjunto de termos ou de combinações de termos, constantes nas categorias sintéticas, e que há associação entre algumas dessas categorias com algumas das variáveis selecionadas, embora não com todas.

Apresentam-se como hipóteses derivadas: (1) coligações cujos partidos líderes têm a mesma posição em relação ao governo estadual utilizam termos comuns (ou combinações de termos) em suas denominações como parte de uma estratégia eleitoral de âmbito estadual; (2) a posição ideológica do partido líder influencia a forma como as coligações utilizam alguns termos (ou combinações de termos) na composição de suas denominações; (3) os termos comuns (ou combinações de termos) utilizados nas denominações das coligações são distribuídos de forma desigual pelas diferentes regiões de localização dos municípios em que se realizam os pleitos.

A pesquisa não realizou testes estatísticos específicos destinados a verificar a significância das variações observadas, portanto seus resultados devem ser analisados com cautela. Em algumas situações, sobretudo quando se observa o uso das categorias segundo os partidos líderes das coligações, o número de unidades de análise é muito pequeno, mesmo até se observam valores nulos em algumas categorias ou muito baixos.

Com dados mais agregados este efeito é minimizado. Porém, qualquer conclusão se aplica apenas às eleições que foram objeto das análises realizadas e

não têm a pretensão de fazer qualquer tipo de predição sobre o comportamento dos partidos em eleições futuras.

Assim, quando se considera as características políticas das coligações é importante observar, também, as variações no uso das categorias sintéticas no grupo dos 15 partidos líderes com maior número de coligações denominadas. Com relação às características dos municípios onde os pleitos foram realizados este efeito é menor, e deve-se assinalar que os estados de Minas Gerais e São Paulo têm uma participação maior em relação aos demais.

Neste sentido, a pesquisa realizada permitiu identificar que as mensagens principais sintetizadas pelas categorias sintéticas são, de fato, compartilhadas por todas as coligações, mas este comportamento apresenta variações. Desta forma, tendo em vista as hipóteses secundárias que orientaram esta pesquisa, os dados apontam na direção de que dois aspectos se demonstraram mais relevantes.

No que se refere às características dos municípios, o Porte Populacional se mostrou a variável de resultados mais robustos. Em 10 das 11 categorias sintéticas há uma associação entre mais/menos intensidade de uso com o tamanho do município. No caso de União, Povo, Progresso-Futuro, Trabalho, Democracia-Temáticos, Continuidade-Rumo Certo e Experiência-Governo, quanto maior o município, menos essas categorias são utilizadas, ou seja, os municípios micro são os que mais adotam tais categorias e os grandes os que menos as adotam. No caso de Éticos-Morais-Religiosos, Mudança e Frente-Aliança, o sentido é diverso: quanto maior o município, mais essas categorias são escolhidas, isto é, os municípios micro são os que menos as adotam e os grande os que mais a preferem. A única categoria sintética que não obedece a essa tendência é Força.

Já as variáveis Região e Unidade da Federação apresentaram variações importantes no que se refere às preferências no uso das categorias. A região Nordeste apresenta uma intensidade de uso mais significativa das categorias Povo e Força em relação às demais. Com poucas exceções, essas categorias são proporcionalmente mais utilizadas pelos estados da região, independentemente do tamanho de sua participação no universo dos dados da pesquisa. Cabe destacar que, nestes casos, a região Sudeste está entre as que menos utilizam essas categorias.

Por outro lado, no caso da categoria Experiência-Governo, é a região Nordeste a que tem o menor percentual de uso. E esta é a única categoria em que a região Sudeste tem o maior percentual de uso. Cabe observar que, em 2010, os dois estados

da região com maior participação no universo da pesquisa, São Paulo e Minas Gerais, elegeram governadores do PSDB, enquanto em 2014, em São Paulo novamente o PSDB foi eleito, e o PT, em Minas Gerais.

Quanto às características das coligações, ou seja, sua dimensão “interna”, a variável que apresentou variação mais significativa foi o Partido Líder. Isto se evidencia pela variação da intensidade de uso das categorias pelos diferentes partidos, mas particularmente por dois aspectos. De um lado, o uso da categoria Frente-Aliança e, de outro, a polarização observada entre os partidos que também polarizaram as eleições presidenciais no Brasil desde a redemocratização, PT e PSDB, que são também dois dos partidos com maior participação no universo da pesquisa.

As Frentes e Alianças, consideradas como um tipo específico de coligações, são utilizadas por todos os partidos, tal como as demais categorias. Porém, elas são intensamente mais utilizadas por PSB e PT e têm uma forte concentração em três estados (Acre, Pernambuco e Rio Grande do Sul). Assim, pode se configurar como um tipo de estratégia específica desses partidos nesses estados, projetando sua influência sobre a variável governismo.

Nestes casos, vale observar os partidos dos governadores eleitos nas eleições de 2010 e 2014, que antecederam, respectivamente, as eleições de 2012 e 2016. Em 2010, foram eleitos pelo PT os governadores do Acre e Rio Grande do Sul e o PSB em Pernambuco. Já em 2014, o PSB, em Pernambuco, e o PT, no Acre, elegem novamente os governadores, enquanto no Rio Grande do Sul é o PMDB que elege o governador.

Assim, as preferências identificadas, refletem aspectos regionais, mas, também, as preferências dos partidos líderes das coligações. Todavia, a pesquisa não se deteve a aprofundar as análises acerca de como essas dimensões se condicionam reciprocamente, nem tampouco para comparar como as categorias sintéticas foram utilizadas nos dois pleitos analisados, o que se configuram como outras perspectivas para a continuidade da pesquisa ora realizada.

Por certo que a dinâmica das eleições municipais é fortemente influenciada pelas conjunturais locais, mas também sofrem a influência da dinâmica política estadual e nacional. Os dois pleitos analisados foram realizados em circunstâncias muito distintas do ponto de vista da conjuntura política e econômica nacional no Brasil.

As eleições de 2012 foram realizadas num período em que o PT comandava a política nacional e havia elegido pela terceira vez o Presidente da República, superando, nesse quesito, todos o feito do PSDB. Por outro lado, as eleições de 2016 foram realizadas em meio a um golpe institucional que levou ao impeachment da Presidenta eleita no pleito em 2014, que foi a quarta eleição consecutiva de um presidente filiado ao PT.

Uma parte desse efeito pode ser observada com a drástica redução no número de candidaturas lideradas pelo Partido dos Trabalhadores, o que resultou também na redução da proporção de suas candidaturas por meio de coligações em relação ao total. Assim, tendo em vista a grande mudança no contexto geral no qual foram realizadas as eleições de 2012 e 2016, a comparação entre os dois pleitos pode ser um caminho profícuo para análise futura, o que, no entanto, estava além do esforço realizado pela pesquisa.

Por derradeiro, apresentam-se algumas reflexões suscitadas pelos resultados obtidos pela dissertação e que não foram por ela abrangidos, mas podem subsidiar novos caminhos de investigação e que, por isso, são nesse momento especulativos.

Se as denominações não são aleatórias e nem autônomas em relação às próprias alianças formadas pelos partidos, a resposta à questão de por qual razão os partidos optam em sua esmagadora maioria por atribuir uma denominação específica às suas coligações pode ter como expectativa que os partidos tomam essa decisão com base em sua estratégia de comunicação eleitoral, ou seja, de acordo com a forma como pretendem se posicionar na disputa eleitoral.

A denominação da coligação, que a identifica e a distingue das demais, é estabelecida num momento que antecede à inscrição das candidaturas, portanto quando a campanha eleitoral propriamente dita sequer iniciou. Ademais, ao contrário do que ocorre com a propaganda no HGPE, quer seja na TV, quer no rádio, bem como na utilização dos diversos recursos de propaganda eleitoral (impressos, adesivos, carros de som etc.), cujas mensagens podem se alterar ao longo da campanha política, o mesmo não ocorre com a denominação da coligação, pois, após a homologação da inscrição da chapa, ela não é mais alterada, o que torna a denominação das coligações um objeto ainda mais singular.

Não é o propósito discorrer sobre as hipóteses para explicar por que as denominações atribuem uma denominação específica, mas, como dito anteriormente,

apenas indicar que essas respostas podem ser investigadas utilizando recursos teóricos e metodológicos da área da comunicação eleitoral, em uma outra pesquisa.

.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. Propaganda política e eleitoral. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004, p. 452-483.

ALBUQUERQUE, Afonso de; STEIBEL, Fabro Boaz; CARNEIRO, Carolina Maria Zoccoli. A Outra face do horário gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão. **Dados**, v.51, n.2, p. 459-487, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582008000200008>>. Acesso em: 24 set. 2019.

BARRETO, Alvaro Augusto de. Os partidos e as eleições majoritárias de Pelotas e de Rio Grande (1982-2012). In: DAL MOLIN, Naiara; FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Pelotas e Rio Grande**. Porto Alegre: Cirkula, 2014, p. 79-143.

BONIN, Robson. Coligações adotam 'povo' e 'frente' em nomes para seduzir eleitor. 07 ago. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/coligacoes-adotam-povo-e-frente-em-nomes-para-seduzir-eleitor.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BORBA, Felipe; FIGUEIREDO, Marcos. Quanto vale o voto da TV? **Insight Inteligência**, n.64, jan.-mar. 2014, p. 101-114, 2014. Disponível em: <<http://insightinteligencia.com.br/publicacoes.html>>. Acesso em: 24 set. 2019.

BORBA, Felipe. O uso estratégico das inserções nas eleições presidenciais brasileiras. **ComPolítica**, v.2, n.2, jul.-dez. ano, p. 94-120, 2012. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/issue/view/5>>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.034**, de 29 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.737**, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 1.164**, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1164-24-julho-1950-361738-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 97**, de 04 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc97.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 25**, de 15 de março de 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc25-85.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

CERVI, Emerson Urizzi. O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. **Opinião Pública**, v.17, n.1, p. 106-136, jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641370>>. Acesso em: 24 set 2019.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. HGPE e formação da opinião pública no Brasil: Análise das estratégias dos principais candidatos à presidência da república em 2010. **IV Congresso Latino-Americano de Opinião Pública da WAPOR**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Emerson-Urizzi-Cervi1.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2019.

DANTAS, Humberto. Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras. **Cadernos Adenauer**, v.15, n.2, p. 127-145, jun. 2013.

DANTAS, Humberto. O Workshop no Rio de Janeiro: lições de um exercício. In: DANTAS, Humberto; KRAUSE, Silvana; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Unesp, 2010, p. 23-30.

FAULSTICH, Enilde Leite de Jesus. **Currículo Lattes**. 2019. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783928P8>>. Acesso em: 24 set. 2019

FIGUEIREDO, Marcus et al. Estratégias eleitorais em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **XXI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, out. 1997. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/21-encontro-anual-da-anpocs/st-3/st11-3>>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGUEIREDO, Marcus et al. Estratégias eleitorais em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, v.4, n.3, p. 182-203, nov. 1997a. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/80>. Acesso em: 24 set. 2019.

JARDIM, Márcia. Palanque eletrônico em eleições locais: aspectos do acesso dos municípios ao HGPE na televisão. **Revista de Sociologia e Política**, n. 22, p. 45-58, jun. 2004. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/rsp/issue/view/382>>. Acesso em: 24 set. 2019.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.54, p. 23-40, fev. 2004.

KRAUSE, Silvana. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: DANTAS, Humberto; KRAUSE, Silvana; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Unesp, 2010, p. 9-21.

KRAUSE, Silvana. Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994-1998-2002): coligações eleitorais X nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Unesp, 2005, p.115-141.

KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Unesp, 2017.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional - 1945/1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MACHADO, Carlos. Coligações revisitadas: metodologias e encruzilhadas. In: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Unesp, 2017, p. 39-60.

MASSUCHIN, Michele Goulart. et al. A construção da campanha eleitoral majoritária no HGPE: uma análise comparada das estratégias usadas pelos presidentes de 2014. **Política & Sociedade**, v.15, n.32, p. 171-203, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p171>>. Acesso em: 24 set. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Apelos discursivos em campanhas proporcionais na televisão. **Política e Sociedade**, v.9, n.16, p. 151-175, abril 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/13391>>. Acesso em: 24 set. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Dossiê “Mídia e Política” – Apresentação. **Revista de Sociologia e Política**, n.22, p. 7-12, jun. 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/issue/view/382>>. Acesso em: 24 set 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. Um Equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **Dados**, v.50, n.4, p. 757-793, 2007.

MIRANDA, Geralda Luiza de. A influência da dinâmica eleitoral sobre o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Dados**, v.52, n.4, p. 911-959, 2009. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582009000400004>>. Acesso em: 24 set. 2019.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962). **Dados**, n.10, p.166-183, 1973.

PERES, Paulo; LENINE, Enzo. Uma abordagem ecológica das coligações eleitorais. In: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Unesp, 2017, p. 61-92.

PEIXOTO, Vitor de Moares. Coligações Eleitorais: uma análise quantitativa, In: DANTAS, Humberto; KRAUSE, Silvana; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stifung; Unesp, 2010, p. 277-300.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do “G79” (1996-2008). In: DANTAS, Humberto; KRAUSE, Silvana; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stifung; Unesp, 2010 p. 301-323.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antonio. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. **Lua Nova**, n.43, p. 189-216, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2019.

SANTOS, André Marengo dos. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, v.19, n.1, p. 01-20, jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762013000100001>. Acesso em: 24 set. 2019.

SCHMITT, Rogério. Os estudos sobre as alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stifung; Unesp, 2005, p. 11-25.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte (17), jul. 1964, p. 95-124.

SOUSA, Vivaldo de. O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962: pleitos majoritários coincidentes com proporcionais. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stifung; Unesp, 2005, p. 27-43.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

APÊNDICE

1.1 Características dos municípios

Tabela 15 - Coligações denominadas segundo a região geográfica e ano do pleito, 2012 e 2016

Região	2012		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%
Norte	1.199	9,4	1.309	9,9	2.508	9,6
Nordeste	4.131	32,4	4.254	32,0	8.385	32,2
Sudeste	3.885	30,5	4.090	30,8	7.975	30,6
Sul	2.467	19,4	2.517	18,9	4.984	19,2
Centro-Oeste	1.059	8,3	1.114	8,4	2.173	8,3
Total	12.741	100,0	13.284	100,0	26.025	100,0

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Tabela 16 - Coligações denominadas segundo a unidade da federação e ano do pleito, 2012 e 2016

UF	2012		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%
AC	66	0,5	71	0,5	137	0,5
AM	181	1,4	200	1,5	381	1,5
AP	65	0,5	61	0,5	126	0,5
PA	383	3,0	430	3,2	813	3,1
RO	133	1,0	138	1,0	271	1,0
RR	45	0,4	62	0,5	107	0,4
TO	326	2,6	347	2,6	673	2,6
AL	250	2,0	246	1,9	496	1,9
BA	963	7,6	1.019	7,7	1.982	7,6
CE	423	3,3	417	3,1	840	3,2
MA	558	4,4	563	4,2	1.121	4,3
PB	484	3,8	479	3,6	963	3,7
PE	430	3,4	468	3,5	898	3,5
PI	487	3,8	499	3,8	986	3,8
RN	360	2,8	381	2,9	741	2,8
SE	176	1,4	182	1,4	358	1,4
ES	190	1,5	218	1,6	408	1,6
MG	1.887	14,8	1.948	14,7	3.835	14,7
RJ	265	2,1	283	2,1	548	2,1
SP	1.543	12,1	1.641	12,4	3.184	12,2
PR	894	7,0	929	7,0	1.823	7,0
RS	977	7,7	978	7,4	1.955	7,5
SC	596	4,7	610	4,6	1.206	4,6
GO	570	4,5	601	4,5	1.171	4,5
MS	164	1,3	189	1,4	353	1,4
MT	325	2,6	324	2,4	649	2,5
Total	12.741	100,0	13.284	100,0	26.025	100,0

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Tabela 17 - Coligações denominadas segundo o porte populacional e ano do pleito, 2012 e 2016

Porte Populacional	2012		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%
Micro	5.056	39,7	5.039	37,9	10.095	38,8
Pequeno	3.223	25,3	3.177	23,9	6.400	24,6
Médio	3.567	28,0	3.950	29,7	7.517	28,9
Grande	895	7,0	1.118	8,4	2.013	7,7
Total	12.741	100,0	13.284	100,0	26.025	100,0

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Tabela 18 - Coligações denominadas segundo o tipo de disputa e ano do pleito, 2012 e 2016

Tipo de Disputa	2012		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%
1 Turno	12.432	97,6	12.898	97,1	25.330	97,3
2 Turnos	309	2,4	386	2,9	695	2,7
Total	12.741	100,0	13.284	100,0	26.025	100,0

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

1.2 Características das coligações

Tabela 19 - Coligações denominadas segundo o partido líder e ano do pleito, 2012 e 2016

Partido Líder	2012		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%
DEM	651	5,1	647	4,9	1.298	4,99
PCdoB	168	1,3	267	2,0	435	1,67
PCB	9	0,1	1	0,0	10	0,04
PCO	0	0,0	0	0,0	0	0,00
PDT	739	5,8	808	6,1	1.547	5,94
PHS	72	0,6	135	1,0	207	0,80
PMDB	2.073	16,3	2.123	16,0	4.196	16,12
PMN	119	0,9	86	0,6	205	0,79
PP	970	7,6	1.019	7,7	1.989	7,64
PPL	21	0,2	30	0,2	51	0,20
PPS	351	2,8	313	2,4	664	2,55
PR	654	5,1	678	5,1	1.332	5,12
PRB	210	1,6	327	2,5	537	2,06
PRP	85	0,7	66	0,5	151	0,58
PRTB	51	0,4	45	0,3	96	0,37
PSB	948	7,4	971	7,3	1.919	7,37
PSC	240	1,9	259	1,9	499	1,92
PSD	1.030	8,1	1.249	9,4	2.279	8,76
PSDB	1.493	11,7	1.605	12,1	3.098	11,90
PSDC	46	0,4	56	0,4	102	0,39
PSL	74	0,6	107	0,8	181	0,70
PSOL	57	0,4	62	0,5	119	0,46
PSTU	9	0,1	2	0,0	11	0,04
PT	1.461	11,5	735	5,5	2.196	8,44
PTdoB	65	0,5	66	0,5	131	0,50
PTB	732	5,7	654	4,9	1.386	5,33
PTC	57	0,4	67	0,5	124	0,48
PTN	47	0,4	102	0,8	149	0,57
PV	309	2,4	288	2,2	597	2,29
Subtotal 1	12.741	100,0	12.768	96,1	25.509	98,02
NOVO			0	0,0	0	0,00
PEN			80	0,6	80	0,31
PMB			24	0,2	24	0,09
PROS			155	1,2	155	0,60
REDE			65	0,5	65	0,25
SD			192	1,4	192	0,74
Subtotal 1	0	0,0	516	3,9	516	1,98
Total Geral	12.741	100,0	13.284	100,0	26.025	100,00

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Tabela 20 - Coligações denominadas segundo a posição ideológica do partido líder e ano do pleito, 2012 e 2016

Posição Ideológica	2012		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	4.263	33,5	3.763	28,3	8.026	30,8
Centro	3.566	28,0	3.728	28,1	7.294	28,0
Direita	4.912	38,6	5.793	43,6	10.705	41,1
Total	12.741	100,0	13.284	100,0	26.025	100,0

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

Tabela 21 - Coligações denominadas segundo o apoio ao Presidente e Governador e ano do pleito, 2012 e 2016

Governismo	2012		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%
0	3.072	24,1	3.152	23,7	6.224	23,9
1	3.073	24,1	2.771	20,9	5.844	22,5
2	3.348	26,3	3.611	27,2	6.959	26,7
3	3.248	25,5	3.750	28,2	6.998	26,9
Total	12.741	100,0	13.284	100,0	26.025	100,0

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

0 – não apoio ao Presidente e não apoio ao Governador

1 – não apoio ao Presidente e apoio ao Governador

2 – apoio ao Presidente e não apoio ao Governador

3 – apoio ao Presidente e apoio ao Governador

Tabela 22 - Coligações denominadas segundo o tipo de partido e ano do pleito, 2012 e 2016

Tipo de Partido	2012		2016		Total	
	N	%	N	%	N	%
Centralizado	8.672	68,1	8.185	61,6	16.857	64,8
Descentralizado	4.069	31,9	5.099	38,4	9.168	35,2
Total	12.741	100,0	13.284	100,0	26.025	100,0

Fonte: elaboração do autor com bases nos dados do TSE

2 Estrutura do Banco de Dados e arquivos de dados primários do Tribunal Superior Eleitoral - TSE

2.1 Arquivos de dados do TSE sobre as eleições de 2012 e 2016^{19 20}

TIPO DO ARQUIVO	CANDIDATOS
NOTAÇÃO	CONSULTA_CAND_<ANO ELEIÇÃO>_<SIGLA UF>

2.1.1 Descrição das variáveis, Candidatos, 2012

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
DATA_GERAÇÃO	Data de geração do arquivo (data da extração)
HORA_GERAÇÃO	Hora de geração do arquivo (hora da extração) - Horário de Brasília
ANO_ELEIÇÃO	Ano da eleição
NÚM_TURNO (*)	Número do turno
DESCRIÇÃO_ELEIÇÃO (*)	Descrição da eleição
SIGLA_UF	Sigla da Unidade da Federação em que ocorreu a eleição
SIGLA_UE (*)	Sigla da Unidade Eleitoral (em caso de eleição majoritária é a sigla da UF pela qual o candidato concorre (texto) e em caso de eleição municipal é o código TSE do município (número)). Assume os valores especiais BR, ZZ e VT para designar, respectivamente, o Brasil, Exterior e Voto em Trânsito
DESCRIÇÃO_UE	Descrição da Unidade Eleitoral
CÓDIGO_CARGO (*)	Código do cargo a que o candidato concorre
DESCRIÇÃO_CARGO	Descrição do cargo a que o candidato concorre
NOME_CANDIDATO	Nome completo do candidato
SEQUENCIAL_CANDIDATO (*)	Número sequencial do candidato gerado internamente pelos sistemas eleitorais. Não é o número de campanha do candidato.
NÚMERO_CANDIDATO	Número do candidato na urna
CPF_CANDIDATO	CPF do candidato
NOME_URNA_CANDIDATO	Nome de urna do candidato
CÓD_SITUAÇÃO_CANDIDATURA	Código da situação de candidatura
DES_SITUAÇÃO_CANDIDATURA	Descrição da situação de candidatura
NÚMERO_PARTIDO	Número do partido
SIGLA_PARTIDO	Sigla do partido
NOME_PARTIDO	Nome do partido
CÓDIGO_LEGENDA	Código sequencial da legenda gerado pela Justiça Eleitoral
SIGLA_LEGENDA	Sigla da legenda
COMPOSIÇÃO_LEGENDA	Composição da legenda
NOME_LEGENDA	Nome da legenda
CÓDIGO_OCUPAÇÃO	Código da ocupação do candidato
DESCRIÇÃO_OCUPAÇÃO	Descrição da ocupação do candidato
DATA_NASCIMENTO	Data de nascimento do candidato
NÚM_TÍTULO_ELEITORAL_CANDIDATO	Número do título eleitoral do candidato
IDADE_DATA_ELEIÇÃO	Idade do candidato da data da eleição
CÓDIGO_SEXO	Código do sexo do candidato
DESCRIÇÃO_SEXO	Descrição do sexo do candidato

¹⁹ Repositório de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>;

²⁰ Em todas as descrições, as variáveis em negrito seguidas de (*) são variáveis que podem ser utilizadas para relacionar os arquivos uns com os outros;

CÓD_GRAU_INSTRUÇÃO	Código do grau de instrução do candidato. Gerado internamente pelos sistemas eleitorais
DESCRIÇÃO_GRAU_INSTRUÇÃO	Descrição do grau de instrução do candidato
CÓDIGO_ESTADO_CIVIL	Código do estado civil do candidato
DESCRIÇÃO_ESTADO_CIVIL	Descrição do estado civil do candidato
CÓDIGO_NACIONALIDADE	Código da nacionalidade do candidato
DESCRIÇÃO_NACIONALIDADE	Descrição da nacionalidade do candidato
SIGLA_UF_NASCIMENTO	Sigla da UF de nascimento do candidato
CÓDIGO_MUNICÍPIO_NASCIMENTO	Código TSE do município de nascimento do candidato
NOME_MUNICÍPIO_NASCIMENTO	Nome do município de nascimento do candidato
DESPESA_MAX_CAMPANHA	Despesa máxima de campanha declarada pelo partido para aquele cargo. Valores em Reais.
CÓD_SIT_TOT_TURNO	Código da situação de totalização do candidato naquele turno
DESC_SIT_TOT_TURNO	Descrição da situação de totalização do candidato naquele turno
NM_EMAIL	E-mail para comunicação com o candidato

2.1.2 Descrição das variáveis, Candidatos, a partir de 2014

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
DATA_GERAÇÃO	Data de geração do arquivo (data da extração)
HORA_GERAÇÃO	Hora de geração do arquivo (hora da extração) - Horário de Brasília
ANO_ELEICAO	Ano da eleição
NÚM_TURNO (*)	Número do turno
DESCRIÇÃO_ELEIÇÃO (*)	Descrição da eleição
SIGLA_UF	Sigla da Unidade da Federação em que ocorreu a eleição
SIGLA_UE (*)	Sigla da Unidade Eleitoral (em caso de eleição majoritária é a sigla da UF pela qual o candidato concorre (texto) e em caso de eleição municipal é o código TSE do município (número)). Assume os valores especiais BR, ZZ e VT para designar, respectivamente, o Brasil, Exterior e Voto em Trânsito
DESCRIÇÃO_UE	Descrição da Unidade Eleitoral
CÓDIGO_CARGO (*)	Código do cargo a que o candidato concorre
DESCRIÇÃO_CARGO	Descrição do cargo a que o candidato concorre
NOME_CANDIDATO	Nome completo do candidato
SEQUENCIAL_CANDIDATO (*)	Número sequencial do candidato gerado internamente pelos sistemas eleitorais. Não é o número de campanha do candidato.
NÚMERO_CANDIDATO	Número do candidato na urna
CPF_CANDIDATO	CPF do candidato
NOME_URNA_CANDIDATO	Nome de urna do candidato
CÓD_SITUAÇÃO_CANDIDATURA	Código da situação de candidatura
DES_SITUAÇÃO_CANDIDATURA	Descrição da situação de candidatura
NÚMERO_PARTIDO	Número do partido
SIGLA_PARTIDO	Sigla do partido
NOME_PARTIDO	Nome do partido
CÓDIGO_LEGENDA	Código sequencial da legenda gerado pela Justiça Eleitoral
SIGLA_LEGENDA	Sigla da legenda
COMPOSIÇÃO_LEGENDA	Composição da legenda
NOME_LEGENDA	Nome da legenda
CÓDIGO_OCUPAÇÃO	Código da ocupação do candidato
DESCRIÇÃO_OCUPAÇÃO	Descrição da ocupação do candidato
DATA_NASCIMENTO	Data de nascimento do candidato

NÚM_TÍTULO_ELEITORAL_CANDIDATO	Número do título eleitoral do candidato
IDADE_DATA_ELEIÇÃO	Idade do candidato na data da eleição
CÓDIGO_SEXO	Código do sexo do candidato
DESCRIÇÃO_SEXO	Descrição do sexo do candidato
COD_GRAU_INSTRUÇÃO	Código do grau de instrução do candidato. Gerado internamente pelos sistemas eleitorais
DESCRIÇÃO_GRAU_INSTRUÇÃO	Descrição do grau de instrução do candidato
CÓDIGO_ESTADO_CIVIL	Código do estado civil do candidato
DESCRIÇÃO_ESTADO_CIVIL	Descrição do estado civil do candidato
CÓDIGO_COR_RACA	Código da cor/raça do candidato (autodeclaração)
DESCRIÇÃO_COR_RACA	Descrição da cor/raça do candidato (autodeclaração)
CÓDIGO_NACIONALIDADE	Código da nacionalidade do candidato
DESCRIÇÃO_NACIONALIDADE	Descrição da nacionalidade do candidato
SIGLA_UF_NASCIMENTO	Sigla da UF de nascimento do candidato
CÓDIGO_MUNICÍPIO_NASCIMENTO	Código TSE do município de nascimento do candidato
NOME_MUNICÍPIO_NASCIMENTO	Nome do município de nascimento do candidato
DESPESA_MAX_CAMPANHA	Despesa máxima de campanha declarada pelo partido para aquele cargo. Valores em Reais.
CÓD_SIT_TOT_TURNO	Código da situação de totalização do candidato naquele turno
DESC_SIT_TOT_TURNO	Descrição da situação de totalização do candidato naquele turno
NM_EMAIL	E-mail para comunicação com o candidato

2.1.3 Descrição das variáveis, Legendas

TIPO DO ARQUIVO	LEGENDAS
NOTAÇÃO	CONSULTA_LEGENDAS_<ANO ELEIÇÃO>_<SIGLA UF>

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
DATA_GERAÇÃO	Data de geração do arquivo (data da extração)
HORA_GERAÇÃO	Hora de geração do arquivo (hora da extração) - Horário de Brasília
ANO_ELEIÇÃO	Ano da eleição
NÚM_TURNO (*)	Número do turno
DESCRIÇÃO_ELEIÇÃO (*)	Descrição da eleição
SIGLA_UF	Sigla da Unidade da Federação em que ocorreu a eleição
SIGLA_UE (*)	Sigla da Unidade Eleitoral (em caso de eleição majoritária é a sigla da UF pela qual o candidato concorre e em caso de eleição municipal é o código TSE do município). Assume os valores especiais BR, ZZ e VT para designar, respectivamente, o Brasil, Exterior e Voto em Trânsito
NOME_UE	Nome de Unidade Eleitoral
CÓDIGO_CARGO (*)	Código do cargo a que o candidato concorre
DESCRIÇÃO_CARGO	Descrição do cargo a que o candidato concorre
TIPO_LEGENDA	Informa se o candidato concorre por "legenda" ou "partido isolado"
NÚM_PARTIDO (*)	Número do partido
SIGLA_PARTIDO	Sigla do partido
NOME_PARTIDO	Nome do partido
SIGLA_COLIGAÇÃO	Sigla da coligação
NOME_COLIGAÇÃO	Nome da coligação
COMPOSIÇÃO_COLIGAÇÃO	Composição da coligação

SEQUENCIAL_COLIGAÇÃO	Número sequencial da coligação, gerado internamente pelos sistemas eleitorais.
----------------------	--

2.2 Estrutura do Banco de Dados

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
NR_ORDEM	Código sequencial das unidades de análise
ANO_ELEIÇÃO	Ano da eleição
REGIÃO_UF	Descrição da região geográfica
COD_REG_UF	Código da região geográfica no IBGE
SIGLA_UF	Sigla da Unidade da Federação
COD_UF	Código da Unidade da Federação no IBGE
COD_GCMUN	Código georreferenciado do município no IBGE
SIGLA_UE (*)	Código do município (unidade eleitoral) no TSE
DESCRIÇÃO_UE	Descrição da unidade eleitoral conforme notação do IBGE
POPULAÇÃO ESTIMADA	População estimada, para o ano respectivo, da unidade eleitoral conforme dados do IBGE
PORT_POP	Categoria de classificação da unidade eleitoral segundo o porte populacional
COD_PORT_POP	Código do porte populacional
TIPO_DISPUTA	Código do tipo de disputa na unidade eleitoral
NOME_CANDIDATO	Nome completo do candidato
SEQUENCIAL_CANDIDATO (*)	Número sequencial do candidato gerado internamente pelos sistemas eleitorais. Não é o número de campanha do candidato.
NÚMERO_CANDIDATO	Número do candidato na urna
DES_SITUAÇÃO_CANDIDATURA	Descrição da situação da candidatura
NÚMERO_PARTIDO	Número do partido
SIGLA_PARTIDO	Sigla do partido
NOME_PARTIDO	Nome do partido
CÓDIGO_LEGENDA	Código sequencial da legenda gerado pela Justiça Eleitoral
NOME_LEGENDA	Nome da legenda (é a denominação da coligação)
DESCRIÇÃO_SEXO	Descrição do sexo do candidato
COD_SEXO	Código do sexo do candidato
DESC_SIT_TOT_TURNO	Descrição da situação de totalização do candidato naquele turno
COD_SIT_TOT_TURNO	Código da situação de totalização do candidato naquele turno
DESC_SIT_TOT_FINAL	Descrição da situação de totalização do candidato ao final da eleição
COD_SIT_TOT_FINAL	Código da situação de totalização do candidato ao final da eleição
TIPO_PARTIDO	Descrição do tipo de partido líder
COD_TIPO_PARTIDO	Código do tipo de partido líder
POSIÇÃO_IDEOLÓGICA_LÍDER	Descrição da classificação da posição ideológica do partido líder
COD_IDEOLOGIA	Código da classificação da posição ideológica do partido líder
POSIÇÃO_GOVERNISMO	Descrição da classificação do partido líder em relação ao apoio ao Presidente e ao Governador

COD_GOVERNISMO	Código da classificação do partido líder em relação ao apoio ao Presidente e ao Governador
UNIÃO	Categoria sintética União
POVO	Categoria sintética Povo
ÉTICOS	Categoria sintética Éticos-Morais-Religiosos
MUDANÇA	Categoria sintética Mudança
FORÇA	Categoria sintética Força
PROGRESSO	Categoria sintética Progresso-Futuro
CONTINUIDADE	Categoria sintética Continuidade-Rumo Certo
TRABALHO	Categoria sintética Trabalho
DEMOCRACIA	Categoria sintética Democracia-Temáticos
EXPERIÊNCIA	Categoria sintética Experiência-Governo
FRENTE	Categoria sintética Frente-Aliança
SCORE11	Indica o número de combinações das categorias